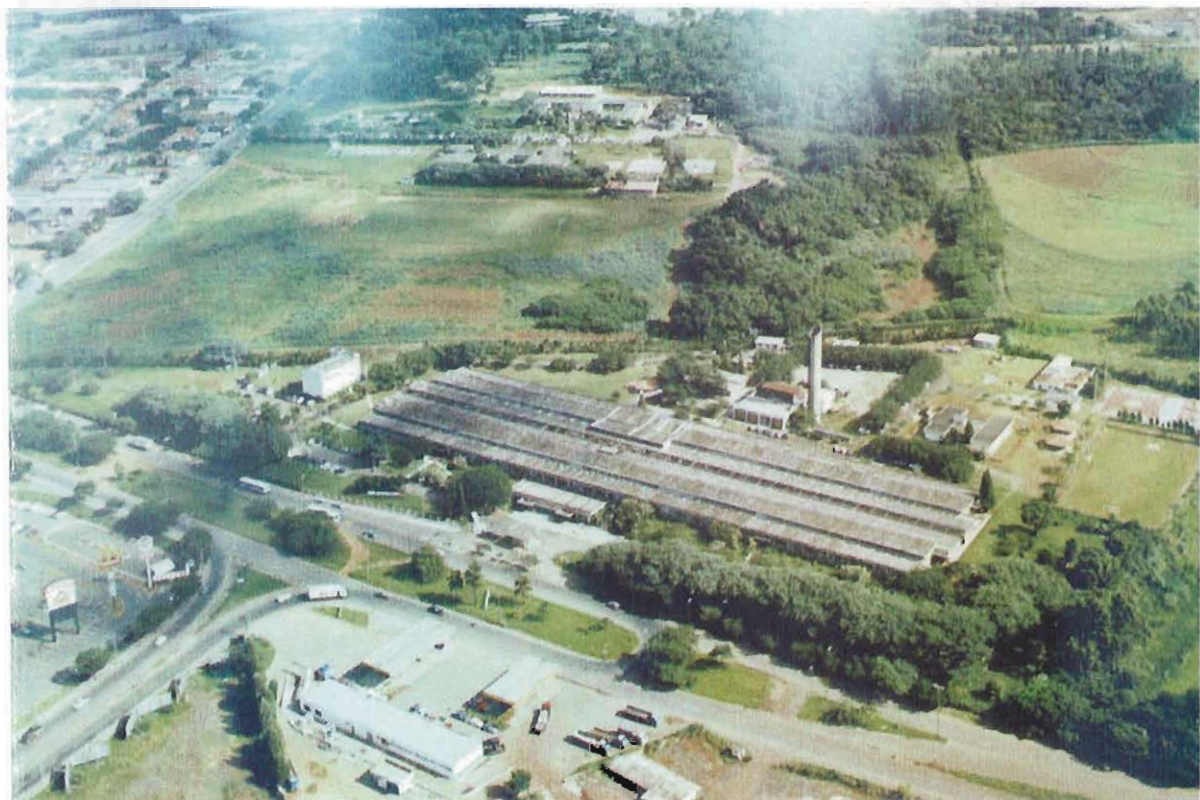


IHGP

**INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA**

ANO VII 2000 NÚMERO 7



INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE PIRACICABA
DIRETORIA
(02/02/2000 a 20/03/2002)

Presidente
MOACYR DE OLIVEIRA
CAMPONEZ DO BRASIL
SOBRINHO
Vice-Presidente
Marly Therezinha Germano
Perecin
1º Secretário
GERALDO CLARET DE MELLO
AYRES
2º Secretário
CECÍLIO ELIAS NETTO
1º Tesoureiro
DÉCIO DE AZEVEDO
2º Tesoureiro
HALDUMONT NOBRE FERRAZ
Orador
ELIAS SALUM
Bibliotecário
OSWALDO CAMBIAGHI

IHGP
Revista do Instituto Histórico e
Geográfico de Piracicaba
Ano VII - 2000 - número 7
Coordenador da Revista
Frederico Pimentel Gomes

O IHGP é uma publicação do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. Os artigos nela publicados são colaborações de seus sócios. Entretanto, a revista abre espaço para outros autores que se dediquem ao estudo de temas históricos ou geográficos. Todos os artigos podem ser reproduzidos, desde que indicada a fonte. As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores.

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
CGC 508.538.78.0001-48
Rua do Rosário, 781
13400-180 Piracicaba-SP - Brasil
Telefone: (19) 3434-8811
EDITORACÃO E IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Degaspari
R. Barão de Piracicamirim, 1926
Fone/Fax: (19) 3433-6748
13416-150- Piracicaba-SP
E-mail: graficadegaspari@bol.com.br

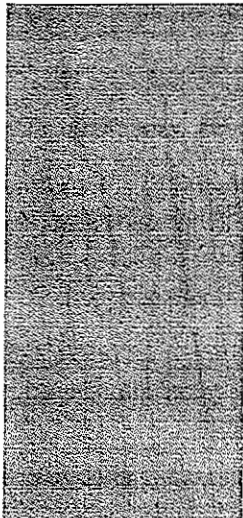
IHGP

INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA

SUMÁRIO

Relatório de Atividades da Diretoria <i>Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho</i>	03
Vida Acadêmica de Prudente <i>Nelson de Oliveira Camponez do Brasil</i>	17
Os Caminhos da Liberdade no Oeste Paulista (1750-1846) <i>Marly Therezinha Germano Perecin</i>	43
Memórias da Escravidão. Cor da Pele: Fator de Divisão de Classes <i>Hugo Pedro Carradore</i>	59
Histórico do Clube Coronel Barbosa & Teatro São José <i>Caio Tabajara Esteves de Lima</i>	66
Discurso do Dr. Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, na Sessão de 23/11/2001, realizada no Centro Cívico da Prefeitura com a Entrega das Medalhas Marechal Rondon	85
Currículo de Antônio Pacheco Ferraz <i>Francisco A. Ferraz de Melo</i>	88
Antigos Sesmeiros de Piracicaba <i>Marcelo Meira Amaral Bogaciovas</i>	91
Um Coronel em Pereiras <i>Carlos de Moraes</i>	98
Dois Cronistas da Paulicéia <i>Mario Pires</i>	101
As Cidades-Ícones Paulistas <i>João Luiz Franchi</i>	104
Histórico da Rua do Porto <i>Hugo Pedro Carradore</i>	108
Fazenda Milhã - Suas Colônias e o Colégio São Luiz de Itu <i>Fernando Ferraz de Arruda</i>	111
O Último Capitão-Mor de Piracicaba <i>Marcelo Meira Amaral Bagaciovas</i>	113
Alguma Poesia Piracicabana <i>Lino Vitti</i>	126

Capa: Vista aérea do Câmpus da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA DIRETORIA

**Moacyr de Oliveira Camponez do
Brasil Sobrinho**
Presidente do IHGP

I - Atividades do IHGP no período de 03/ 1999 a 02/2000 (2º ano da 1ª gestão)

1. Introdução

As atividades do ano 03/1998 a 02/1999 foram publicadas no nº 6 da Revista IHGP.

A Diretoria do ano 1999-2000, é também pertencente ao biênio 1998-2000, por serem os anos contados entre os meses de fevereiro a março. Assim a sua composição era a seguinte:

Presidente: Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho
Vice Presidente: Walter Carmelo Zóccoli
1º Secretário: Geraldo Claret de Mello Ayres
2º Secretário: Cecílio Elias Netto
1º Tesoureiro: Haldumont Nobre Ferraz
2º Tesoureiro: Décio Azevedo
Orador: Elias Salum
Bibliotecário: Oswaldo Cambiaghi

Não houve alterações na distribuição dos Departamentos e Comissões de trabalho e de representantes junto às associações ou repartições onde o IHGP é representado.

2. Manutenção da sede

Foram feitas reformas no telhado e nas instalações elétricas e sanitárias da sede, visando a sua perfeita conservação.

3. Atividades Culturais

3.1. Assembléia para apresentação do relatório de atividades, prestação de contas e posse de novos sócios

Na data de 28 de abril de 1999 foi realizada a Assembléia de apresentação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas da Tesouraria do 1º ano da gestão da Diretoria, sendo ambos aprovados.

03

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII/2000
Número 7

Houve na mesma reunião a posse dos novos associados: Dr. Legardeth Consolmagno, Claudinei Polezel e Prof. Saide Dumit Sarkis. A seguir deu-se a inauguração das Fotografias dos Ex-Presidentes Pedro Caldari (1994-1995) e Frederico Pimentel Gomes (1995 a 1996 e 1996 a 1998).

3.2. Visita pelos Alunos do Curso de Turismo – SENAC ao IHGP – 1º Seminário

Visita ao IHGP pelos alunos do Curso de Turismo – SENAC, e palestra sobre as finalidades, funcionamento e trabalhos realizados pelo IHGP (11 de Março de 1999).

3.3. Sessão Solene do Aniversário de Piracicaba (232 anos) e dos 145 anos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba.

A Sessão foi realizada no Salão Nobre do Hospital e teve como Orador o seu Provedor, Dr. João Orlando Pavão, que discorreu sobre a História da Irmandade e do Hospital desde as suas fundações até os dias atuais. Foram prestadas homenagens ao Centenário de nascimento do Professor Joaquim Do Marco, que foi membro da Diretoria da Santa Casa por muitos anos, e ao Sr. Joaquim Pires Ferreira, aposentado como Provedor. Prestaram-se homenagens póstumas aos sócios do IHGP, falecidos durante o período, Dr. Caiuby de Souza Arruda, Profa. Helena Rovay Benetton, Dr. Geraldo Bragion. À Biblioteca da Santa Casa foi oferecida uma Coleção de Livros do IHGP e um Almanaque ano 1900 (xerox).

3.4. Sessão Solene Preparatória das comemorações dos 500 anos do Brasil.

Reunião preparatória para a comemoração dos quinhentos anos do Brasil, a ser feita no ano 2000, com a Palestra do ilustre conferencista e historiador Hernani Donato, sobre o tema "O Mito Cabralino e os Segredos Náuticos Portugueses". A reunião foi realizada no dia 25/11/99, na sede da Associação Paulista de Medicina – Regional de Piracicaba, em comemoração dos 50 anos de sua fundação. Houve a apresentação de novos associados, entre os quais o Presidente e Vice da APM, cujas posses se dariam em próxima reunião. A conferência proferida pelo historiador despertou grande interesse dos presentes, por ter se referido ao período anterior à época do descobrimento e pelo brilho e facilidade com que discorreu sobre o fascinante tema.

3.5. Assembléia geral de eleição da Diretoria biênio 2000-2002

Assembléia para convocação dos sócios para eleição da diretoria biênio 2000-2002; realizada no dia 23 de fevereiro de 2000. Foi instituída a Comissão para a realização da eleição, nas pessoas dos confrades Frederico Pimentel Gomes, Jairo Ribeiro Mattos e Francisco de Assis de Ferraz Mello, que consultou os presentes a respeito da existência de chapas, sendo constatada a apresenta-

04

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

ção de uma só pretendendo a reeleição. Foi feita então a votação na forma de aplauso, sendo reeleita a Diretoria anterior, liderada pelo consócio Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho, como Presidente e os demais cargos preenchidos da seguinte forma:

Vice-Presidente: Marly Therezinha Germano Percin
1º Secretário: Geraldo Claret de Mello Ayres
2º Secretário: Cecílio Elias Netto
1º Tesoureiro: Décio Azevedo
2º Tesoureiro: Haldumont Nobre Ferraz
Orador: Elias Salum
Bibliotecário: Oswaldo Cambiaghi

A posse da Diretoria se deu no dia 29 de março.

3.7. Assembléia Geral

Assembléia Geral para a apresentação de atividades e prestação de contas do ano anterior, sendo ambas aprovadas, ficando os balancetes expostos na Secretaria.

3.8. Recepção aos alunos do Curso de Turismo do SENAC.

Visita ao IHGP pelos alunos do Curso de Turismo – SENAC, conduzidos pelo nosso Historiador Hugo Carradore, tendo o Presidente Moacyr feito uma explanação sobre as finalidades, funcionamento e trabalhos realizados pelo IHGP.

4. Eventos Cívicos

O IHGP nesse ano de 1999 participou das comemorações cívicas realizadas nos nossos eventos históricos, fornecendo os oradores e tendo como seus participantes o Presidente e o representante da Comissão de Eventos Cívicos Noedi Monteiro e o Prof. Francislídio Beduschi, que fizeram palestras e homenagens aos Ex-Pracinhas da 2ª Guerra e aos Revolucionários de 1932. Entre eles o nosso confrade Walter Radamés Accorsi, que recebeu significativa homenagem.

4.1. Representação na entrega de Títulos e Prêmios

Comparecimento na entrega de títulos de Cidadão Piracicabano pela Câmara Municipal de Vereadores. Entrega dos prêmios aos melhores Agricultores do Ano.

4.2 Homenagem da Câmara Municipal ao confrade Prof. Lino Vitti

Homenagem na Câmara Municipal de Vereadores ao confrade Lino Vitti, Príncipe dos Poetas Piracicabano. O Presidente do IHGP também saudou o homenageado.

4.3 Homenagem do Museu Histórico e Pedagógico à Profa. Helena Rovay Benetton

Homenagem à Profa. Helena Rovay Benetton prestada pelo

05

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII/2000
Número 7

Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes dando o nome do seu Salão Nobre à ilustre professora. O Presidente do IHGP também fez saudação à ilustre consócia.

5. Lançamento de livros de associados

Compareceu o Presidente ao lançamento dos livros do consócio Prof. Francisco de Assis Ferraz de Mello, com o seu "Dicionário dos Artistas Piracicabanos", e ao lançamento do livro de D. Virginia Prata Gregolian, progenitora da nossa competente Secretária Municipal de Ação Cultural, Dra. Aparecida Gregolin Abe.

6. Outorga da Medalha Prudente de Moraes

Convocação da Comissão de Outorga da Medalha "Prudente de Moraes" para o ano de 1999, tendo ela escolhido o confrade Prof. Edmar José Kiehl, sócio fundador e nosso primeiro e segundo presidente, e a nossa historiadora Profa. Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, detentora de vários prêmios de monografias sobre a história de diversos bairros da cidade de São Paulo. Receberão as medalhas na reunião de 26 de abril de 2000.

7. Biblioteca

Foi promovido nesta gestão o livro Almanaque de Piracicaba do ano 1900, com cópias xerográficas distribuídas a bibliotecas das indústrias ao lado das nossas revistas e livros.

8. Comissão de Periódicos e Revistas

Ainda estamos com o acervo dos jornais dividido. A **Gazeta de Piracicaba** no IHGP e o **Jornal** e o **Diário de Piracicaba** nas dependências do **Jornal de Piracicaba**. Pretendemos encontrar uma solução para abrigar ambas as coleções num só local, no IHGP.

9. Comissão de Processos Judiciais

Tem como coordenador o Prof. Frederico Pimentel Gomes. A comissão vem desenvolvendo pesquisas através dos estagiários, Vítor André de Souza e Rogério Martins de Oliveira, substituído por Daniela Ribeiro Lacerda. Foram analisados, e cadastrados no computador somente no período de 1 ano, 3.018 processos, totalizando 7530 desde o início dos trabalhos em setembro de 1997.

Está sendo feito, concomitantemente, um levantamento estatístico do material cadastrado, discriminando as ocorrências anuais e agregando as informações obtidas em décadas. Tal levantamento tem como objetivo auxiliar o armazenamento dos processos em CD-Rom, pois permite que se faça uma amostragem do material disponível.

10. Projeto Almanaque de Piracicaba ano 2000

Depois de um ano de tantas reuniões nas quais se procurou uma forma de realizar a edição do Almanaque, a ser coordenado pelo nosso consócio Cecílio Elias Netto, tivemos uma reunião com



a UNIMEP e **Jornal de Piracicaba**, da qual surgiu um convênio entre os três órgãos, estabelecendo-se os papéis de cada um. Ficou como coordenador e editor da obra nosso consócio Cecílio Elias Netto.

O convênio foi assinado pelo Presidente do IHGP, pelo Reitor da UNIMEP, Prof. Almir de Souza Maia e pelo Diretor Executivo Lourenço Tayar, do **Jornal de Piracicaba**.

11. Coleção de Cartazes da Comissão Portuguesa dos Festejos dos 500 anos de descobertas

Recebemos, através da Comissão de Festejos dos 500 anos das Descobertas Portuguesas, uma coleção de 23 cartazes sobre os descobrimentos para serem usados nas comemorações no mês de março – abril vindouros.

Agradecemos pelo IHGP às Comissões de Festejos de Portugal e enviamos os dados do IHGP e uma coleção das nossas publicações, pedindo intercâmbio com os órgãos ligados à História, em Lisboa. Providenciamos a colocação de molduras nos cartazes para os exibirmos em abril.

12. Novos Associados

Cerca de 23 associados, já aprovados no ano que passou, receberão diplomas e insígnias em sessão solene a ser realizada no dia 26 de abril, 4ª feira (nova gestão).

13. Estandarte do IHGP

Foi feito um projeto de estandarte para representar o IHGP nas solenidades, tendo por base o Brasão determinado na lei Municipal nº 2122 de 1º de julho de 1974, seguindo as cores da insígnia usada pelos associados. A moldura foi feita em forma estilizada e modular, representado as mesmas cores do Brasão. Nossos agradecimentos são devidos à Profa. Ismália Camponez do Brasil Jorge pela confecção espontânea do estandarte.

14. Convênio com a Prefeitura Municipal

Foi assinado um convênio com a Prefeitura Municipal, no qual a Prefeitura se comprometeu a conceder a importância de R\$ 13.000.00 (treze mil reais) ao IHGP, o que aconteceu nos meses de novembro e dezembro, possibilitando a edição da revista do IHGP de nº 6.

15. Sócios Falecidos durante o ano de 1999.

Caiuby de Souza Arruda
Profa. Helena Rovay Benneton
Dr. Geraldo Bragion
Paulo Nogueira de Camargo
Aos consócios falecidos as nossas profundas homenagens.



II - Atividades do IHGP no período de 03/ 2000 a 02/2001 (1º ano da 2ª gestão)

1. Introdução

A Diretoria do ano 2000-2001 também pertence ao biênio 1998-2000, por serem contados os anos entre os meses de fevereiro a março. Assim a sua composição era a seguinte:

Presidente: Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho
Vice Presidente: Marly Therezinha Germano Percin
1º Secretário: Geraldo Claret de Mello Ayres
2º Secretário: Cecílio Elias Netto
1º Tesoureiro: Haldumont Nobre Ferraz
2º Tesoureiro: Décio Azevedo
Orador: Elias Salum
Bibliotecário: Oswaldo Cambiaghi

A Diretoria para o biênio 2000-2002 foi reeleita através de chapa única em assembléia realizada no dia 22.02.00. Apenas foi trocado o nome do Vice-Presidente que passou a ser a Professora Marly Therezinha Germano Percin. A posse da Diretoria, se deu no dia 29 de março, quando foram apresentados e discutidos os relatórios de atividades e financeiro do ano interior, sendo ambos aprovados por unanimidade. Recebemos na reunião a visita do Deputado Federal Sólton Borges dos Reis, nosso sócio correspondente, que fez uma saudação ao IHGP e à Diretoria reeleita. Foi prestada homenagem póstuma ao associado Paulo Nogueira de Camargo recentemente falecido.

2. Atividades Culturais (período 01.03.00 a 28.02.01)

2.1. Seminário de Turismo Rural (SEMA) : (02.03.00)

Realização de Seminário de Turismo Rural , realizado pelo SEMA, no Anfiteatro do Centro de Convivência da Prefeitura Municipal, sob a coordenação do Secretário Prof. Mentem. O Presidente do IHGP foi convidado como um dos debatedores do tema.

2.2. Início das Festividades dos 500 anos do Brasil (06.03.00)

Início da realização de projeto feito em parceria com o Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, na sede dele, tendo como Diretora a Senhora Marisa Libardi, com destaque especial aos imigrantes. Estendeu-se até o mês de agosto de 2000. Ao Museu coube a parte de exposição de artefatos trazidos pelos Imigrantes (Italianos, Japoneses, Portugueses, Alemães, Negros e Judeus, além de materiais Indígenas) com palestras aos alunos da rede escolar de 1º e 2º graus. Ao IHGP couberam as palestras realizadas à noite para o público em geral.

Inicialmente, no mês de março, as exposições foram sobre os objetos trazidos pelos Imigrantes Italianos e Japoneses, expostos durante 30 dias, com apoio das sociedades Italiana e Japonesa.

O IHGP apresentou no dia 16.03.00 palestras sobre os imigran-



tes Japoneses na sua 1ª parte, feita pelo engenheiro Toshio Icizuca, filho de imigrantes, que discorreu sobre os problemas sentidos pelo seu povo no nosso País.

Na 2ª parte do programa, falou o Prof. José Faganello, dos colégios CLQ e Anglo, que discorreu sobre o imigrante Italiano e apresentou um filme com entrevistas de antigos imigrantes e Italianos residentes na Itália sobre o assunto Imigração. Ambas as palestras despertaram muito interesse e debates entre os presentes. Os italianos que permaneceram na Itália acham que estão em melhores condições de vida do que os emigrantes, pois as suas atividades são voltadas para o comércio e indústria, enquanto que os nossos imigrantes tiveram de se dedicar às atividades rurais.

2.3. Visita dos Alunos de Turismo do SENAC ao IHGP

Palestra para os alunos sobre as finalidades e os processos de pesquisa utilizados pelo IHGP com a presença do Diretor do curso Prof Hugo Pedro Carradore.

2.4. Palestra sobre os Imigrantes Portugueses, Alemães e Judeus (12.04.00)

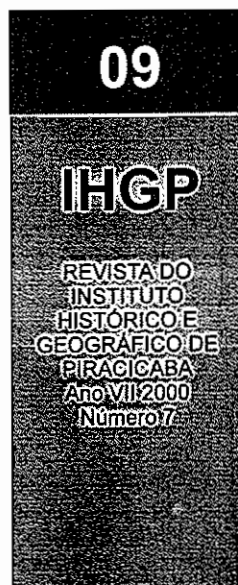
Palestra sobre os Imigrantes Portugueses, desde os primeiros vindos ao Brasil e sobre os Imigrantes Alemães e Judeus Novos, pronunciada pelo nosso sócio correspondente Marcelo Meira do Amaral Bogaciovas, que agradou, plenamente, o seletto auditório de 100 pessoas. A reunião foi realizada na sala Dona Helena Benetton, do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes. Nos meses de abril e maio ficaram expostas ao público, no museu, 46 pranchas coloridas, procedentes da Comissão de Festejos dos 500 anos dos Descobrimentos Portugueses, enviadas pelo governo português ao IHGP. Passaram, nesse período, pelo museu, cerca de 1700 visitantes, constituídos de estudantes, professores e pelo público geral.

2.5. Imigração Negra (10.05.00)

Dentro da continuidade da programação dos 500 anos do Brasil, foi realizada na sala Profa. Helena Benetton, no Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, às 20 horas, com a participação do IHGP, uma palestra da Profa. Lourdes Aparecida da Rocha Carvalho sobre o tema **A Importância da Mulher Negra na História do Brasil**, assunto que agradou muito a platéia, pela qualidade da oradora e pela riqueza dos detalhes, fotografias e tabelas. O IHGP e o Museu ofereceram um certificado conjunto à oradora.

2.6. Imigração Negra (11.05.00)

Sobre a Imigração Negra, a Profa. Fabíola Aparecida Rocha Carvalho fez uma palestra na sala Profa. Helena Benneton, às 14 horas, sobre as personalidades negras na literatura brasileira. Recebeu um certificado de participação emitido pelo IHGP em conjunto com o Museu, já sob a direção do Prof Francisldio Beduschi. Fez a apresentação da oradora o Presidente do IHGP.



2.7. Imigração Negra (12.05.00)

No auditório do Museu, às 15 horas, dentro do programa da Imigração Negra, palestra do ativista cultural Prof. Leonel Ferra Kulti Ferraz, que discorreu sobre a Antropofagia Cultural, recebendo também o certificado do IHGP e Museu, pelas mãos do Prof. Francislídio Beduschi.

2.8. Sessão Magna de Diplomação de Novos Associados e de entrega de Medalhas de Mérito Prudente de Moraes (31.05.00)

Foi realizada, no Anfiteatro do Centro Cívico da Prefeitura Municipal de Piracicaba, com início às 19h30 horas, a Sessão Magna denominada Diplomação Brasil 500 Anos, com a posse de 19 novos associados (aprovados no ano 1999) e entrega das Medalhas de Mérito Prudente de Moraes a dois associados. Com toda a pompa, os novos associados, após serem anunciados pelo Orador Elias Salum, foram diplomados recebendo os diplomas e as insígnias.

Passou-se, então, à entrega das medalhas de Mérito Prudente de Moraes, a começar pelo Historiador Prof. Dr. Edmar José Kiehl, sócio Fundador do IHGP, Primeiro e Segundo Presidente da entidade, a quem coube a instalação e solução dos primeiros problemas do nosso sodalício. Fez a saudação o Prof. Frederico Pimentel Gomes, após o que recebeu o diploma, a medalha, a medalhinha e o bouton das mãos das autoridades presentes. Em seguida, saudada pela nossa Vice-Presidente, Profa. Marly Therezinha G. Percin, foi diplomada e recebendo a medalha, medalhinha e o bouton a grande Historiadora Maria Celestina Teixeira Mendes Torres, detentora de diversos prêmios sobre monografias históricas.

A seguir procedeu-se às homenagens póstumas aos associados Dr. Noedy Krahenbühl Costa e ao Jornalista Flávio de Toledo Pizza, há pouco falecidos. Agradeceram ao ato a Profa. Elisa K. Costa Pantaleão e o Dr. João Carlos Japur, em nome dos familiares dos falecidos.

A sessão foi encerrada com o hino de Piracicaba e com um coquetel aos presentes.

2.9. Imigração Árabe: (09.08.00)

Na sala Profa. Helena Benção no Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes houve a sessão solene do IHGP em conjunto com o Museu e com a sociedade Sírio-Libanesa, comemorando, também o aniversário desta e homenageando o Imigrante de origem árabe. A Palestra sobre a Imigração árabe foi feita pelo Sr. Raul Helu, orador oficial da sociedade Sírio-Libanesa que discorreu sobre a Cultura árabe e sua influência aqui no Brasil. Além das autoridades constituídas de Piracicaba, compareceu também o Arcebispo da Igreja Ortodoxa de São Paulo, Dom Damaskinos Mansur, Prof. Antônio Carlos Neder, Presidente da Sociedade Sírio-Libanesa. Foi prestada homenagem ao Jornal de Piracicaba, pelo seu centenário, com saudações feitas pelos Presidentes do IHGP e da Associação Sírio-Libanesa. O IHGP ofereceu ao Arcebispo uma coleção de seus livros e revistas, tendo o Presidente recebido do Ilustre Eclesiástico uma Santa Ceia



originária de Damasco. Estiveram presentes o Prefeito Humberto de Campos e o Vice-Prefeito João Chadad.

2.10. Comemoração do Aniversário de Piracicaba (233 anos) (30.08.00)

Em comemoração do aniversário de Piracicaba, o IHGP fez uma sessão especial denominada **Caminhada de Reconhecimento**, iniciada às 10 h da manhã e percorrendo os principais pontos históricos da fundação do povoado, que se deu a 1º de agosto de 1767. Foram visitados o monumento histórico da fundação, situado nas Terras do Engenho, o local da 1ª capela, situada mais ou menos a 30 metros de distância, e o reconhecimento do local do porto **Rampa Pré-Colombiana**, um pouco abaixo do salto, onde os povoadores aportaram. O porto foi preparado pelos indígenas que habitavam a região, sendo portanto muito mais antigos do que a povoação. Ficou acertado, na reunião, fazer o levantamento dos pontos históricos nas coordenadas de latitudes e longitudes e altitudes, o que foi feito também em relação à taxa encontrada na porta principal da catedral. O trabalho foi feito em colaboração com as Secretarias do Meio Ambiente e da Ação Cultural e do Engenheiro Carlos Marra, devendo, futuramente, se expandir para outros pontos históricos da cidade. A reunião culminou com um almoço no restaurante Porto Seguro, Rua do Porto, com todo o formalismo exigido pela data. Esteve presente o Padre Delboux, da Igreja da Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila Resende.

2.11. Exposição na Terra do Engenho (mês de junho)

O IHGP tomou parte na Exposição das Associações de Classe e Entidades Cívicas de Piracicaba, realizada no período de 03 de junho a 02 de julho de 2000, promovida pela Comissão Municipal Brasil 500 Anos, Prefeitura Municipal e Secretaria da Ação Cultural, nas instalações do Engenho Central. Durante a Exposição, foi distribuída uma Mensagem Escrita pela nossa Historiadora Marly T.G.Perecin, discorrendo sobre os painéis portugueses expostos e contendo os principais dados do IHGP, tais como, finalidades, modalidades de sócios, número de associados, trabalhos, livros e revistas publicadas, e participações nas atividades cívicas da cidade. Cerca de 4000 pessoas visitaram a Exposição.

2.12. Centenário do Grupo Escolar Moraes Barros (01.08.00)

O IHGP participou das festividades, tendo oferecido ao Grupo Escolar uma coleção de seus livros e revistas, além de cópias xerográficas dos Almanques de Piracicaba Anos 1900 e 1914. Participou o Presidente da comissão de festejos, que recebeu na Câmara Municipal de Piracicaba um Diploma referente ao evento, como ex-aluno do Grupo Escolar. Durante o mês de agosto os painéis portugueses ficaram expostos no Grupo Escolar Moraes Barros. Durante as festividades, foi inaugurada a herma do Senador Moraes Barros, esculpida pelo nosso associado Jairo Mattos.

11

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII/2000
Número 7

2.13. Centenário do Jornal de Piracicaba (01.08.00)

Compareceu o Presidente às comemorações e ao lançamento do livro *A Saga de um Jornal*, de autoria do Prof. Samuel Pfromm Neto, realizada no Teatro Municipal, e, do lançamento do livro do Dr. Marcelo Baturra Losso, sobre as vidas artísticas e jornalísticas de Fortunado Losso Netto e Eugênio Luiz Losso, realizado junto à Secretaria de Ação Cultural, no Engenho Central.

2.14. Delegação Portuguesa de Cirurgiões Dentistas (17.09.00)

O IHGP participou da comissão de recepção aos Cientistas e Cirurgiões Dentistas Portugueses vindos a Piracicaba para agradecer a colaboração da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (UNICAMP) na formação de área odontológica em Portugal, prestando significativas homenagens ao Prof. Antonio Carlos Neder, com uma Comenda do Governo Português. Receberam, também, medalha congratulatória, o nosso Orador Elias Salum e o Professor da Odontologia, cabendo ao presidente do IHGP medalha comemorativa correspondente ao segundo aniversário da Associação Portuguesa de Cirurgiões Dentistas, festejando o Dia do Odontologista. Na reunião, feita no Restaurante Mirante, o Presidente do IHGP fez uma saudação aos visitantes.

No dia seguinte houve comemoração especial em sessão da Câmara Municipal, em que foram homenageados pelo Presidente da Câmara e demais Vereadores.

2.15. Sessão Magna de Posse de Novos Associados e Outorga de Medalhas de Mérito Prudentes de Moraes (06.12.2000)

Sessão Magna realizada pelo IHGP, na Sala Profª. Helena Benetton, do Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes, gentilmente cedida, pelo seu Diretor Prof. Francisldio Beduschi, no dia 06.12.2000, às 19h30 horas, para a posse de dois novos associados: Economista Nelson Carrano Torres e Dr. Manoel Gomes Tróia. Feita a apresentação pelo Orador Elias Salum, os novos sócios foram diplomados, recebendo os diplomas e as insígnias das mãos dos padrinhos. A seguir, o Presidente dá os detalhes da lei que criou a Medalha de Mérito Prudente de Moraes e a sua regulamentação. O Orador Elias Salum anuncia os nomes dos homenageados, discorrendo sobre os seus currículos: Professor Antônio Carlos Neder, Professor Titular da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – UNICAMP e Presidente da Sociedade Sírio-Libanesa; Prof. Samuel Pfromm Netto, Professor Titular da USP e da PUC nas áreas de Psicologia e Pedagogia, Vice-Presidente do IHG de São Paulo e Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia; Prof. Antônio Pacheco Ferraz, Professor de Desenho e de Pintura e um dos maiores nomes das Artes Plásticas de Piracicaba, tendo residido na França por diversos anos. Os três laureados receberam os diplomas, as Medalhas de Mérito Prudente de Moraes, as medalhinhas e os *boutons* das mãos das autoridades presentes. Em seguida falou em nome dos homenageados, o Prof. Samuel Pfromm Netto, que pronunciou belas palavras enaltecendo a figura de Prudente de Moraes, em cuja ex-residência está instalado o Museu.



Foi feita no final homenagem póstuma ao associado jornalista Geraldo Nunes, falecido recentemente.

2.16. Lançamento do Livro Almanaque de Piracicaba Ano 2000 (14.12.2000)

Em Sessão Especial realizada no Átrio da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) foi feito o Lançamento do Livro Almanaque de Piracicaba Ano 2000, de autoria do nosso associado e grande escritor e historiador Cecílio Elias Netto e editado em parceria, contando com a colaboração preciosa da Companhia Votorantim, através da Fábrica de papel da Monte alegre e pelo nosso associado Paulo Bassetti, Diretor da Fábrica de Ribeirão Preto.

Aos Associados do IHGP, Antonieta Rosalina Losso Pedroso, Rosário Losso e diretor Lourenço Tayar, do **Jornal de Piracicaba**, e ao Professor Almir de Souza Maia, Magnífico Reitor da UNIMEP, os nossos agradecimentos. Em especial, ao talento do nosso escritor Cecílio Elias Netto, à sua Esposa e a todos que colaboraram, principalmente a Comissão do Almanaque.

Na oportunidade, o IHGP fez, através do seu Presidente, a entrega de Troféus, ao **Jornal de Piracicaba**, pelo seu Centenário; à UNIMEP pelos seus 25 anos e ao Cecílio, em reconhecimento pelo evento.

A Saudação Oficial do IHGP, pela impossibilidade do Orador Prof. Elias Salum, foi feita pelo Prof. Antônio Henrique de Carvalho Cocenza..

2.17. Homenagem ao Príncipe dos Poetas Piracicabanos: Lino Vitti.

Estivemos, acompanhado pelos historiadores Elias Salum e Antônio Henrique de Carvalho Cocenza, em Sessão Especial da Câmara Municipal de Saltinho, onde o Poeta Historiador Lino Vitti, foi homenageado com o título de Cidadão Saltinhense, pela sua produção poética.

2.18. Vigésimo Quinto Aniversário da UNIMEP

O IHGP se representou, pelo seu Presidente, nas festividades do Vigésimo Quinto Aniversário da UNIMEP, onde foram homenageados os nossos associados Magnífico Reitor Prof. Almir de Souza Maia, o Vice-Reitor Gustavo Jacques Dias Alvim e professores Elias Salum e Antonio Henrique de Carvalho Cocenza e o Medalhado Prudente de Moraes Prof. Dr. Edward Senn, Criador da UNIMEP, hoje residente nos Estados Unidos.

2.19. Associação de Piracicaba e Região Convention & Visitors Bureau

Criação da Associação acima citada, cuja principal finalidade é a de aumentar o fluxo de visitantes a Piracicaba e região, através de eventos culturais, sociais, comerciais, industriais, técnicos, científicos, ou de outra atividade legal, promovida por contatos entre a Associação local com entidades dentro ou fora do País.

Foi eleita uma diretoria, presidida pelo Economista Nelson



Carrano Torres e outros nomes já escolhidos. Estamos de posse dos estatutos da Associação.

2.20. Recepção à Delegação Portuguesa da Cidade de Almada

Comparecimento, representando o IHGP, à recepção à delegação portuguesa da Cidade de Almada, cidade irmã de Piracicaba, em reunião, realizada no Centro de Convivência, quando ofereceu aos visitantes uma coleção de livros e revistas do IHGP e uma cópia xerográfica do Almanaque Ano 1900, para ser entregue ao órgão representativo cultural da cidade.

3. Eventos Cívicos

No ano 2000 o IHGP participou das comemorações cívicas de Piracicaba, nas datas históricas, fornecendo os oradores e tendo como seus representantes o Presidente e os membros das atividades cívicas, constituídos pelos historiadores Noedí Monteiro e Prof. Francisldio Beduschi. Daqui em diante, assumirá apenas este último.

4. Revista do IHGP

Será lançada oficialmente na próxima reunião (Assembléia) a revista numero 6, com 120 páginas, correspondente ao ano 1999.

5. Biblioteca do IHGP

Recebemos, por doação judicial, como legado, a biblioteca do nosso associado falecido no ano passado, Jornalista Flávio de Toledo Pizza, constante de cerca de 3 a 4 mil livros, revistas e documentos. O acervo acha-se encaixotado e guardado, provisoriamente, numa sala da Secretaria da Ação Cultural até resolvermos o problema do seu acondicionamento e aproveitamento.

Recebemos como resultante da impressão do Almanaque Ano 2000, 400 exemplares do livro, a ser distribuído aos associados pela quantia de R\$15,00 na primeira unidade e de R\$20,00 nas demais. Para as pessoas de fora, não associadas, serão vendidos por R\$35,00, que é o preço normal, decisão tomada pela Diretoria.

6. Comissão de Periódicos e Revistas

Continuamos, ainda, com as coleções divididas: **A Gazeta de Piracicaba** (1882 a 1936) na sede do IHGP; **Jornal de Piracicaba**, de 1901 a 1995 e o **Diário de Piracicaba**, nas dependências do **Jornal de Piracicaba**, à Rua Moraes Barros. Neste ano, pretendemos dar uma solução para o impasse.

7. Projeto sobre os Processos Judiciais

Foi apresentado à FAPESP (Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) o Projeto "Determinação de Metodologia para Informatização de Processos Judiciais de Relevante Importância Histórica", de autoria do nosso associado Prof. Dr. Frederico Pimentel Gomes. Tratando-se de assunto recente tem de ser reformulado, introduzindo na equipe elementos ligados a outras áreas.

14

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VIII 2000
Número 7

8. Projeto Almanaque de Piracicaba Ano 2000

Depois de tantas reuniões no ano anterior, procurando-se uma forma de realizar a edição do almanaque, sob a coordenação do associado Cecílio Elias Netto e patrocínio do comércio e indústrias, eis que surge a idéia de uma reunião entre o IHGP, o **Jornal de Piracicaba** e a UNIMEP, da qual resultou um convênio entre os três órgãos e a cristalização do Projeto.

Dessa parceria, depois de uma serie de modificações, e com o apoio da Votorantim, foi possível uma edição de 4.000 exemplares, cabendo 400 unidades ao IHGP. Esse fato marcou os cem anos de Piracicaba, dando continuidade à famosa obra de Camargo, impressa no ano 1900, os cem anos do **Jornal de Piracicaba** e os 25 anos da UNIMEP, e se quiserem, os cento e quinze anos do Colégio Piracicabano.

O convênio foi assinado pelo Presidente do IHGP, pelo reitor da UNIMEP, Prof. Almir de Souza Maia e pelo Diretor Executivo do JP, Economista Lourenço Tayar.

9. Comissão dos Processos Judiciais

Tendo como Coordenador o Prof. Frederico Pimentel Gomes, a Comissão continuou o seu trabalho de pesquisas, através dos estagiários Vítor André de Souza, Rogério Martins de Oliveira, substituído por Daniela Ribeiro Lacerda e em seguida por Davi Gomes. Foram analisados e cadastrados no computador somente no período de janeiro a novembro de 2000, 2.367 processos, totalizando um número de 9897 processos. Início dos trabalhos, em 1997.

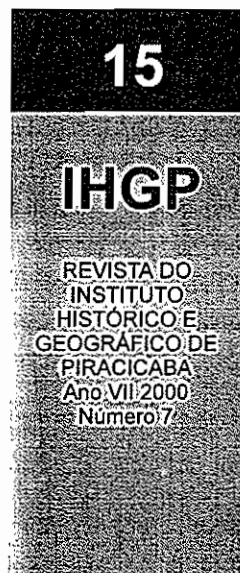
10. Novos Associados

No decorrer deste ano tivemos um crescimento de associados, sendo sócios titulares e sócios correspondentes. São os seguintes: Adolpho José Melfi (não empossado); Almir de Souza Maia; Antonio Amauri Groppo; Antonio Altafin, Aracy Lovadini Muniz; Cairbar Pereira Araujo; Carlos Moraes Júnior; Cezario de Campos Ferrari; Clemente Nelson de Moura; Hélio Dias da Silva; Humberto de Campos; João Chaddad; José Antonio Bueno de Camargo; Marinalva Garcia; Marisa Elisete Libardi; Reinaldo C. Torres de Carvalho (não empossado); Renato Françoso Filho; Salim Simão; Shirley Prado; Timotheo Jardim; Carlos Moraes, Jurandir Malerba, Manoel Gomes Troia e Nelson Carrano Torres.

11. Outorga de Medalhas de Mérito Prudente de Moraes

Durante o último ano tivemos a entrega de duas medalhas, correspondentes ao ano de 1999 e somente entregues no dia 26 de abril de 2000 aos historiadores do IHGP, prof. Dr. Edmar José Kiehl, Professor associado da ESALQ, por duas vezes Presidente do IHGP, e à Profa. Maria Celestina Teixeira Mendes Torres.

Representando o ano das Comemorações dos Quinhentos Anos, ano 2000, receberam as Medalhas de Mérito Prudente de Moraes o Prof. Dr. Antônio Carlos Neder, Professor Titular da Faculdade de Odon-



tologia de Piracicaba (UNICAMP), o Prof. Dr. Samuel Pfromm Netto, Professor Titular da Faculdade de Educação da USP, ambos associados do IHGP, e o Prof. Antonio Pacheco Ferraz, um dos grandes Artistas Plásticos de Piracicaba.

Com as cinco medalhas, o IHGP nos seus 34 anos de existência distribuiu 30 Medalhas de Mérito Prudente de Moraes, o que dá menos de uma por ano.

12. Maquete da Usina Monte Alegre

Graças a iniciativa do Prof. Hugo Pedro Carradore, o Sr. Geraldo Zaratín doou ao IHGP a maquete da Usina Monte Alegre, inclusive da Igreja e uma cópia das máquinas a vapor que transportavam a cana dos canaviais até a usina.

13. Associados Falecidos no Ano 2000

Dr. Noedy K. Costa

Prof. Flávio Toledo Piza

Jornalista Prof. Geraldo Nunes

Aos consócios falecidos as nossas sinceras homenagens.

16

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7



VIDA ACADÊMICA DE PRUDENTE

Nelson de Oliveira Camponez do
Brasil

Ingressando na academia de Direito de São Paulo, em 1859, cuidou Prudente de Moraes em resolver o seu não fácil problema de estudar com afinco, fazer o curso sem contratempo, dentro das minúsculas posses que lhe permitia a herança paterna.

Não era, como um mero *diletante* que ali fosse para escapar ao ambiente pesado do lar provinciano, ou para acrescentar vaidosamente o título de doutor ao renome de que já se visse rodeado, por virtude dos cabedais, dos largos tratos de terra, dos incontáveis rebanhos, das numerosas edificações, que se transmitiam de prole a prole nas famílias abastadas. Prudente era pobre e, dada a sua propensão aos estudos, tivera de contrariar, também, os intentos do padrasto, que o destinava à profissão comercial.

Urgia, pois, corresponder aos esforços da mãe extremosíssima, dos irmãos, dos velhos amigos da casa, que todos eles foram os seus eloqüentes intercessores na suspirada permissão para estudar. Anuiu de bom grado o tutor, por isso que idolatrava aqueles órfãos sob a sua carinhosa proteção, embora sentisse na velha alma portuguesa, tradicionalmente voltada ao comércio, levíssimo desapontamento que se foi esfumando à medida que o tutelado venciam plenamente os anos do curso.

Naquela época, a Academia de Direito abrigava uma rutilante mocidade, que, por assim dizer, se tornou a intromissora de novas idéias, de novos rumos no tradicionalismo da velha Paulicéia. Proliferaram os grêmios estudantinos, bem como teve nomeada, se bem que efêmera, um sem número de periódicos de diversos matizes sociais-políticos, redigidos por acadêmicos que, mais tarde, vieram a tornar-se astros de primeira grandeza, assim na política, na alta magistratura, na imprensa, como na edição de obras de caráter cultural, ou meramente literárias. Germinava o advento de uma era nova.

O velho burguezismo paulistano sentia frouxos os seus alicerces. Uma verdadeira 'horda de iconoclastas', conforme lhe parecia, infiltrava-se no âmago das antigas convicções, dos austeríssimos costumes, para reagir sarcasticamente contra as ridicularias da sociedade existente e levava de vencida a compostura exagerada, a

17

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII: 2000
Número 7



circunspeção e os modos algo teatrais dos barbudos conselheiros, comendadores, senhores de engenho, dos adiposos comerciantes fundamentalmente passadistas, enfim, do burguês, que se fizera o derradeiro defensor de uma época, preconceitos e usos anacrônicos - renitente lembrança absolutista dos tempos coloniais.

Mocidade irreverente, mas brilhante, estudiosa, culta, transformava o São Paulo de então com o ruído das estudantadas, com o choque das idéias reacionárias, com a resistência à rigidez obsoleta de costumes. Pelas férias, fechado o velho casarão do largo de S. Francisco, modorrava o povo, repontava a aldeia prosaica, silenciosa, vazia...

Retraído, de poucas palavras, avesso ao barulho, à pândega, ao sueto, às noitadas pelos mortos becos - arena preferida de teimosos estudantes serenateiros e de insignes capoeiras - ou aos espetaculares sabbats das repúblicas, onde imperava a escola de um Byron infernalesco que muitos pulmões destruiu, e almas de artista, muitos gênios, muitos corações, Prudente de Moraes não foi precisamente um estudante popular nas rodas estudantinas. Parecia antes um velho, tal a compenetração do seu papel de moço "precisado" que ali não viera divertir-se, ou arruinar-se, mas, para aproveitar avaramente as lições dos mestres, repelida como inadmissível qualquer hipótese de um "R", fatal aos seus parques haveres e que lhe suspenderia definitivamente os estudos.

Não deixou memória como escolar buliçoso, folião, boêmio dessa "colméia mais ruidosa, infatigável em sua ação, regorgitando de vida, pronta em todas as manifestações dessa vontade espontânea que produz o desvario e alimenta o gênio, mas que entreabre, aos propícios anos de mocidade, as mil avenidas do futuro, e são os habitantes dessa colméia, as abelhas douradas, que fabricam os primeiros favos da sabedoria da ciência de que nos fala o verbo fulgurante de Spencer Vampré" (Memória para a História da Academia de S. Paulo, tomo II, pág. 61).

Ao passo que muitos dos seu contemporâneos perdiam os lazeres nos chorinhos noturnos pelas ruas adormecidas da Paulicéia, nos cavalinhos, nas assuadas do teatro São José, ou em caçadas e dichotes no correr das cerimônias religiosas, mormente nas da Semana Santa, pondo tropeços à energia desabrída do celeberrimo chefe de policia dr. Furtado, que inutilmente teimava em refrear a vivacidade e irreverência daquela plêiade estuante de novos símbolos e que de tudo zombava, inclusive das autoridades e dos esbirros ainda que apoiados no irretorquível argumento de um temeroso 'tacape' de madeira de lei, ele, arredio, ficava entre os seus livros, ora refugiado no mundo dos pensamentos íntimos, longe da turba revolta dos companheiros.

Jamais, deu-se ao grosseiro prazer de repelir uma "futrica" ou de atormentar qualquer calouro nos raros bailes a que assistia. Nem consta que se tivesse celebrizado por calotear a popular doceira Nhá Umbelina, velha fornecedora de café, chocolate, mingau, e doces caseiros à rapaziada do Largo de São Francisco Não adquiriu fama, outrotanto, nas rumorosas caçadas de veado nos Campos Elíseos, de

marrecas na atual rua Vitória, ou de codornizes no Cambuci, desporto do especial agrado de estudantes chefiados pelos façanhudos Reis Caçador e Martinho Contagem. Passou em branca nuvem com os mestres, sem sombra de atrito com o impossível dr. Justino, e se mais não fulgiu no sentido de liderar a própria turma com o brilho de sua inteligência, tudo se deve à sobriedade de atitudes, à ponderação, ao retraimento, que eram as marcantes exteriorizações da sua personalidade. Sem embargo, fez-se estimado dos colegas, mercê da delicadeza e sensibilíssima lhaneza de trato. Conquistou amizades que o acompanharam em toda sua acidentada vida política.

Se não teve colaboração mais vistosa e atuação de maior realce nas agremiações e periódicos, durante o tirocínio escolar, nem porisso mereceu menor admiração daqueles que ocupavam já as situações mais destacadas no meio acadêmico. É que a inteligência, o bom senso, e a sinceridade que emprestava às suas atitudes descortinavam o temperamento de um líder em elaboração.

Convivendo com talentos de escol, tais Campos Sales, Francisco Rangel Pestana, Teófilo Carlos Benedito Otoni, Paulo Eiro' - o malogrado poeta - Bernardino de Campos, Artur César Guimarães, e outros, não podia Prudente de Moraes deixar de dar expansão e forma à ânsia liberal que lhe tumultuava o temperamento. E aquilo que transparecia antes como tendência instintiva passou a ser uma inclinação dirigida, corporificada pelo pensamento, pelo estudo, pela ilustração.

Almas gêmeas do ideal, lutou essa mocidade revolucionária pelo estabelecimento de uma nova organização, lançou os germes de um novo regime e por eles consumiu as melhores forças e anseios até que, um dia muito distante, envelhecida mas não cansada, viu raiar a aurora das suas alevantadas aspirações. Quase não alcançaram alguns deles, os propagandistas, a concretização da reforma política. É que a idéia nova permaneceu muito no "universo" da imaginação até que se pudesse consolidar como um pensamento fatal, uma diretriz marcada no destino político do novo brasileiro. Quando ela se fez força e se fez ação, para instituir o governo republicano, viram-se à frente do movimento triunfante uns homens trôpegos pela idade ou pela doenças, precocemente encanecidos pelas lutas partidárias, mas cuja alma jovem, a alma estudantil, o espírito acadêmico da velha Faculdade de Direito de S. Paulo que resplandecia sob o fogo sagrado o regime democrático.

Em 10 de dezembro de 1863, recebeu, Prudente José de Moraes Barros a carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, com plenamente, e regressou, sem mais tardança, a Piracicaba, onde o arrastavam as saudades vivíssimas da família, principalmente as da própria mãe - sua maior inspiradora - já bastante idosa, que teve ainda a ventura de ver o seu querido caçula encarreirado na vida, eis que faleceu em fins de 1866.

Piracicaba, Setembro de 1941.

Bibliografia:

Spencer Vampré - Memórias para a História da Academia de S. Paulo. Almeida Nogueira - Tradições e Reminiscências. José Jacinto Ribeiro - Cronologia Paulista. Gazeta de Piracicaba no. 2926, de quarta-feira, 3 de dezembro de 1902. Roberto Capri - Piracicaba, 1914.

19

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

A INICIAÇÃO POLÍTICA DE PRUDENTE

(I)

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

A POLÍTICA DE ALDEIA

A derrubada de um partido que se achasse no poder representava quase sempre um fato de grande estremecimento em todo o país. Governo de ontem, passava a situação para o oposicionismo, deixado o mando em mãos dos adversários políticos, até encontrar, nas grandes transições políticas, novo ensejo de subida, bem como do advento de gabinete à feição.

Imune às agitações partidárias, flutuava o poder imperial entre conagraçamentos, ora com um, ora com outro partido que ascendia ao mando, e ao qual favorecia, então, com o privilégio das nomeações para os cargos públicos, principalmente, para os das autoridades policiais e de outras cujas funções são até hoje mencionadas como "de imediata confiança do governo", enfim com todos os recursos e proteções de que geralmente se utiliza a política, para premiar os seus servidores.

Disponha o situacionismo, mais talvez que em tempos contemporâneos, de meios eficientes para conquistar e convencer eleitores, e para consolidar o seu prestígio quando no poder.

No interior das províncias, nas pequenas vilas e cidades de então, a luta partidária processava-se, por vezes, com demasiada virulência registrando-se conflitos, perseguições pequeninas, más vontades, demissões de funcionários, inimizades rancorosas que não poupavam até membros de uma mesma família, sob o mesmo teto.

Nos períodos críticos da dissolução do Parlamento, verificada a elevação de um gabinete ao poder, tratavam aqueles que o prestigiavam de garantir a própria estabilidade do partido, preparando afanosamente a vitória nas eleições gerais das assembleias nos pleitos municipais, afim de contar com a maioria em todos os setores da administração monárquica. Para isso, mercê da centralização do poder e graças à lei do processo criminal de 1841 dispunham de recursos poderosos, como a nomeação dos presidentes de Província, formação de Juntas Paroquiais de qualificação à feição, designação dos comandantes superiores dos diversos corpos da Guarda Nacional, substituição dos funcionários policiais, escolha de substitutos dos juizes municipais e a nomeação destes serventuários, designação dos inspetores de estradas e caminhos e a dos de quartirão, nomeação dos suplentes e dos sub-delegados de polícia, nomeação, remoção e demissão dos professores de primeiras letras das raras escolas públicas e o maior deles: recrutamento dos adversários de menor representação, que, ou se sujeitavam ao preenchimento dos claros do exército de primeira linha – quase sempre em operações naqueles tempos - ou se engajavam nos destacamentos dos guardas municipais permanentes. Outros, os que possuíam alguns haveres, iam engrossar as fileiras da Guar-

20

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

da Nacional. Em qualquer das alternativas só os esperava o trabalho, os aborrecimentos, os perigos, as sujeições, os vexames, eis que a Guarda Nacional não constituía, então, mera tropa decorativa, mas auxiliava no patrulhamento noturno, nas escoltas em caça de perigosos desordeiros, na captura dos recrutados, e corria, pois, os riscos eventuais dessas diligências que, por vezes, se degeneraram em conflitos de não pequena monta e dos quais resultaram ferimentos ou mortes entre os contendores.

Havia, também, outra arma poderosa, legada pelos "corcundas" e usada em menor escala. Era a das inevitáveis questões de terra, surgidas com a demarcação do rocio de antigas vilas, que nem sempre tiveram solução a contento das partes, mas adormecidas, ressurgiam nas ocasiões de efervescência eleitoral, para por embaraços a algum proprietário de "outra cartilha" e, pouco depois, retornavam ao esquecimento, até que novo pretexto as fizesse repontar...

A POLÍTICA EM PIRACICABA

Constituição, atual Piracicaba, teve, provavelmente, como outros municípios daqueles tempos, muitas dessas ocorrências partidárias que não vieram até nossos dias senão pela tradição oral, e cuja memória, no transcorrer dos anos com o crescimento da cidade e o ingresso de gente estranha entre a população foi perdendo o caráter de veracidade e sofrendo como que deformações para a lenda, para a fantasia, para o irreal. Entretanto, se houve fatos que lançassem dúvidas quanto à atuação política dos que tiveram seus dias de mando, de poderio, na administração municipal, é certo que ficaram para trás, no conhecimento dos que desapareceram, visto que os arquivos pouco ou nada adiantam no seu registro e confirmação.

Vislumbra-se ligeiras referências a esta ou aquela ocorrência, reconhece-se mal velada agressividade no relato discreto dos assuntos de vereança, tudo o que, reunido, margem nenhuma deixa ao cauto observador, para evocar os sucessos que o tempo esqueceu. Percebe-se, todavia, que os homens de outros tempos cultivavam notavelmente a ogerisa provinda das dissensões partidárias. Dentro dos limites que a criação aconselhava, permaneciam irredutivelmente ligados a um sentimento de partido, que se transmitia como hábito clássico de família, e que se comunicava, também, a cativos, refletindo-se, nestes, em gestos e comportamentos deturpados, como se fora uma caricatura, numa cópia infiel, em que se salientassem, apenas, as imperfeições e os aspetos mais berrantes e desgraçosos. É certo que, em relativa minoria, se encontravam elementos claramente conscientes, os quais determinavam suas atitudes a salvo e sem quebra desses deveres consuetudinários.

Porisso que se traduzia em sentimento mais do que, propriamente, em idéia, a não obediência a este respeito caseiro assumia foros de verdadeiro "escândalo". Houve, porém, não poucos desses "escândalos" entre a gente mais letrada, que, teimosamente, foi dissolvendo o "tabu" das solidariedades passivas – passivas por só consultarem simpatias e afeições, visto que, inspiradas neste

21

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII:2000
Número 7

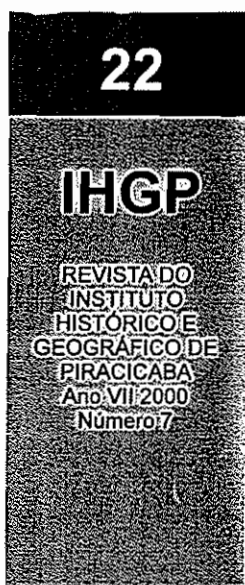
sentido, geravam ódios, alimentavam egoísmos, imprimiam, esporadicamente, atividades cruéis, senão grosseiras enquadradas apenas pelo respeito devido à posição, à educação familiar, aos sentimentos e temores religiosos de cada um...

Fiquemos aqui. Calemos os desmandos de Antonio Correia Barbosa, o capitão – povoador. E as atrabiliedades do comandante da povoação, sargento-mór Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho. Esqueçamos as represálias entre os **quarenta coligados e os Zeladores do Público da Freguesia** — representados pelo Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, vigário colado, Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e o capitão comandante, sargento-mór Domingos Soares de Barros. Deixemos as hostilidades com que mutuamente se presentearam o Tenente Coronel Antonio Fiúza de Almeida, chefe dos conservadores, e os revolucionários de 1842, chefiados pelo padre Manoel José de França, vigário da Paróquia, pelo “Boava Gordo” Antonio José da Silva, e pelo alferes Elias de Almeida Prado, liberais.

Abstraídas as razões sentimentais da política local e as suas raras e desagradáveis conseqüências, pode-se adiantar que havia notável empenho na realização dos pleitos, tanto na escolha dos candidatos, como na lisura das juntas de qualificação de votantes. Se ocorriam acaso, desavenças pessoais, perseguições, conflitos, a imputação cabia aos elementos de menor destaque, à ressonância de acontecimentos similares em outros pontos da Província, ou simplesmente á aglomeração de gentália – campo fácil para estes incidentes.

Sobresai de todo o passado histórico dos piracicabanos o desejo sincero, honesto, de concorrer para o florescimento da cidade, do município, malgrado tudo se tenha processado lentamente e através de inúmeros tropeços. Se foram justamente esquecidas as pendências, as rixas, as injustiças de ordem partidária, vieram para o presente as realizações efetuadas para maior bem estar e comodidade do povo. A ponte do Piracicaba, a Estrada de Ferro Ituana, a navegação fluvial, o Engenho Central, a Fábrica de Tecidos, a iluminação elétrica, o abastecimento de água, a Santa Casa de Misericórdia, os Templos, o Cemitério Municipal com o seu majestoso Pórtico, o antigo Hospital de Hansenianos, a Escola de Agronomia, o velho Teatro, são atividades que a iniciativa pública e a particular das gerações passadas nos legaram como um soberbo atestado da sua operosidade

Piracicaba, 28-09-1941 – Diário de Piracicaba.



A INICIAÇÃO POLÍTICA DE PRUDENTE (II)

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

IDENTIDADE DE VISTAS

Num ponto ao menos, num aspecto interessante se identificavam perfeitamente as correntes políticas: nos prélios eleitorais desta localidade, a substituição de um partido por outro não se fazia sem meticolosa reflexão e cuidadosa escolha de candidatos. Os adversários que alçassem o mando teriam, para captar a confiança pública, de ultrapassar as realizações e os empreendimentos dos que deixavam o poder, dado que Piracicaba jamais constituiu campo aberto às audácias de qualquer ádvena sequioso de glórias populares.

O ingresso na carreira política e o êxito nas lutas partidárias não se davam apenas a golpes de atrevimento, a convicções, muito embora pudessem ser estas eminentemente sentimentais, conforme já dissemos. Pelo contrário, havia inúmeros "totens", representados pela envergadura moral dos que compunham as facções políticas; pelas administrações prenes de bons serviços, de realizações, nas quais ressaltava, sobretudo, o emprego rigorosamente sensato dos parcos dinheiros do cofre municipal; pela dedicação das autoridades públicas, que, durante o mandato, sacrificavam, por vezes, sagrados interesses pessoais, em favor do bem coletivo.

Não existia, outrossim, a imprensa, os "meetings", os manifestos, e outros recursos da atualidade, que permitissem mais facilmente conhecer-se da capacidade realizadora dos pretendentes às funções administrativas. Daí o se redobrem zelos e cautelas. Quem quer que fosse com inclinações ao exercício de cargos públicos teria de construir toda uma reputação, de granjear o conhecimento e a estima popular, e de sotopôr as próprias qualidades às proverbiais qualidades dos concorrentes. Uns, mais felizes, o conseguiam em breve tempo; outros, porém, em menor contato com a população, perduravam no esquecimento. Havia, também, os que se recusavam a exercer funções e empregos públicos a vista das responsabilidades que os mesmos ofereciam, e, para o conseguirem, escusavam-se sob pretexto de doença ou de idade avançada, porisso que o convite representava uma oposição do governo, da política, em um tempo em que eram bastante restritas as liberdades individuais. Dentro dos partidos, as posições eram para os que a mereciam e não para os que a ambicionavam. Com este critério, com esta identidade de vistas, é claro que não havia oferecimentos, convites, mas tão somente "escolha", sem admissão de recusa. Este era o fenômeno local, que se não alterava ao entrocarse na larga artéria da política nacional, e que Prudente de Moraes veio encontrar na sua terra de adoção.

23

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

O MARCO ZERO DA GRANDE JORNADA POLÍTICA

Obsessionado pela democracia que bebera nas bancas acadêmicas, cheio de ardente idealismo, não podia ele permanecer indiferente ao panorama que se descortinava aos seus olhos moços. Com toda a generosidade própria do verdor dos anos, acreditava cumprir-lhe uma atitude no cenário local.

Ou renunciava a todas as lutas, aos princípios que o agitavam, aos compromissos com diletos companheiros de Academia, para colocar-se à sombra daqueles que representavam o poder, a força, a abastança e fidalguia locais, ou escolheria a senda mais afanosa, mais problemática do liberalismo em constante minoria, para não evadir-se às próprias convicções. Mas, repelindo as comodidades que lhe prometiam uma razoável submissão ao concerto, à harmonia existente no seio dos dominadores, escusando-se ao braço protetor do seu padrao - figura das mais representativas nos arraiais conservadores - tornando-se um egresso do círculo das opiniões e simpatias caseiras, cometeu o "escândalo", como já o fizera o seu irmão Joaquim José Morais Barros, para declarar-se abertamente simples soldado das fileiras liberais - ele, moço necessitado, sem mais recursos que a carta de bacharel, a sua viva inteligência, e uma vontade férrea de trabalhar e vencer. Convenhamos, que um gesto destes é nobre, é corajoso, é "d'arromba", como diria o João da Ega.

Via-se à frente dos conservadores piracicabanos um cortejo de gente de prol, gente briosa, letrada, endinheirada, prestigiosa, entre a qual se destacava o Conselheiro Dr. Antonio da Costa Pinto e Silva, Comendador Francisco José da Conceição, Fernando Pais de Barros, Dr. Estevão Ribeiro de Sousa Rezende, Dr. Felipe Xavier da Rocha, Major Caetano José Gomes Carneiro (padrao dos Morais Barros), Alferes Inocêncio de Paula Eduardo, Capitão Emídio Justino de Almeida Lara, Dr. Torquato José Leitão, Dr. Salvador de Ramos Correia, Manoel da Rocha Garcia, Augusto César de Oliveira, José Bento de Matos, Capitão José Wenceslau de Almeida Cunha, Manoel Alves de Oliveira Dória,, os Moratos de Carvalho, os Leite do Canto, para não citar mais nomes. Este pugilo brilhante de homens clientes prováveis, poderosos dispensadores de proteções, os donos, por assim dizer, do município - que vinham administrando por sucessivas legislaturas - é que Prudente de Moraes desdenhou, para se por em campo justamente contrário.

Nos arraiais políticos, da sua feição, é certo, pontificavam, também, nomes destacados, nomes imperecíveis, na estima popular: Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Ten. Antonio José da Silva Gordo, Eliás de Almeida Prado, Major Fernando Ferraz de Arruda, Capitão Miguel Antonio Gonçalves de Arruda, Ten. Cel. Carlos de Arruda Botelho, Manoel Ferraz de Arruda Campos, Prof. José Romão Leite Prestes, Cap. João Francisco de Oliveira Leme, Bento Barreto do Amaral Gurgel, José Custódio Soares de Barros, Dr. Joaquim Augusto Ribeiro de Carvalho Rios Rosas, Ricardo Pinto de Almeida, Comendador Joaquim da Silveira Melo, Pedro Liberato de Macedo, José Viegas Muniz, Francisco Cândido Furquim de Campos, Antonio

24

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

de Barros Ferraz, etc. Contudo, achavam-se mais ou menos em posição embaraçosa, reduzida a sua Influência e valimento, reduzida a sua representação na edilidade piracicabana. A bem dizer, nunca tiveram maior prestígio que pela força da opinião e pela coragem das suas atitudes.

O PRIMEIRO TRIUNFO

Qualificado eleitor em Janeiro de 1864, perante uma junta de qualificação de votantes, composta por maioria conservadora, é provável não desejasse Prudente de Moraes imiscuir-se tão de pronto em assuntos políticos, a não ser discretamente, tanto mais que urgia reunir clientela, garantir a subsistência, praticar o seu officio, para o qual sentia atração irresistível.

Mas, Joaquim José de Moraes Barros, vereador da minoria liberal então em exercício, influenciou-o, rogou-lhe a anuência, prometeu-lhe toda a ajuda, todo o apoio dos companheiros, cansados já de sempre viver "debaixo" dos contrários. Ademais, as hostes do liberalismo acabavam de sofrer a perda de um dos seus mais ilustres chefes, vereador em exercício, com a mudança do notável advogado Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, e se fazia necessário preencher a sensível lacuna, pela adesão de um elemento em condições semelhantes.

Preparava-se uma reação sem precedentes, para a qual se impunha o aproveitamento de todos os valores e o comparecimento em massa dos votantes, esquecido o abstencionismo que muitos vinham praticando, por se terem irremediavelmente convencido de que nunca sairiam vencedores. A marcha dos acontecimentos, as solicitações de amigos, as insistências do próprio irmão o empurraram à luta, comparecendo na chapa dos candidatos a vereador. Gesto arriscado este, para quem só tinha 23 anos, o competir com velhos e experimentados paredros locais.

E a campanha começou. Vieram as propagandas, os aprestos para o grande pleito. Mas, com geral surpresa, não foi preciso luta. A sucessão de vários e transitórios gabinetes liberais, que agravou as condições da política interna, e as ocorrências da nova orientação, parece, impressionaram os chefes conservadores, que, às vésperas das eleições, resolveram não participar das mesmas, determinando a abstenção dos seus correligionários.

Elegeram, assim, os liberais a totalidade dos vereadores, em número de nove, os Juizes de Paz da Sede e das Freguesias, e todos os suplientes.

Prudente de Moraes, por ser o mais votado, com 420 votos, foi escolhido para Presidente da Câmara - justamente o mais moço - aquele que a menos de um ano vivia sob o regime paterno e cursava ainda a escola superior. Como isso havia de doer aos conservadores, a esses mesmos que, mais tarde, o veriam alçar-se à suprema chefia do País, depois de uma trajetória belíssima no cenário da política brasileira.

Piracicaba, 30-09-1941 (Diário de Piracicaba)

25

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

PRUDENTE E O ESTELIONATO POLÍTICO DE 1868

(I)

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

A queda do segundo e último gabinete liberal progressista do conselheiro Zacarias (o de 03-07-1868), ocorrida em 16 de julho de 1868, que provocou a substituição do Presidente desta Província para nomear-se o Barão de Itaúna; que decretou a demissão das autoridades policiais; que arrastou consigo a liberalíssima política dos Andradas, e com ela José Bonifácio, o Moço — “a encarnação mais fascinadora das idéias liberais” — o orador mais consumado do seu tempo, o político mais querido das bancas acadêmicas, genuína expressão superlativa que reunia em suas aulas de Direito Civil não só a classe estudantil mas também pessoas alheias à Faculdade, gente qualificada — advogados de renome, funcionários do governo, desembargadores da relação — repercutiu fundamente em todo o País, com especialidade no interior do Estado de São Paulo, e foi o rastilho de graves acontecimentos, que iriam seguir-se nas eleições para renovação de mandato das Câmaras Municipais.

Divulgado o “o estelionato político” que ruíu por terra o partido liberal progressista, restava coligarem-se os dissidentes, num esforço supremo, a fim de opor o mais desesperado revide às manobras do partido conservador e à política subterrânea do Palácio de S. Cristovão. Históricos e progressistas, esquecidos velhos rancores, foram convergindo atividades para um conagraçamento que, pouco depois, deu origem ao partido radical — teto de onde assomou à história brasileira o partido republicano.

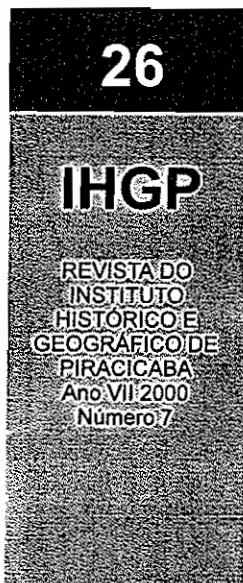
Sob a direção calma e enérgica de Prudente de Moraes, então deputado, achava-se a facção liberal piracicabana em maioria esmagadora, de posse total da Câmara e dos juizados de Paz, malgrado o largo prestígio que desfrutavam os conservadores, representados pela elite “rural” do município, pelos maiores patrimônios agrícolas e comerciais, enfim, por gente de pról, gente que já se havia distinguido em precedentes mandatos e anteriores competições eleitorais.

Não padecia dúvida que os liberais iriam repetir a memorável vitória de 1864, para conquistar galhardamente a representação integral na chapa de vereadores.

Além de outros prognósticos infalíveis, a atuação desassombrosa do preclaro chefe, quando na Assembléia Provincial, cominara eloquente e acremente os desmandos do partido adversário, constituía mais um índice no elevado conceito

Em tão pouco tempo granjeado aos seus munícipes de que seria assegurada a continuidade de uma política de evolução social, sem as graves consequências das bruscas transições.

Esperava-se no Município de Constituição um pleito de extraordinárias proporções, inédito, de marcar época... A campanha eleitoral recrudescia, à aproximação do tempo das eleições. Agentes de ambos os partidos percorriam o eleitorado a angariar simpatias e proble-



máticas adesões à causa que patrocinavam. Os do governo, além de falazes promessas, investiam de funções policiais, para vencer os recalcitrantes, acenando-lhes com o recrutamento, processos, serviços de guerra, etc.

Entretantes, no ânimo do futuro republicano perpassava uma sombra de desconfiança, a de que, tal como estava acontecendo na Capital da Província, e na própria Corte, violências policiais e perseguições políticas vedariam a livre manifestação das idéias, até que o pleno exercício do voto fosse, também, cerceado aos eleitores.

A 29 de agosto de 1868, dispensada a autoridade liberal, tomou posse de delegado de polícia o Dr. Estevão Ribeiro de Souza Rezende, um dos chefes do partido conservador local, que, sem embargo de ser homem de peregrina retidão de caráter, de coração nobilíssimo, incapaz de um só ato menos digno que viesse enodoar os seus foros de fidalgo pelo nascimento, pela ilustração, pela compostura moral, era, em razão dessas mesmas qualidades, não talhado para encargo dessa natureza, visto como as ocupações, a excessiva benevolência e confiança no caráter alheio não impediriam que apaixonados inferiores hierárquicos intentassem, à sua revelia, atos de violência de molde a perturbarem os trabalhos eleitorais. Era bem certo que o Dr. Estevão exerceria apenas nominalmente o cargo, de vez que os seus auxiliares, gente de inteira confiança do partido, se incumbiriam de todas as providências que se fizessem necessárias. Devendo inúmeras gentilezas aos seus companheiros de diretório, entre os quais se encontravam velhos amigos e parentes bastante próximos, e mesmo por uma questão de disciplina partidária, não houve de parte do ilustre advogado senão submeter-se à escolha e imposição do seu nome para aquelas funções.

A nomeação do novo delegado foi recebida, pois, como um mau prenúncio aos liberais, com tanta maior razão que representou grande acontecimento nos arraiais conservadores, onde elemento de pequena significância, não conformados com aquela derrota política que já durava quatro anos, propalavam levianamente que desta vez ganhariam a eleição ainda que urgisse “engaiolar”, transformar em “voluntário de pau e corda”, ou estropiar algum adversário mais renitente.

Calmo, superior a todos os boatos alarmantes que paravam sobre a prometida desforra, não querendo destoar daquela atitude de ponderação, que foi sempre a sua grande qualidade, procurava Prudente de Moraes, sossegar o ânimo exacerbado dos seus correligionários, pedindo-lhes confiassem na honradez do Delegado, dos comandantes dos corpos militares, dos chefes adversários, e estabelecendo que no caso de se confirmarem quaisquer medidas arbitrárias seria ainda o abstencionismo eleitoral a maior, a melhor, a mais eloquente demonstração de civismo e da pujança partidária que poderiam oferecer aos olhos da Nação. Ao menos, por mãos dos liberais, não se veria manchada de sangue a terra piracicabana, nem ficaria na história do seu partido um triunfo que não fosse conscienciosamente conquistado dentro do livre exercício do voto.

Empossadas as novas autoridades conservadoras, delegado,

27

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

subdelegado, suplentes, substituíram elas os inspetores de quartelão, reuniram uma força policial composta de elementos da Guarda Nacional, requisitaram um destacamento de Imperiais Marinheiros do vapor "Tamanduateí", que se achavam de trânsito nesta cidade, com destino à Colônia Militar do Itapura. Pôr meio desses belicosos agentes, procuraram intimidar os eleitores contrários, com a ameaça de pôr em prática medidas de exceção, entre os quais o indesejável recrutamento para a Guerra do Paraguai. Pouca gente se incomodou com a demonstração de força. É só para pôr medo pensava-se...

28

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

PRUDENTE E O ESTELIONATO POLÍTICO DE 1868 (II)

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

Chegou o grande momento! Eleição renhíidíssima, puxada de parte a parte, a que se realizou! Mas não brilhante, pois, empanada por cenas de verdadeira selvageria, somente não derivou em espantoso conflito, graças à intervenção serena, prudente do "prudente Prudente de Moraes", que ordenou o abandono ao pleito.

Instalada a sessão eleitoral no dia 7 de Setembro de 1868, consoante as disposições vigentes, deviam recolher-se os votos durante três chamadas, realizada uma por dia a partir da abertura dos trabalhos.

Nos primeiro e segundo dias era patente a maioria da ala liberal. Choviam votos ao partido ameaçado pelos esbirros.

Desesperados, os conservadores, á revelia ou não do dr. Delegado de Polícia, cometeram, então, os maiores desatinos e com ajuda de capangas invadiram as residências particulares, sem mandato do Juiz, recrutando "voluntários", dando vaias a pacíficos e respeitáveis cidadãos, que foram ameaçados de agressão aos olhos pávidos de mulheres e crianças, despertadas sob o tinido das armas, palavrões, a risos grosseiros da gentilha enfurecida. Ex - autoridades, anciãos probos, incapacitados, prestimosos chefes de família, válidos para o serviço de guerra sofreram odiosos vexames de alguns "valientes" que pôr sua vez, se julgavam isentos de prestar os serviços de campanha, atribuindo a si próprios o "pesadíssimo" encargo e "tremenda" responsabilidade de zelar, dessa forma, pela sorte das nossas armas, cumprindo solenemente os deveres do patriotismo a uma boa retaguarda de centenas de léguas do inimigo...

Para que se tenha ligeira idéia da "saturnal" promovida pêlos capangas do sub-delegado de polícia Francisco José da Silva - caixeiro na casa comercial do Comendador Francisco José da Conceição, chefe dos Conservadores - basta dizer-se que as ostentações de força se registraram nos dois primeiros dias do pleito; porém, às 22 horas de oito para nove de setembro, véspera da terceira chamada e encerramento da votação, sentindo os adversários que, não obstante os maneios censuráveis dos seus asseclas, os liberais inevitavelmente os derrotariam, passaram a executar as prometidas arbitrariedades.

Com rumorosa escolta de cerca de vinte pessoas armadas, sob as ordens diretas do subdelegado em exercício, tentaram, com fúteis pretextos, devassar numerosas casas de família, entre as quais a de José Mariano de Matos, valetudinário, para recrutar como fizeram, no leito em que dormia, um dos filhos daquele ancião - Diogo Antônio de Matos - que no dia seguinte deveria votar com a oposição. Às vinte e três horas, foi varejado o domicílio do porteiro da Câmara, Maximiliano Lopes da Silva, onde prenderam para recruta um sobrinho do mesmo - João Lopes do Carmo - casado, com três filhos. Depois, repetiram igual façanha nas residências do velho João Batista França, Claudino

29

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Antônio Ferreira, e na da viuva do português Antonio Joaquim de Moraes Sarmiento, que teve deshoras, o incômodo de levantar-se para fornecer informações sobre a morada de um seu cunhado — Joaquim Maria de Oliveira — visado pela facinorosa patrulha. O ex subdelegado de polícia, Joaquim Antônio de Oliveira Silveira, que exercera o cargo durante cinco anos, foi cercado e revistado, sob assuada do seu próprio sucessor - de quem diziam : "ofender Francisco José da Silva é ofender meio mundo em Piracicaba", tal o prestígio que lhe advinha, pôr ser o "fac-totum" do dirigente dos Conservadores locais.

Manda a mais preliminar justiça que se diga ter o ilustre Delegado de Polícia publicado um artigo assinado no Diário de São Paulo, edição de 2 de Outubro de 1868, no qual, confirmando alguns dos fatos assinalados, procurou justificar-se e justificar a atuação dos seus subalternos. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de conhecer os termos da explicação que, por certo, esclarece este assunto, entrado já nas sombras do esquecimento.

Mas, de qualquer forma, ressalvados superiores motivos acaso determinantes do excessivo zelo policial, é de convir-se que a ocasião se prestava excelentemente para violências de ordem política, que se registraram, também, em outras localidades da Província.. Ademais, houve premeditação, escandalosamente assoalhada pêlos "faróis", pelo "peso morto", pelas "vivandeiras" loquazes, que acompanham os partidos, em todas as épocas, em todas as ocasiões. São os que vivem eternamente á espera de um lugarzinho no banquete das posições e empregos, os que não têm convicções, nem escrúpulos, e que vêm constituindo verdadeira árvore genealógica no cenário da história da política brasileira. Esses propalaram, esses comprometeram os chefes do partido, que é bem provável, não tivessem pretendido levar tão longe as hostilidades aos briosos adversários.

Em vista dos inomináveis atentados cometidos contra a segurança e liberdade individuais e, possivelmente, para evitar acontecimentos de extensão imprevisível, o partido liberal deixou de comparecer ás urnas na terceira chamada, no dia 9, o mesmo fazendo o presidente da mesa e dois mesários liberais. Pôr esse motivo, não pôde ser instalada a seção, que só se abriu três dias depois, a 12 do mesmo mês e ano.

Entretanto, não ficaram aí as irregularidades cometidas pelo partido do governo. Não querendo participar dos atos de prepotência dos Conservadores, nem os sancionar com a sua coadjuvação nos trabalhos eleitorais, os juizes de paz da Freguesia da cidade, convocados, recusaram-se a substituir a mesa demissionária. Restava, pois, o recurso de se chamarem os da Freguesia de Santa Bárbara, ou de outras mais distantes, pertencentes ao mesmo termo. Não obstante isso não aconteceu... com o nosso, e com ele ultimou-se a eleição. Houve, outrossim, irregularidade na seção da Freguesia de São Pedro, onde se verificou uma diferença de 180 votos na soma total da votação alcançada pêlos candidatos.

Apesar de todas essas lamentáveis ocorrências, apesar do abandono do pleito, conseguiram os Liberais eleger três vereadores contra

30

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

os seis eleitos pelo partido conservador, e fizeram, também, grande número de suplentes com um total de votos que não chegou a ser, nem em simples centena, inferior ao dos vencedores. Nas eleições de juiz de paz da Freguesia da cidade, apreciou-se igual resultado animador aos liberais, que, pôr insignificante diferença de votos — quarenta a menos — elegeram todos os suplentes contra os quatro juizes eleitos pelos contrários.

O quadro abaixo esclarece bem a posição dos concorrentes, ao finalizar-se este memorável pleito :

VEREADORES DO MANDATO 1869 - 72.

CONSERVADORES

Dr. Eulálio da C. Carvalho (481), Antônio Morato de Carvalho (477), Augusto Cesar de Oliveira (473), Luiz Gonzaga da Silveira (471), Antônio Bonifácio de Almeida (471) e Albano Leite do Canto (469)

LIBERAIS

Antônio da Silva Leite (462), Francisco Manoel de Oliveira (456), Bento Barreto do Amaral Gurgel (456)

SUPLENTES IMEDIATOS EM VOTOS.

Honoraqto Roiz de Barros (456), Manoel Ernesto de Matos (455), José Viegas Jort Muniz (455), Joaquim A. Oliveira Silveira (454), Martins Alves Bonilha (453), Miguel Antônio G. de Arruda (451),? Teodóro José de Almeida? (445), Fernando Ferraz de Arruda (389),? Fernando Feliciano Sampaio...? (340),? Fernando Ferraz de Almeida...? (73) e outros menos votados.

Piracicaba, setembro de 1941.

Bibliografia:

SPENCER VAMPRE - Memórias para a História da Academia de São Paulo - TOMO II : Livro de Atas, e Livro N.º. 3 de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Piracicaba.

31

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII/2000
Número 7

EXEMPLO DE AMIZADE FRATERNAL

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

Num dia de singular contentamento para os Moraes Barros, Sábado, 19 de dezembro de 1863, apeava Prudente de Moraes à porta da engalanada morada de casas de sua família, toda reunida para festejar o regresso do caçula, que, formado, retornava ao ambiente caseiro.

A residência citadina, em Constituição, atual Piracicaba, era bem um ponto de estada para as grandes festas, eis que de preferência habitavam o casarão da fazenda, antes desejando a largueza rústica das nossas casas “grandes”, o ar puro, as frescuras das aguadas cristalinas, o véu branco dos cafezais floridos, o ruído característico e o odor apetitoso das fábricas de açúcar, senão a confusão álcacre dos rebanhos, nos rodeios, nas vaquejadas, aspas erguidas ao céu, ou cruzando-se alvoroçadamente junto dos cochos de sal das “mangueiras”, enfim, a singeleza encantadora da zona rural.

Padecia profundamente o Dr. Moraes Barros desta inclinação insopitável pelo campo, pela agricultura, mas, enquanto os outros podiam dar continuidade nas suas preferências individuais, ele, mais por força dos deveres do cargo que dos da profissão, via-se arredado de maior frequência junto dos seus. A extremosa consorte bem lhe adivinhava a propensão e jeitosamente a acoroçoava para dias futuros, compensando-o, desta maneira, do tédio provocado pela ausência de alguns raros colegas, os quais demoravam nos largos tratos da terra, entregues quase exclusivamente à direção de suas propriedades. A volta de Prudente era-lhe, pois, sumamente grata, visto que proporcionava o convívio de mais um ente amigo, e o de um profissional com quem pudesse trocar opiniões, discutir, comentar pontos obscuros do Direito, viver uma vida menos vegetativa do que até então. Sobretudo, era ainda a velha amizade da meninice, a idolatria ao menorzinho deles, que encontrava campo e ensejo para uma suspirada revivescência.

Errava nos eus prognósticos o velho major Caetano José Gomes Carneiro ao pensar que os seus enteados, merçê dos estudos e da carta de bacharel, iriam esterilizar suas atividades na vida improdutiva dos empregos públicos, esquecida a pródiga lavoura que lhes daria bastos proventos e uma vida isenta de aperturas econômicas. Os Moraes Barros foram dedicados lavradores, salvo Prudente, que, marcado de forte predisposição para terrível moléstia, não podia dar expansão plena a essas aspirações, acarretadoras de mais um não pequeno sacrifício ao seu físico debilitado.

Comprovava-se o conceito que muito mais tarde Oliveira Viana nos veio dizer através das páginas interessantíssimas do ensaio — Pequenos Estudos de Psicologia Social: “...Mas entre o presente e o passado há esta diferença, que é indispensável assinalar:

Nos velhos tempos a tendência dominante entre doutores e os políticos era toda para o campo: a vida profissional do doutor e a vida pública do político tinham sempre como centro de gravitação o domí-

32

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII/2000
Número 7

nio rural, isto é, a fazenda, os seus cafezais, os seus canaviais, os seus engenhos, a sua escravaria. Esta é que era a aspiração dominante das classes superiores e dirigentes do país, durante o Império. Depois de 88 (ou talvez um pouco antes), esse ideal desapareceu dentre as aspirações das altas classes: e elas entraram a cultivar um outro ideal — e fizeram então do emprego público a sua maior aspiração, a forma mais grata e nobre de vida.” (obra cit. pag. 22).

Há sempre, entre irmãos, umas tantas afinidades que os aproximam uns mais dos outros. Com Prudente assim aconteceu em relação ao Dr. Moraes Barros. Esta amizade intensa, que tinha o fundamento dos laços do sangue, era corroborada eficazmente, pela identidade de aspirações idealísticas, que serviram de liame indissolúvel na vida inteira dos dois notáveis brasileiros, se bem que norteadas em rumos diferentes.

Com efeito, dos irmãos eram os que mais se aproximavam pela idade. Brincaram juntos. Juntos sofreram o rude golpe que lhes arrebatou os carinhos paternos, rebentos mais novos e, por isso mesmo, atingidos mais fundamente no recesso das suas atividades psíquicas, em circunstâncias e limites indetermináveis. Freqüentaram, se bem que em épocas diferentes, a mesma escola superior. Adotaram a mesma profissão.

No casamento, tiveram por esposas a duas irmãs, filhas de velho conhecido e amigo da família. A vida política de um foi a vida política do outro. Juntos batalharam, juntos venceram, e juntos se tornaram merecedores do reconhecimento eterno da Pátria.

Quando a morte os surpreendeu, com pequena diferença de dias, os seus pensamentos últimos foram endereçados aos acontecimentos políticos que agitavam o seio dos partidos e a Nação.

Que estranha paridade de vidas! Que singular coincidência de destinos! Compreendendo o alcance desse designio superior, a sua piedosa família os colocou lado a lado no Cemitério Municipal de Piracicaba, onde os seus contemporâneos param, revivem as passadas glórias, e rendem saudoso culto à memória daqueles inolvidáveis patrícios, onde a geração presente se inclina contrita, como que buscando um exemplo, um incentivo para os seus melhores pensamentos, para as sua elevadas aspirações.

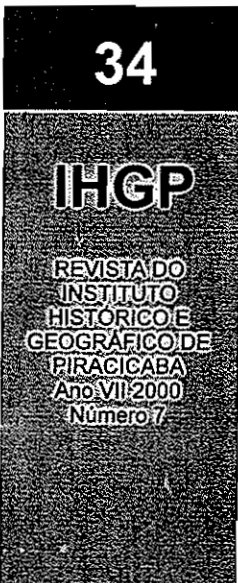
Se no transcorrer dessas existências houve uma convergência consecutiva de acontecimentos que mais uniram os Moraes Barros, nem por isso deixavam eles de personalizar-se pôr certos característicos particulares. Assim, não havia uma equivalência perfeita, uma identidade absoluta de inclinações pessoais. Bem pêlo contrário...

Manoel de Moraes Barros era comunicativo, alegre, não desadorava as reuniões, e fazia amizades, indistintamente, quer entre as pessoas de maior destaque, quer na classe modesta e menos ilustrada, e sempre encontrava meios de alimentar a conversação, enveredando os assuntos consoante o nível cultural dos interlocutores. Tinha o dom de convencer o público, de cativar a multidão, e como que satisfazendo a uma determinação do seu feitio, sentia a necessidade de contato social, de rodas de palestra, de agitação, de movimento.

33

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7



Era bem um homem do povo, um condutor de massas...

Prudente de Moraes, subjetivo, retraído, entregue sempre às suas altas cogitações, vivia como que distanciado dos homens do bu- lício, da vida. Aliás, fora esse o seu caráter.

Causava espécie na Academia, a ponderação, a reserva, e a circunspeção dos seus gestos, das suas palavras. Não que fosse um tímido, pois, sabia defender energicamente os seus pontos de vista. Porém, a sua vivacidade só se pronunciava forte, calorosa, indomável quando a esse ponto era levado pela sem razão do adversário, ou pelo espírito irreverente dos companheiros. Passado o choque, como que se surpreendia do momentâneo entusiasmo e regressava ao apa- rente indiferentismo, lamentando-se interiormente de ter fugido ao método, à calma e fria argumentação, pois tinha muito cuidado em não irritar-se, acreditando justamente que o mau humor é uma condição de inferioridade do indivíduo.

Para usarmos de um "chavão" bastante surrado, mas que defi- ne suficientemente estas duas grandes personalidades, ousaremos dizer que o quanto um tendia para a popularidade, o outro se inclinava para a glória.

Várias causas favoreceram essa esquividade, esse alheamento às coisas corriqueiras da vida. O traspasse funesto do pai, no limiar da sua infância, quando toda criança não só precisa dos inesgotáveis carinhos do coração materno, mas também daquela sensação de amparo, de segurança que lhe inspira o desvelo paterno, fez-lhe, quem sabe, um espírito intranquilo, receioso contato com estranhos, com os fatos próximos. E, se encontrava na mãe extremos de amor e dedica- ção, se via nos irmãos aquele companheirismo, aquela fraternidade cimentada ainda mais pela desgraça, se percebia no padrasto o inte- resse simpático e bondoso de um coração todo distribuído aos seus enteados, faltava-lhe, contudo, alicerces, confiança na vida, nas pró- prias forças, quanto sente quem o destino poupa conservando-lhe os genitores.

Criança triste, acaso melancólica, só se abria aos seus. Fora do conchego familiar era bem um órfão, isso porque mal lhe chegou o discernimento, mal se lhe dasanuviara' o véu que volvia a . . . ente, teve, mais que notícia, a dolorosa intuição da fatalidade que o atingiu no seu tamanhinho. Vingou com esse luto no coração. Mais tarde, foi se esfu- mando o pesar, o abismo, mas ficou sempre algo de inquietude — possível recalçamento dos entrechoques produzidos na infância, cus- toso de ser dissolvido, ou ao menos, atenuado na explosão de outros caraterísticos da sua interessante personalidade.

Persistindo no terreno conjetural, admitamos, porém, que essa causa remota não tivesse influência tamanha na criança de dois anos, que, às primeiras relações com a vida, foi atingida pela orfandade. Admitamos se não grave no mundo impreciso da consciência infantil o devotamento, o carinho, a experiência paterna, desde o balbuciar dos primeiros sons da sua linguagem, o exercitamento dos primeiros ges- tos, as conquistas iniciais do meio exterior, o adestramento da capaci- dade manual, os seus primeiros brinquedos, desde as primeiras re-

pressões às asperezas da índole. Admitamos, prescindida ela de todas estas proteções e que lhe baste o coração materno com a sua incensurável capacidade afetiva.

Desprezada esta influência, ficam outras tão incisivas quanto seguras. Talvez que o temperamento o fizesse um recolhido a si mesmo. Talvez a predisposição fatal da moléstia que mais tarde o vitimou desordenasse o equilíbrio orgânico, produzisse uma retração nos seus instintos gregários, levando-o a um retraimento forçoso, inspirado na dúvida, no receio

Que a própria enfermidade impõe.

Entretanto, nas lides do Direito, ou da política, desaparecia o menino esquivo, diluía-se o sedentário, o homem das íntimas preocupações, para surgir o lidador indomável, tanto mais perigoso porque se não alterava, mas calculava as palavras, escolhia as polidas, positivas, irretorquíveis. Era, antes de tudo, o pensador, era o homem de gabinete, era o arquiteto, o chefe, o Marechal, ao passo que Moraes Barros, mais afeito aos impulsos da sociabilidade, precisava do movimento, do convívio dos homens e, sendo, tanto quanto o irmão, de inteligência bastante viva, antes queria agir, lutar, vencer, a perder-se na silenciosa cogitação dos altos comandos.

Piracicaba, Setembro de 1941.

Bibliografia:

Tradições e Reminiscências
— Sétima Série — Almeida
Nogueira.

Gazeta de Piracicaba, edições de quarta feira, 03, 04, 23 e 25 dezembro de 1902. De 06 e 07 de novembro de 1903 (discurso do Dr. Teodoro Sampaio, no Instituto Histórico e Geográfico.

35

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII/2000
Número 7

MAGNA CENTÚRIA

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

Na lendária Itu, **A Fidelíssima, a Roma Brasileira**, berço de ousados preadores que penetraram o recesso da selva americana, em busca de ouro, de pedrarias, de ameríndios, de aventuras – gente rude, insociável, incapaz de manter-se inerte pelos povoados, a desenharem curvaturas de espinha e a tecer frases blandiciosas aos orgulhosos quão pirracentos capitães – mores; gente que escorraçou os destemorosos castelhanos e os renitentes selvícolas para as ante-fraldas da Cordilheira andina, no fito de conquistar para a nossa pátria imensos territórios até hoje pouco devassados! Berço de insignes artistas, que enriqueceram os nossos Templos, com as concepções indígenas da sua arte, tosca sim, mas de um valor inestimável, com maviosos cânticos sacros entoados ao som de instrumentos feitos às suas próprias mãos! Berço de abnegados Servos do Senhor que, nos Conventos, no Púlpito, nas Assembléias Legislativas, honraram a Igreja e a Pátria, profligaram os erros da turba, reivindicaram direitos conspurcados pela tirania metropolitana, imortalizaram as notícias das suas benemerências, e acrescentaram páginas do mais puro quilate nas grandiosas tradições históricas da sua terra natal! Berço de lídimas expressões intelectuais, que influíram decisivamente nos rumos políticos do Brasil emancipado! Na Itu das igrejas, dos Conventos, das magnificentes cerimônias religiosas, das festivas comemorações sacras, que arrastavam bandos e bandos deromeiros de toda Província, para beberem o verbo dos Missionários, para deliciarem os ouvidos ao som majestoso dos órgãos, dos coros, dos hinos — tudo obra exclusiva dos modestos e inspiradíssimos “Miguelzinho”, “Venerando”, Eliseu, Elias Lobo, Bernardino de Senne, e outros, para “estanharem” olhos na contemplação dos pingos ardentes que se derramavam do céu e que se desatavam em ruídos, em cores, em ouros, em pratas, em policromias fugitivas, engendrados do gênio pirotécnico de ignorados artífices, manufaturados às mutiladas mãos de bisonhos fogueteiros – gente simples e lírica, que passava toda uma existência de misérias na feitura daqueles poemas luminosos, barulheiros, com que erguiam graças ao Senhor. NA ITU dos antigos engenhos, de “bugio”, dos monjolos, dos cafezais floridos, dos edifícios assolarados — curiosa expressão da arquitetônica colonial – nasceu a 4 de outubro de 1841, na modesta residência de seus Paes, José Marcelino de Barros e dona Catarina Maria de Moraes, o grande “piracicabano” o ínclito brasileiro Prudente José de Moraes Barros.

36

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

PIRACICABA, 04 de Outubro de 1941
(Centenário do Nascimento de Prudente.).

PRUDENTE E AS PRIMEIRAS HOSTILIDADES DOS CONSERVADORES

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

Não tendo participado das eleições municipais de 1854, nas quais era de esperar-se fosse derrotada em toda linha, a maioria conservadora da câmara piracicabana, que terminava o mandato, procurou embarçar a apuração dos votos, de maneira que, verificada alguma falta de observância em artigo de Lei, pudesse mais tarde, recorrer e anular o pleito.

Para a execução desse intento, parece, tudo vinha favorecer, inclusive o estado de coisas que predominava entre os vereadores em exercício. Ocorria, desde o princípio daquela gestão, uma série de interinidades, de substituições não isentas de certas hostilidades partidárias, que, a se culminarem teriam fácil pretexto e explicação nas eventualidades que as vinham determinando.

A Câmara do mandato 1861- 64 fora integrada inicialmente pôr oito membros conservadores: senhores José Bento de Matos, presidente, cap. Salvador de Ramos Correia, cap. José Venceslau de Almeida Cunha, alferes Inocêncio de Paula Eduardo, farmacêutico Augusto César de Oliveira, Antônio Correia de Lemos e José de Almeida Leite Ribeiro; e um vereador liberal, possivelmente do matiz "histórico", alferes Afonso Agostinho Gentil de Andrade.

Logo na posse, que se verificou a 7 de janeiro de 1861, o candidato mais votado, senhor José Bento de Matos, deixou de assumir a presidência, por achar-se doente, só o fazendo a 16 de junho do mesmo ano.

Entretanto, os liberais, malgrado só terem conseguido um edil, estavam representados por grande número de suplentes e como tivessem excelentes motivos para impugnar a validade da eleição de alguns adversários, já empossados, dirigiram representações ao governo, na esperança de que a exclusão dos mesmos viesse dar novo aspeto à situação política do lugar, permitindo-lhes atenuar aquela posição de ínfima minoria, com a admissão dos substitutos legais, tirados, necessariamente, dentre os seus próprios candidatos, que eram os próximos imediatos em votos.

Em consequência dessa iniciativa, a 1^o de abril de 1861, foi, de ordem do Exmo. Presidente da Província, excluído o vereador senhor alferes Inocêncio de Paula Eduardo, em vista de não ser ele qualificado eleitor da paróquia, para admitir-se o suplente Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, liberal, ex-deputado provincial, que exerceu as funções até 4 de abril de 1864, ocasião em que mudou para Araraquara.

Em outubro de 1862, atendendo às representações dirigidas, respectivamente, pelo Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, o sr. Joaquim Antônio de Oliveira Leme, ou Joaquim Antônio de Oliveira Silveira, como era também conhecido, o governo provincial excluiu os vereadores Augusto Cesar de Oliveira e Antônio Correia de Lemos, por não terem o tempo de domicílio previsto pela Lei. Foram convocados os

37

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

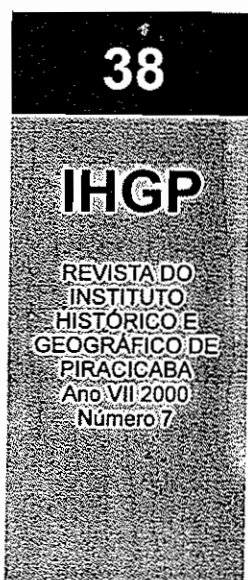
suplentes liberais Joaquim Antônio de Oliveira Leme — que se retirou em meados de 1863 — Joaquim José de Moraes Barros e João Batista de Campos Pinto, em razão de os conservadores obstarem a chamada do imediato em votos, ex-tenente da Marinha Dr. Joaquim Augusto Ribeiro de Carvalho Rios Rosa, sob o pretexto de estar envolvido num processo por exercício ilegal da Medicina, promovido por eles mesmos, apesar daquele cidadão se fazer portador de um diploma de médico homeopata, conferido pela Universidade de Madri. O Dr. Rios conseguiu, não obstante os maneios dos adversários, absolvição do que se lhe imputava, e ingressou na edilidade, a 26 de outubro de 1862, na vaga surgida com o afastamento do capitão Salvador de Ramos Correia.

Em 1864, retirando-se o Dr. Leite de Moraes, tomou assento o suplente sr. Frutuoso José Coelho. Achava-se, pois, o partido conservador, em fins do mandato, com apenas quatro vereadores, aliás, os mais votados, de vez que os restantes eram suplentes. Apesar da manifesta inferioridade em que se encontrava essa representação, que, por assim dizer, começar com a totalidade da Câmara, valeu-se ela de hábil manejo, destinado a embarçar a apuração de votos e expedição de diplomas aos novos edis, e aos juizes de Paz, numa explicável represália às tantas dificuldades que lhe proporcionaram os adversários, ao começo daquela complicada legislatura.

A presidência da edilidade, segundo a praxe, competia sempre ao vereador mais votado e, no impedimento deste, aos imediatos, que, no caso em apreço, pertenciam todos aos conservadores. Ficou, então, o partido liberal á espera de que o presidente da câmara marcas-se para o dia 21 de setembro, conforme o costume seguido, a sessão extraordinária de apuração das eleições municipais. Não houve, entretanto, anúncio prévio, não houve providência alguma que demonstrasse o mínimo desejo de realizar-se a suspirada reunião.

Procedimento insólito este, alarmou sobremaneira o ativíssimo Joaquim José de Moraes Barros, que tratou de inteirar-se do que ocorria. Procurado, o presidente, Sr. José Bento de Matos, alegou ter passado o cargo ao substituto legal, por motivo de moléstia, tanto mais digno de acreditar-se, visto que ao início do mandato não pudera tomar posse. Corre o diligente vereador à chácara do Capitão José Wenceslau, vice-presidente, e lá se informa que o mesmo se encontra adoentado. De Manoel Alves de Oliveira Doria recebe idêntica notícia, e a de ter delegado poderes ao seu colega e correligionário José de Almeida Leite Ribeiro. Não tendo mais a quem transmitir funções, na ocasião, o edil conservador fez o que fizeram os outros: ficou doente... e entregou a Câmara ao vereador adversário Dr. Joaquim Augusto Ribeiro de Carvalho Rios Rosas, imediato em votos, que, finalmente, convocou sessão.

No dia determinado, 21 de setembro, só compareceu a minoria liberal, composta do Dr. Rios, Joaquim José de Moraes Barros e João Batista de Campos Pinto, não se instalando sessão, por falta de número. Tornou-se necessário convidar suplentes para tomarem assento. Surgiam, porém, sérias dificuldades que se prestavam a fornecer,



aos conservadores, excelente pretexto para anulação das eleições. Seria lícito abrir a vereança com apenas três membros, a fim de empossar-se os suplentes convocados? E na hipótese que tal sucedesse, como apurar os votos, como verificar atas e mais documentos das mesas eleitorais, se entre os candidatos possivelmente eleitos figurava o nome do vereador João Batista de Campos Pinto e o dos suplentes que deviam ser convocados, entre eles o dos senhores Ricardo Pinto de Almeida e Francisco Cândido Furquim de Campos? Que Câmara extravagante se formaria, na qual os próprios candidatos apuram os votos que lhes foram dados e expedem diplomas a si mesmos? Seria honesto, seria decente, proceder, nestas circunstâncias, a apuração dos trabalhos eleitorais?

Realmente, a situação era desconcertante! Como interpretar mais este passo dos adversários? Zombaria? Vingança? Maquinação destinada a invalidar o pleito?

Não! Não iriam eles proceder como desejavam os conservadores! não cairiam nesse "conto" arteiramente engendrado! Malícia por malícia, astúcia com astúcia, precisava-se contornar o atalho traiçoeiro e surpreender o adversário, com um golpe imprevisto!

Se bem pensaram, melhor ainda o fizeram! E o presidente interino da Câmara, Dr. Rios, dirigiu, sem perda de tempo, um ofício ao Exmo. Presidente da Província, em que o cientificava do ocorrido e reclamava urgentes providências. Não nos consta qual foi a decisão do governo, mas sabemos que cessou a epidemia e se acabaram as doenças. Sem mais embaraços, realizou-se a apuração dos votos e expedição dos diplomas, tudo direitinho, conforme preceituava a Lei.

(Publicado no Jornal de Piracicaba de 04-10-1941 em comemoração do Centenário de Nascimento do Presidente Prudente de Moraes)

39

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

FIM DO 1º MANDATO DE PRUDENTE

Nelson de Oliveira Camponez do Brasil

Com as mais inequívocas demonstrações da estima pública, chegou ao fim do seu mandato a Câmara dirigida por Prudente de Moraes.

A 7 de Janeiro de 1869, deu ele posse aos novos edis, depois de memorável sessão terminal em que deixou consignados os seus agradecimentos a quantos contribuíram para o bom êxito da gestão. Ao referir-se aos seus colaboradores, não esqueceu de cultuar a memória de um velho empregado falecido havia poucos meses, prestimoso piracicabano, destacado correligionário político, e de uma exassão notável no cumprimento dos deveres. Tratava-se do procurador da Câmara, o respeitável ancião Joaquim Leite de Cerqueira, da conhecida família deste nome.

Se o notável político muito não fez, se mais não realizou no que concernia á administração de Piracicaba, tudo se deve á situação de anormalidade que atravessava o país, ás voltas com a guerra e suas vicissitudes. Com efeito, angustiosa era a quadra que perdurou por toda a legislatura. Problemas de difícil solução vinham sendo legados pelas câmaras precedentes. A arrecadação era de tal maneira exígua e insuficiente, que tempo houve precisou a administração recolher - se, amoiar-se, e protelar ação contra terceiros - sobre terras do Rocio - visto não ter forças para competir com os proprietários, que, mais prósperos, poderiam tomar bons advogados e vencer o pleito. Esta situação vinha do passado, agravada pela guerra lopezguaia.

Com as misérrimas dotações provinciais, com o auxílio popular se fizeram, entretanto, várias obras: entaipou-se o cemitério novo (anterior ao atual), completou-se a Igreja Matriz; reparou-se a cadeia e Casa da Câmara: reformou -se a ponte do Piracicaba, a do Piracicamirim, do Corumbataí, do Congonhal, do Ribeirão Bernardo, e outras menores, dos caminhos gerais, inclusive as do córrego Itapeva, nas ruas de maior trânsito. Obtiveram-se, entre particulares, os primeiros recursos para a instalação de um lazareto; dotaram-se os voluntários e recrutas do Paraguai, com somas em dinheiro - á guisa de prêmio. Seguindo a inspiração de S.M. o Imperador, que libertou 190 escravos de sua propriedade particular para, como soldados, manda-los para a guerra, deliberou -se a alforria de alguns cativos, com o mesmo intuito. Num sentido econômico, social, político, conseguiu-se a anexação da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, para o nosso termo, desmembrando-a de Botucatu; proveu-se de pároco e mais autoridades a nova freguesia de S. Pedro, criada na legislatura anterior, arredando os seus habitantes das influências do ex - vigário de Brotas, Padre José Manoel da Conceição, que se convertera a outra seita; deu-se mão forte ao Padre José Serafim de Riggillo, vigário encomendado da Freguesia de Santa Bárbara, numa seríssima questão que teve com imigrantes norte americanos (egressos, provavelmente, dos horrores da guerra da secessão) e que chegou a interessar a pró-

40

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

pria Assembléia Legislativa Provincial, pela voz do deputado Aguiar Whitacker - o principal acusador daquele ministro católico. Estabeleceram-se em caráter mais definitivo as divisas com este município e os de Brotas e Rio Claro.

Solidários com o impoluto chefe, que a todo o governo soube emprestar o brilho pessoal da sua inteligência, honestidade e patriotismo, os poucos funcionários municipais, num gesto inédito, até então, na história piracicabana, deixaram o emprego, mediante pedido de exoneração. Foram eles os dignos servidores: Pedro Liberato de Macedo, secretário; Manoel Pereira de Aguiar, fiscal; Maximiano Lopes da Silva, porteiro; e Antonio Rodrigues de Toledo, extra numerário, do serviço de escrituração e contabilidade.

Com o encerramento destes trabalhos de vereança, cessaram, por assim dizer, as grandes atividades do partido liberal piracicabano, que, desde o golpe de 1831, vinha teimosamente compelindo com os saquaremas ou corcundas, se bem que em visível inferioridade numérica, para constituir a minoria dos mandatos municipais.

O tiro mortal desfechado contra os progressistas do Conselheiro Zacharias teve, como era de prever-se, sensível repercussão em toda a Província, e o conagraçamento que deu origem ao radicalismo pessoal, também, no ânimo dos mais influentes políticos de Constituição.

Houve, nos partidos, como que um reajustamento de valores. Liberais, se bem que raros, antes desejaram atenuar a sua projeção, anonimizando-se à sombra dos companheiros não conagraçados. Conservadores em igual número, seduzidos pelo matiz da nova facção, esqueceram antigas irredutibilidades....

E quando conjeturamos, Moraes Barros deixa a situação discreta em que permanecera junto dos conservadores, para aderir francamente aos radicais. Até aí, mau grado ser um espírito eminentemente votado á democracia, a ponto de aceitar até as utopias da escola liberal no dizer de Almeida Nogueira, brilhantemente evocados dos fastos acadêmicos não encontrara nada que o enlevasse no terreno da política militante, ou idéias, ou princípios, por isso que os partidos nada mais faziam que digladiar-se em torno do bastão do mando. Além do mais, devera suas primeiras nomeações, quer como Juiz Municipal, ás simpatias dos conservadores locais, e, entre eles, ao seu padraço, Major Caetano José Gomes Carneiro. Tanto assim é que o advento dos liberais - com o 1º Gabinete Progressista, de 15 de Janeiro de 1864 - constou, foi a causa mediata da sua demissão, por não ter querido, por não ser coerente pedir a revalidação das suas prerrogativas. Comprova este asserto o fato de ter deixado, em 1864, as funções de Juiz Municipal do Termo e, logo em seguida, em princípios de 1865, as de advogado da Câmara, ao iniciar-se a gestão liberal.

A gratidão - uma das mais expressivas qualidades de Manoel de Moraes Barros - sobretudo a gratidão o impedira de qualquer gesto partidário mais acentuado, mais pessoal. Entretanto, após o estelionato político de 1868, não mais perduraram aquelas razões sentimentais, nem o pessimismo que lhe inspirara o freqüente espetáculo da corrida ao poder. Antes, percebera que novos labores se anunciavam no hori-

41

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7



zonte e que principiava já uma reação condizente com os seus anseios. A sua adesão aos radicais, em 1869, foi a ponte que o lançou para os republicanos históricos. Ligam-se, então, publicamente os dois irmãos pelos laços do correligionalismo político, e desenvolvem atividades de maior descortino geográfico, atuando nos municípios circunvizinhos e preparando-se para as grandes lutas que se seguiram até o advento da 1ª República. Entrementes, dedicam-se á advocacia, para conquistar justamente a faina de notáveis causídicos.

Para dar um sabor de originalidade a esta crônica tão inexpressiva com que tentamos reviver a operosidade e as benemêrências das passadas gerações - daqueles que construíram a Piracicaba que se ostenta, hoje, soberba no seu progresso cultural, profícua nos seu desenvolvimento agrícola e comercial, encantadora na perspectiva do seu casario plantado ás faldas da colina, e não mais limitada pelas águas piscosas do lendário rio e pelo curso preguiçoso do Itapeva, como nos tempos da primitiva "Freguesia de Santo Antonio de Pirassicava" - transcrevemos os documentos que sobre a ultimação do mandato de Prudente nos foi possível reunir:

Sessão de 1º de Janeiro de 1869:

Indicação discutida e aprovada: "Indico que a Câmara agradeça ao Sr. Antonio Rodrigues de Toledo - a valiosa coadjuvação que prestou-lhe durante o quadriênio em serviços de escrituração e contabilidade - de que constantemente se encarregou. Sessão Extraordinária de 1º de Janeiro de 1869 - Prudente de Moraes". (Livro no 11 de Atas da Câmara Municipal de Piracicaba.)

Sessão de 6 de Janeiro de 1869:

Indicação discutida e aprovada : "O Sr. Dr. Presidente indicou o seguinte, - Indico que a Câmara mande inserir na ata um voto de reconhecimento aos seus empregados - e um sinal de lembrança ao probro ex. Procurador - o finado Joaquim Leite de Cerqueira". (livr. Citado).

Sessão de 6 de Janeiro de 1869:

"O Sr. Vereador Leite Prestes pedindo e obtendo a palavra dirigiu um tocante discurso todo revestido de sublimes termos e a seus munícipes, que ao deixar a Cadeira de Vereador, se dignem receber os seus agradecimentos pela consideração que lhe foi daJa durante o quadriênio." (idem).

"Ilmo Sr.

Ao terminar o seu quadriênio, os abaixo assinados, Vereadores da Câmara Municipal desta cidade, julgam cumprir um dever dirigindo-se a V.S. para agradecer o poderoso auxílio que aos mesmos prestou durante seu quadriênio, na organização de balanços, orçamentos, mapas, escrituração e contabilidade.

Piracicaba, Setembro de 1941.



OS CAMINHOS DA LIBERDADE NO OESTE PAULISTA (1750 - 1846)

Marly Therezinha Germano
Perecin¹

RESUMO

O capital acumulado na Capitania de São Paulo, durante o século XVIII, no interior da economia extrativa de minério de ouro, transferiu-se em parte para os engenhos e a lavoura de alimentos, acomodando-se no sistema escravista de produção e na agroexportação do açúcar. A Vila de Itu foi eixo desse processo, que se comunicou a todo o Oeste Paulista, deitando os rumos da ocupação na fronteira agrícola, animando o surto de prosperidade que logo se refletiu no crescimento das povoações, no aumento do poder dos agro-senhores e no aparecimento das elites caipiras, reforçando o esquema da Sociedade do Ordens. A Freguesia de Piracicaba e futura Vila de Constituição foi amostra típica do período de tensão liberal nas fontes produtivas em fase da Independência e expansão do capital agrário-escravista. As ideologias com base nas teorias de Locke e de Adam Smith lograram manifestações entre os agro-senhores locais, a exemplo do que ocorria no Oeste Paulista, vindo a alcançar, no período entre 1820 e 1842, expressões de um liberalismo armado, como durante a Coligação das Vilas, em 1822, e na Revolução Liberal, em 1842. Esses movimentos políticos anteciparam, por algumas décadas, a Convenção Republicana de Itu (1873) e o movimento republicano (1870-1889).

PALAVRAS-CHAVE: Oeste Paulista, Vila de Itu, Piracicaba, cana-de-açúcar, engenheiros, capital agrário-escravista, agroexportação, elites agrárias, Sociedade do Ordens, Monarquia, liberalismo, Pacto Social, chimangos, guerra do açúcar, Revolução Liberal de 1842.

1.1 A MEMÓRIA EM DESCORTÍNIO

Em 1750, as dimensões geográficas da Capitania de São Paulo pareciam exceder as aspirações da sua sociedade. Dezoito vilas e uma cidade, dotadas de terras agricultáveis, distribuíam-se em duas áreas configuradas na Marinha e em Serra Acima. No Planalto Paulista, rasgavam os três grandes vales, do Mogi balizando para os guaiases,

1. Ex-Presidente do IHGP.

43

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

(1) Contrapondo-se às informações do Morgado de Mateus (1765-1775), sobre a agricultura e a pasmaceira dos paulistas, Bernardo José de Lorena, em carta a D. Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, observava em 1797: "(...) A agricultura acha-se em progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que acabou a preguiça de que geralmente era acusada a Capitania de São Paulo. Só a Vila de Itu fez mais de 50.000 arrobas de açúcar por ano e vai de aumento. Da Freguesia de Ararataguaba, da nova Povoação de Piracicaba, da Vila de Sorocaba, da Freguesia das Campinas, noutra da Vila de Jundiá, sobe presentemente muito açúcar". Cf. DI.45, p.207.

(2) Adotamos o conceito de quadrilátero açucareiro com base em Petrone, porém, dentro de uma formação mais dilatada, abrangendo a mesopotâmia dos rios Tietê, Piracicaba, Capivari, Jundiá, Sorocaba, Mogi. Uma linha imaginária, tirada de Itapetininga, rumava a Talui e Botucatu, infletia para Piracicaba, Limeira e Mogi-Mirim, para Jundiá, centralizando-se em Itu, a capital histórica do Vale Médio do Tietê, à qual sucedeu Campinas como capital agrícola, em meados do século XIX. Neste quadrilátero, o cerne do Oeste Paulista.

Afirma Petrone: (...) O açúcar constituía o estelo econômico da Capitania. Grande par-

do Paraíba, que era o caminho do Norte e do Tietê seguindo para o Oeste; este, oferecia tão amplos horizontes que permitiam aos antigos mateiros divisar, das abas de Araçoiaba, os sertões de Wutucatu (Botucatu) e Piracicaba.

Na cidade de São Paulo fincava-se a encruzilhada de todos os caminhos; um deles apontando para o porto de Santos. Atravessando o rio dos Pinheiros, no rumo de Araçariguama e Barueri, atingia-se o complexo do Japi do qual se infletia, de um lado para Itu e Sorocaba com os seus portos fluviais, primeiro estágio das articulações com o Sudoeste, os afluentes do Tietê, a bacia Platina; de outro, para Jundiá com o seu porto seco rebordando o Oeste nas Campinas ou divergindo nos rumos dos guaiases e da calha do Mogi; das Atibaías e do Jaguari rumava-se para a escalada da Jaguamimbava (Mantiqueira).

No Vale Médio do Tietê, passados o ímpeto minerador e os deslocamentos populacionais para Mato Grosso e Goiás, a agricultura sustentava-se na lavoura de alimentos, algum criatório e produção das rapaduras nos engenhos de buglio. Lavoura de pequenos ganhos, suficiente para ensejar o aparecimento de bairros rurais, capelas curadas e freguesias gravitando pelos raros centros urbanos, estes, dotados de múltiplas funções congregacionais, cooptadores dos interesses dos proprietários da terra e responsáveis pela produção, os seus agro-senhores em fase de formação.

Fazendo parte da economia do SE, interagindo com outros centros que lhe proporcionavam, indiretamente, os benefícios da expansão agrícola de fins do século XVIII, o Oeste passou a experimentar mudanças. O capital, acumulado em mãos de representantes das antigas famílias, se transferiu para a grande lavoura e a agroindústria da cana-de-açúcar, num surto relativamente rápido que lhes permitiu concentrar terras, escravaria, assegurar-se do processo produtivo na agricultura e inserir-se num contexto periférico de mercado internacional. A economia fundada no sistema escravista de produção de bens primários, via-se ativada pela agroexportação da matéria-prima, com boa aceitação no mercado. Capital destinado a reproduzir-se, mas comprometido com a acumulação na Metrópole e nas economias burguesas.

A Vila de Itu tornou-se modelo desse processo de mudança, havendo por ampliar a sua esfera de influência sobre o Vale Médio do Tietê e o Oeste antigo, em escala regional, não apenas em virtude do seu crescimento econômico e cultural, mas por ser sede da distribuição de Justiça. O ritmo de ocupação dos sertões tornou-se mais rápido, promovendo-se as bocas de sertão nas fronteiras abertas no Oeste. Roceiros, jornaleiros, pequenos agricultores e agro-senhores transformavam povoados miseráveis em Freguesias e Vilas, dando azo à implantação da pequena, média e grande lavoura. Dispondo de terras férteis e localização estratégica, algumas povoações converteram-se em centros de cooptação de recursos, a exemplo de Campinas e Piracicaba. (1)

44

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

1.2 O OESTE PAULISTA E A SOCIEDADE DO AÇÚCAR

A expansão das Vilas e Freguesias esteve condicionada aos fatores básicos de crescimento. Itu e Porto Feliz se enquadraram como pólos de deslocação espacial dos capitais e dos representantes das famílias proprietárias, oferecendo as virtualidades das suas agro-fronteiras abertas. O movimento expansionista transferiu-se do Vale Médio do Tietê, Capivari, Pirapora de Curuçá (Tietê), Santa Bárbara, ao rebordo do Oeste, Limeira, Araras, à cuesta de Araraquara (São Pedro), assinalando o surto de prosperidade configurado no chamado **quadrilátero do açúcar**, por meio século. (2)

A conquista do Oeste Paulista decorria da agilização dos fatores produtivos em disponibilidade. Crescimento populacional, deslocamento espacial para as fronteiras abertas, ritmo mais rápido na agricultura, na agroindústria e na exportação, florescimento urbano eram suportes para oligarquias em formação, a partir das elites agrárias. A condição do agro-senhor perante as forças produtivas lhe assegurava o mando no interior das propriedades e o acesso ao poder local, consolidando-se o seu prestígio nos contornos imprecisos da sociedade agrário-escravista.

Elites agrárias acaipiradas, com alguns polimentos da escolaridade, eram portadoras de características maneiras de ser, falar e sentir, embora sensíveis à estimulação do mercado internacional sobre os interesses do seu capital-escravista. Grupos de agro-senhores que se consolidavam à proporção do volume das safras, dotados de capital fundiário e humano, de experiência agrícola, detentores da autoridade em seu eixo familiar e suas clientelas, associados por vínculos matrimoniais, presentes na organização municipal e no genérico das relações de poder. (3)

Naquele universo, o Terceiro Estado de fraca expressão qualitativa, pôde ser captado simbolicamente: (...) *Povo era o resto que sobrava do clero e da nobreza, de todos os matizes de tez. (...) o terceiro estado, o dos pés rapados, recém-saídos da escravidão, dos artesãos, dos peões e camaradas, dos jornaleiros.* (4) Outras sub-categorias se inseriam no contexto social da época, no interior das propriedades rurais e das próprias relações de família. Amestiçados, vivendo em roças alheias ou posseiras, fazendo-se de *gente* ou *povo* dos Diretores de povoações, de mumbavas em sítios de parentes, de agregados.

Inominados, os escravos entravam como o principal componente da economia paulista, nas relações da base da produção. Procediam de origem vária, sujeitos a diversos graus de exploração. O seu crescimento geral podia ser melhor observado em relação ao aumento dos engenhos, como em Piracicaba. Em 1818, sobressaindo da população escrava geral, o plantel de 676 escravos correspondia a um fixo de 32 engenhos; em 1828, 75 engenhos guardavam 2303 escravos. (5) A tendência era de aumentos generalizados nos insumos das unidades produtivas.

te da população tinha suas atividades ligadas à produção e ao comércio açucareiro. Cf. Maria Thereza Schorer PETRONE, *Lavoura canavieira em São Paulo*, p.155.

(3) Entre os anos de 1610 e 1750, formou-se uma sociedade peculiar, caipira, que se generalizou no antigo Oeste, centrado em Itu. Procedente do ciclo sertanista, mestiça, combinatória de traços culturais portugueses e indígenas a que não se ausentava o negro, era ligada à economia de subsistência e às roças. A consolidação do núcleo urbano foi consentânea à emergência de um grupo saído das famílias mais prósperas na agricultura e no comércio, o qual se estabeleceu de forma elitizante e oligárquica face à cultura caipira, sem escoimar-se, totalmente, das características dela, mas perdendo a rusticidade original, aprimorando-se. Esta cultura adquiriu permanência sobre a mais antiga, provisória (...)*Pouco a pouco, ao lado do provisório criou-se o permanente (...)*Surgia uma cultura "aristocrática, ainda que pobre, ao lado da cultura popular, rústica, caipira. Cf. Oclávio IANNI, *Uma Cidade Antiga*, p.2.

(4) Cf. Aluísio de ALMEIDA, *Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)*. Excertos de *Uma Obra Completa*, p. 25-26.

(5) Cf. Maria Celestina T.M.TORRES, *Aspectos da Evolução da Propriedade*

45

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII:2000
Número 7

Rural em Piracicaba - No Tempo do Império, p 74 e 86-89.

(6) Ofício ao Vice-Rei, 1800. Cf. D.I., 44, p. 191.

(7) Observe-se o descenso dos preços no mercado. Em 1803, a arroba (@) era vendida em Porto Feliz a 800 réis, em 1818 alcançava 960 réis. Na década dos anos vinte perdeu muito valor. Em 1822, os açúcares de Itu (500 réis a arroba) e de Porto Feliz (400 réis a arroba) recebiam os mais baixos preços de compra. A má fase fez recuar o número dos engenhos, promoveu concentração de terras, capital e poder em mãos dos engenheiros resistentes. Cf. Luís LISANTI FILHO, Comércio e Capitalismo; o Brasil e a Europa entre o fim do séc. XVIII e o início do séc. XIX. (O exemplo de três vilas paulistas, Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828). Tese de doutoramento apresentada ao Depto. História, FFLCH/USP, 1962, p. 143-144.

(8) Tamás SZMRECSÁNYI, Pequena História da Agricultura no Brasil, p. 14.

Em outros autores observamos referências semelhantes: "(...) E em geral o método de rolear as terras, segundo o uso transmitido dos primeiros cultivadores, e de as roçar, queimar e plantar, e conservar o terreno bem montado; e disto resulta a periódica destruição das matas, desprezando-se os férteis campos. Daquelas com efeito, colhem mais quanto mais

1.3 TENSÃO NAS FONTES PRODUTIVAS

(...) será por extremo custoso desviar os povos naturalmente apegados aos seus antigos costumes.

Antônio Manuel de Mello Castro Mendonça. (6)

Os avanços da grande propriedade na espacialidade das fronteiras abertas no Oeste resultavam da busca por novos espaços agricultáveis, via de regra, ditada pelo crescimento do número de proprietários, pela saturação da rede fundiária nas matrizes, pelo esgotamento das matas fornecedoras de combustível para os engenhos, pelo cansaço das terras cultivadas. Razia ecológica e agricultura predatória modificavam a paisagem do sertão paulista.

O estabelecimento de uma propriedade agroexportadora implicava na montagem do engenho e na transferência dos interesses econômicos para a fronteira aberta, numa dinâmica que se constituía em novidade nas bocas de sertão. Piracicaba experimentou o fenômeno na última década do século XVIII. Ao lado da lavoura organizada, sob modelo ituano, geralmente com os seus 10 escravos por quartel (cerca de 6.000 metros quadrados) de cana, praticavam-se as culturas de subsistência, extensivas, numa atividade econômica subsidiária à agroexportação.

A prosperidade da cana de açúcar em São Paulo relacionava-se com a alta dos preços dos produtos coloniais, após a crise da produção em São Domingos, na última década do século XVIII. Os êxitos dessa lavoura, no século XIX, malgrado as crises de mercado e o flutuar das cotações, sustentaram o prestígio dos agro-senhores do Oeste, facultando a representatividade política das elites agrárias na Província e o acesso na Assembléia Geral do Império. Aumentos da oferta associados a má qualidade do produto esvaziavam as oportunidades no mercado, ficando o produtor à mercê das praças de Amsterdã e Hamburgo, onde os ingleses despejavam o açúcar brasileiro.

A fragilidade da economia do Oeste não advinha exclusivamente dos fatores externos ou da precariedade dos transportes da Serra do Mar; jazia no interior da própria agricultura, agravada pela falta de inovações específicas nos tratamentos culturais, do plantio à colheita, na tecnologia adotada, respondendo pela má qualidade do produto final e na forma de utilização da terra, sem nenhuma preocupação quanto à reposição da sua fertilidade original por desconhecimento das técnicas da estrumação. Ignorando as práticas de destocamento e arado, sustentavam na lavoura costumes indígenas e uma precária tecnologia, cujos recursos se estendiam à enxada, à foice, ao facão, à pá, ao ancinho, associando-se ao trato iconoclasta do solo, das águas, das reservas vegetais, campos, matas e capões. A somatória de deficiências revertia em prejuízo dos ganhos da produção, da produtividade e da qualidade do produto colocado no mercado.

O rápido esgotamento dos solos pressionava o agricultor, movendo-o na fronteira agrícola, em direção das terras descansadas e férteis, intocadas ou em fase inicial de exploração, sesmeiras ou pos-

46

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

seiras, nos rebordos do Oeste. Se, no final do século XVIII, a fronteira se achava em Piracicaba, na primeira década do século XIX desbordava para os Campos de Araraquara e Rio Claro (Novo Oeste).

Os ganhos de produtividade obtinham-se com o sacrifício do solo e deslocamento dos capitais financeiros e humanos. A amplitude das áreas abertas na fronteira e o escravismo contribuíam para o atraso tecnológico dos agricultores paulistas, aqueles *arraigados costumes*, segundo a eufemística expressão do observador. O valor fundiário era baixo, mesmo quando conjugado aos custos da operação da razia ecológica, praticada por caboclos e camaradas. (7) Transferências de capital das matrizes de povoamento permitiam ganhar solos de rápido amanho e alta rentabilidade, até que o processo se renovasse, mais adiante.

Conquanto a disponibilidade de alguns fatores produtivos assegurasse a ilusão de que os rendimentos agrícolas dispensavam investimentos em tecnologia e práticas de conhecimentos que a ciência da época já oferecia, o avançar pela fronteira aberta no Oeste implicava no distanciamento das matrizes de origem, no encarecimento dos custos do transporte em tropas de muares, na diminuição dos lucros e na deterioração da qualidade do produto. Tropeiros concordavam que nada resistia além das 40 léguas (240 km) de distância, entre a Marinha e o Interior.

Sistema escravista de produção e atraso tecnológico, falta de conhecimentos específicos e de inovações, distância e dificuldades no transporte, tais elementos associavam-se para responder pela baixa produtividade do açúcar no Oeste, pela má qualidade, pelos altos custos, pela falta de competitividade, pela perda de preços e de espaços no mercado internacional. No conjunto eram suficientes (...) *para inibir estímulos à transformação qualitativa do sistema produtivo*. (8)

1.4 AS ELITES AGRÁRIAS LOCAIS E REGIONAIS

As mudanças observadas coincidiam com a crise geral do sistema colonialista português, obsoleto o seu mercantilismo frente às economias industriais em expansão, e com a separação da Metrópole. Crescia o significado da matriz ituana no Oeste Paulista, em virtude da sua posição de centro decisório e sede da Justiça, pela Ouvidoria, bem como pela importância dos seus chefes políticos. Estes repassavam às pequenas comunidades parte do seu prestígio pessoal, fato que não as isentava de envolvimento político nos acontecimentos.

No roteiro das idéias e do pensamento político, observa-se que o liberalismo, enquanto ideologia, caía como uma luva para um grupo expressivo de agro-senhores locais, envolvendo no concerto dos interesses os proprietários rurais, camaristas e sacerdotes, enquanto a botica de Cândido José da Motta, o camarista e Juiz Ordinário de Itu, revelava-se o areópago do Oeste

Partilhando interesses que se generalizavam na política de preços do açúcar e na remoção dos entraves mercantilistas à agroexportação, coligaram-se na presunção de um pacto social mantenedor da representatividade parlamentar dos seus grandes Elei-

espaça e antiga é a mata. E pois este o meio conhecido de estrumar, e beneficiar os terrenos ao qual ajuda muito o que por si obra a natureza." Daniel Pedro MULLER, Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1836), p.23.

(...) *Os processos de roteamento continuavam os mesmos que tinham usado os indígenas e que forma o característico dos séculos anteriores, isto é, a queima, a roçada e o plantio até o esgotamento da terra.* (...) *Nos inventários da primeira metade do século XIX, que pudemos consultar, só encontramos referência a um arado.*

(...) *Poucos eram os animais de serviço, e a ferramenta era rudimentar: enxada, foice, machado.* Maria Celestina T.M. TORRES, op. cit., p.95. (9) Em 1816, Piracicaba passava a contar com uma população superior a 2.000 habitantes (em 1811 não possuía a metade), solos agricultados em fase expansionista, havendo 18 engenhos, dos quais 14 eram de açúcar e 4 de aguardente; 12 engenhos em fase de construção e 22 fazendas de criar, avançando-se o roteamento pelos Campos de Araraquara. CF. *Atestação do Vigário e Representação dos Povos*. Livro de Instalação da Vila de Constituição (Piracicaba). N.º 0002. A.C.M.P

As Câmaras de Itu e Porto Feliz pronunciaram-se favoráveis quanto às pretensões

47

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

dos defensores da criação da Vila em Piracicaba. Os camaristas de Porto Feliz confessavam-se impressionados com a valorização das terras naquela fronteira, coisa para a qual *não se fazia caso*, algum tempo antes. Cf. **Respostas das Câmaras. Livro de Instalação da Vila de Constituição (Piracicaba).** N. 0002. A.C.M.P.

(10) Sobre a eleição de 1822, o Capitão-mor João José da Silva afirmava que o Tte. José Joaquim de Sampaio mandara oferecer ao Ouvidor (...) *800 @ de açúcar pelo reverendo Vigário, e 100 pelo Capitão José de Barros Penteadado*, pelo posto de Comandante das Ordenanças. Cf. Ofício do Capitão-mor João José da Silva, 17/05/1824. In Mário NEME, **História da Fundação de Piracicaba**, p.171-172.

(11) Exceltuamos a 3ª Cia. de Ordenança relativa à Freguesia de Ararquara, prestes a se desmembrar, que não desenvolvia engenhos, voltada para a grande propriedade e criatório. As observações restringem-se às 1ª e 2ª Companhias, dotadas de 11 e 14 Esquadras cada uma, abrangendo diversos bairros rurais e a Freguesia de Santa Bárbara (2ª Cia.). O maior número de engenhos encontrava-se na 1ª Cia., em decorrência da proximidade do Vale Médio do Tietê e da agroexportação, voltada para as estradas de Itu e Porto Feliz. Cf. Lista Geral dos Habitantes que Integram o

tores e dos interesses da terra. A coligação das vilas (1822), centradas em Itu, mais do que o apoio aos Andradas, tinha o sentido de rompimento com as autoridades da Junta Governativa de São Paulo, em favor de um governo próprio, autônomo e militarizado. Todavia, hipotecaram o seu apoio à Regência do Príncipe D. Pedro, à representação nas Cortes de Lisboa e à convocação da Assembléia no Rio de Janeiro. Em níveis locais de poder, mantiveram o apego à representação nos Conselhos e cargos Municipais, à participação nos Corpos de Ordenanças.

A refletir a nova dinâmica, povoações convertiam-se em freguesias. Muitas pleiteavam erigir-se vilas, como Piracicaba que saíra do antigo marasmo, entrando no surto açucareiro do *quadrilátero*. Na segunda década do século XIX, os agro-senhores locais partiram para a sua primeira reivindicação coletiva, na forma de pacto liberal junto aos representantes do poder, as autoridades da Ouvidoria e das Câmaras Municipais de Itu e de Porto Feliz. *Os Povos de Piracicaba*, liderados pelo Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o mais poderoso dos proprietários rurais locais, acompanhado do Vigário Colado da Freguesia, Pe. Manuel Joaquim do Amaral, e do Comandante de Armas, Capitão Domingos Soares de Barros, dirigiram uma representação reivindicatória da criação da Vila, assumindo as públicas responsabilidades, que objetivavam os seus interesses quanto à viabilização da Justiça e do progresso. (9)

A influência ituana foi particularmente expressiva em Piracicaba, enquanto *boca de sertão*, meio perdida nos rebordos do Oeste, e como fronteira aberta em processo de implantação da rede fundiária integrada ao quadrilátero do açúcar. A vida local era assinalada pela elevada porcentagem de ituanos que sustentavam as suas influências culturais nos modos de ser, pensar e sentir, nos costumes, na religião, nos modelos arquitetônicos, nos procedimentos econômicos e nas práticas políticas.

Na quase reprodução do modelo matricial, atingiram-se os conflitos locais entre os proprietários, estabelecidos na fronteira em período mais antigo, acomodados ao mando, ajustados aos poderes coloniais, e os novos, reivindicantes das instituições municipais, com as quais pretendiam desenvolver os seus próprios esquemas de poder local. Interesses locais foram idealizados no momento mais agudo da crise dos sistema colonial e se reproduziram carregados do regionalismo do Oeste, separando *corcundas*, colonialistas da linha dos Arruda Botelho e Sampaio, dos liberais coligados a Itu, que liam pela cartilha de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e seus aliados ituanos.

Os ajustes e as fricções promovidas na sociedade de Constituição (Piracicaba), podem ser melhor observados na perspectiva do Censo realizado no ano de 1822, compensando o entendimento sobre as articulações políticas e os comprometimentos regionais, ressaltando a infra-estrutura agrária da florescente Vila do quadrilátero. (10) A tabela abaixo foi elaborada a partir de uma amostragem obtida do Censo de 1822, em apenas duas Cias. de Ordenanças, sobre os índices de 2.991 homens livres, 1.771 escravos, 4.762 habitantes, 648 fogos e 364

48

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

proprietários, dos quais 49 eram engenheiros (senhores de engenho) Observamos que dois se repetem cinco vezes no Censo, Nicolau de Campos Vergueiro e Bento Paes de Barros, concentradores de terras). (11)

OS PROPRIETÁRIOS RURAIS DE CONSTITUIÇÃO (PIRACICABA)											
Quanto ao sexo e cor						Agricultores em geral					
Cla.	H	M	B	P	C	N	Engenheiros	Partidistas	Recebem %	Nº Escr.	
1ª	143	19	129	32	01	-	162	26	04	02	844
2ª	194	08	171	30	01	-	202	17	02	05 08	784
Total	337	27	300	62	02	-	364	43	06	07 06	1628

Obs. P = pardo, C = caboclo e Engenheiros = donos de engenho de açúcar. Fonte: Censo de 1822. Maços de População. Cxa. Nº 154. DAESP

Os engenheiros (donos de engenhos de açúcar) da linha de Vergueiro foram figuras-chaves no jogo do poder, por ocasião da ereção da Vila, em 10 de agosto de 1822. Nos dois lados, promoveram-se estratégias políticas e comportamentos ideológicos, como se observou no motim de 8 de agosto (derrubada das cercas do rossio), nas eleições (da Câmara e das Ordenanças) e nos festejos da Aclamação.

A força desses senhores é repassada nos índices da tabela abaixo (12)

DISTRIBUIÇÃO DOS SETORES DA POPULAÇÃO						
Por cabeça e Nº de Fogos Prop. rurais e agn. em geral	648	Pop. Escr. Nº ind. %	Sobre Homens livres %	Sobre Prop. rurais %	Sobre os Fogos %	Sobre os totais de população %
	364	1628 91,92	12,16		56,17	7,64
Agr. médios e pequenos	302	261 14,73	10,09	82,96	46,60	6,34
Empresários do açúcar em geral	62	1367 77,18	02,07	17,03	09,56	1,30
Senhores do engenho	49	1272 71,82	01,63	13,46	07,56	1,02
Outros setores	261	143 08,07	09,69	—	43,36	5,90

Obs. A diferença de 3 fogos diz respeito aos possuidores de mais de uma propriedade, Vergueiro e Bento Paes de Barros.

Fonte: Censo de 1822. Maços de População. Cxa. Nº 154. DAESP

Achando-se o liberalismo ituano militarmente armado, durante a Coligação das Vilas do Oeste, o grupo de Vergueiro obteve 4 dos 6 Eleitores que decidiram sobre a composição da 1ª Câmara de Vereadores de forma a valer-lhe o apelido de *Câmara Caseira*, uma vez que eram parentados cerca de 2/3 do quadro. Independentemente da facção, naquela Câmara, 71,42% eram engenheiros, 80,95% eram grandes proprietários rurais; outros eram negociantes que logo se tornaram proprietários. Nas Ordenanças, todas as altas patentes estavam em poder dos engenheiros e grandes proprietários.

corpo das 3 Companhias de Ordenanças de Vila Nova da Constituição. Maços de População, 1822.DAESP.

(12) A amostragem colhida sobre o Censo não deve fugir dos padrões médios regionais, uma vez que obtivemos o percentual de 0,96 sobre o grupo dos engenheiros, enquanto Bacellar, em seu estudo demográfico, avaliava que o: (...) restrito grupo de grandes proprietários beirava os 0,5% da população total do Oeste paulista. Cf. Carlos de Almeida Prado BACELLAR, Os Senhores da Terra, p.32.

(13) Cf. 12ª Vereação de Constituição. Sessão Extraordinária de 12/10/1822. 1º Livro de Atas, A.C.M.

(14) Cf. Mário NEME, op. cit., p.217-19

(15) Cf. Mario NEME, op. cit., p.179

(16) Cf. Sérgio ADORNO, Aprendiz do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira, p.53-54.

(17) Esta *Intelligentia* supriu a ausência de uma classe revolucionária em São Paulo, que não acompanhava o movimento revolucionário liberal das Províncias. Permanecendo as idéias liberais e nacionalistas no cultivo de uma minoria culta, constituída de ilustrados no exterior e letrados da terra, instituídos chefes políticos, as suas idéias, os seus conflitos e diferenças pessoais eram repassadas para o conjunto dos homens livres. O temor da agitação das massas os induziu a aceitar a Monarquia

49

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Constitucional. Cf. Augustin Wemel. *O Processo da Independência em São Paulo*. In Carlos Guilherme Motta, 1822 :Dimensões, p.340-354

(18) Cf. Sérgio ADORNO, *op. cit.*, p.53-54

(19) Cf. Octávio IANNI, *op. cit.*, p.40

(20) Cf. Autos da Devassa. Cartório do 2º Ofício de Piracicaba. Ação de Vergueiro Jair Toledo VEIGA, As Comemorações da Independência em Piracicaba. Diário de Piracicaba, edição de 01/08/1962, 3º cad., p.6.

(21) Na frase de José Bonifácio, os separatistas monárquico-constitucionais foram os primeiros defensores de uma *liberdade bem entendida*. Cf. José Aleixo IRMÃO, Rafael Tobias de Aguiar, o Homem, o Político, p. 124

(22) Nas Reflexões de Itu, guardou-se a análise oferecida pela Câmara Municipal ao projeto constitucional do Imperador, em obediência ao Decreto de 13/11/1823, a sua concepção de liberalismo como principal instrumento de dominação. O inegável apoio combinava-se com a racionalização - "liberdade bem entendida" - sobre as conveniências do arranjo político, manifesto na preservação do Legislativo frente ao agigantamento dos outros Poderes, preocupação que se manterá na linha da política chimanga do Oeste paulista.

Com relação ao governo eco-

50

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Em 12 de outubro de 1822, realizou-se em todas as Vilas do país a cerimônia oficial de "Aclamação de S.Majestade Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil", perante a sociedade reunida por seus representantes do Clero, Nobreza e Povo. Em Constituição (Piracicaba), o Capitão Domingos Soares de Barros, homem de poucas palavras, ressaltou dois pormenores (...) *as grandes vantagens dessa aclamação para o Brasil e o (...) muito que se devia ao Imperador*. A fala parecia consensual naqueles fisiocratas vocacionados, em fase de adesão ao Liberalismo. (13)

Eram por demais evidentes as vantagens de vir o País dispor de um Executivo próprio, um Pacto Contratualista e um Estado Representativo, dentro dos princípios gerais consagrados pela doutrina liberal. As conveniências asseguravam a convergência momentânea das diversas tendências, anteriormente manifestas nos principais redutos políticos da Província. Facções à parte, selou-se o Pacto em nome dos interesses gerais.

Durante a homilia da Missa Solene, celebrada pelo Vigário Pe. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, futuro professor da Academia de Direito de São Paulo, este revelava ter consciência de que o passado colonial levava à malversação das riquezas e ao abatimento econômico, por (...) *mais de três séculos, sempre gemendo debaixo dos duros ferros da escravidão*. A crítica aos rigores do sistema colonial português carregava o econômico: (...) *quando os governos de além-mar só ambicionavam tirar das riquezas do Brasil o quanto possível para engrassar os cofres do velho e caduco Portugal*. (14)

Ao regionalismo da maior parte daqueles agro-senhores, a evidência da remoção dos empecilhos mercantilistas do sistema colonial português por tolherem os interesses da agro-exportação, bem como a dilatação das suas oportunidades de poder poderiam parecer bem mais atraentes do que as promessas do Pacto Social ou do Estado Contratual Representativo. Para outros, a Aclamação refletia avanço irrestrito na doutrina liberal, no econômico e no político.

Conflitos, ameaças, assuadas, processos na Justiça, subornos, tocaias, eram parte da estratégia de acesso ou de recuperação do poder por parte daqueles que disputavam o comando nas comunidades do Oeste. Os comportamentos ideológicos com base num vago nacionalismo xenófobo, atirados contra os pés de chumbo, sapatões e marinheiros, comuns na Corte, apareceram no interior da Província. Em Piracicaba, a disputa pelos postos na Câmara e nas Ordenanças entre os independencionistas e os ex-colonialistas, o empenho da parte destes na manutenção das áreas públicas apossadas, pautavam os interesses das principais facções, respaldadas por racionalizações semelhantes, a meio da adesão ao Príncipe, expressa através de um liberalismo de fracas raízes.

Vergueiro fez a análise da situação de intranquilidade dominante em Piracicaba, dando a entender às autoridades da época que a violência decorria das disputas conjugadas pelos cargos e pelas terras por parte dos *corcundistas*, que combinavam (...) *estas rixas com oposições políticas, cobrindo-as esfarrapadamente com patriotismo segundo a moda*. (14)

2. A CUTILADA DO LIBERALISMO ESCRAVISTA

(...) Liberdade que se tropeça sobre si mesma, da igualdade que se fustiga mas que nunca se concretiza
Sérgio Adorno (15)

2.1 A POLÍTICA NA SOCIEDADE DO AÇÚCAR

Facções conflitantes, produtos de circunstâncias diversas, conduzidas pela política das elites agrárias ligadas ao passado colonial ou a nova situação que se concretizava, a Independência, estabelecidas em níveis de mandonismo local e regional, era fenômeno recorrente no país, na fase de superação do sistema mercantilista português e de passagem para novas formas de dependência para com o capitalismo internacional. Consumada a separação, o adesismo às determinações básicas liberais no sentido imediato de anti-monopólios, anti-metrópole e auto-governo, assegurava com base num vago nacionalismo a convergência dos interesses de agroexportadores e proprietários rurais. "- Mostrai que sois brasileiros", era a voz do Vigário da Matriz de Piracicaba, repassada de forma semelhante a todo o Oeste.

Uma nova "evidência" se revelou entre os comportamentos políticos e ideológicos, dada pelas subjetivas e peculiares tomadas de consciência, durante o Primeiro Reinado: o pragmatismo político dos ilustrados, no exterior ou na terra. (17)

Bacharéis e doutores coimbrões de procedência maçônica, padres de formação eclética, alguns maçons, geralmente, se colocavam na linha confinante entre o despotismo ilustrado de Portugal e o liberalismo do início do século XIX. Quando era dada a formação no Exterior, esta os consagrava perante as elites agrárias: José Bonifácio de Andrada e Silva, Daniel Pedro Müller, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Os letrados da terra - a geração egressa das famílias proprietárias - formavam-se nas escolas de Primeiras Letras e Humanidades, confessionais ou particulares. Escolaridade mediana marcava a formação pedagógica recebida pela maioria dos políticos do Oeste, comprometidos em manter as relações de poder pré-existentes, o mandonismo local e regional, exercido pelas elites agrário-escravistas da qual faziam parte, bem como as relações internacionais do mercado, um modelo de Carta e instituições sob as fórmulas conceituais do liberalismo. Incluíram-se entre os grandes Eleitores de um Estado autoritário de representação, liberais no genérico, diferenciados no particular.

Uma *Intelligentzia* imbuída de preocupações utilitaristas, havendo em comum o anti-mercantilismo e o jus-naturalismo, constituída de moderados e conservadores por natureza, preocupados com a questão da segurança da propriedade privada, com o temor dos levantes de escravos, com a representação política, com a manutenção dos privilégios de agro rídica, política e social" (18) ,onde os grupos populares, em adensamento demográfico permaneciam em estreitos limites sociais; povo "(...) meio desprezado, meio necessário" (19), sujeito

nômico e municipal das cidades e das vilas, o que transparece é a intenção municipalista que Feijó tanto defendeu no futuro. A defesa de um governo policial, frente ao temor das insurreições de escravos e as arbitrariedades dos Capitães-Mores era reforçada pela inclusão do Juiz de Paz, agente mantenedor da segurança do cidadão, particularmente da sua propriedade, que será peça-chave nas eleições. Cf. Francisco NARDY FILHO, *A Cidade de Itu*, 2º vol., p.114-119.

(23) A sua argumentação baseava-se na idéia de que...
(...) O Brasil ainda não está em circunstâncias de ser república. Isso seria querer que não haja mais lei nem governo. (...) O Paulista vos defende... O Paulista era um jomal redigido por Antônio Mariano de Azevedo Marques, membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Defensora e o texto que transcrevemos consta do n.º 1, editado em 26/09/1831. Cf. Augustin WERNET, *Sociedades Políticas (1831-1832)*, p.66
Evaristo da Veiga doutrinava para os liberais moderados :
(...) O princípio da soberania do povo, isto é, o direito igual dos indivíduos à soberania, e direito de todos os indivíduos de concorrer à soberania é radicalmente falso porque sob o pretexto de manter a igualdade legítima, ele introduz, violentamente a igualdade onde não existe e viola o desigualdade legítima. Cf O

51

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

Independente, nº64, ed. de 14/03/1832. *Ibidem*, p.67.

(24) Na Província de São Paulo, o Grande Oriente Brasileiro antecipou-se, em 1832, na obra de instalação das Lojas. Era dotado de coesão e forte representação parlamentar, contando com a Imprensa doutrinária de Evaristo da Veiga e as lideranças regionais projetadas na Assembléia Geral do Império, Vergueiro, Feijó, Paula Souza; na capital da Província, o chefe do partido era Rafael Tobias de Aguiar. O seu competidor, Grande Oriente do Brasil, instalou preferentemente, as suas Lojas no Vale do Paraíba e no litoral. Cf. José CASTELLANI, *História do Grande Oriente de São Paulo*, p.17-39.

(25) Os agro-senhores do Oeste se prepararam para a grande eleição do Regente Uno, ganha por Feijó, sua liderança prática, vitória que também foi prova da proficiência de Evaristo da Veiga, dos seus cabos eleitorais no País e dos interesses conjugados. Rafael Tobias, Presidente da Província de São Paulo, rompeu definitivamente com Costa Carvalho, após estas eleições. Por 230 votos, os chimangos foram derrotados na Capital e em algumas comunidades do interior, inclusive Constituição (Piracicaba), votos manobrados por Costa Carvalho que também disputava o pleito, e já se preparava para agenciar uma nova proposta políti-

às manipulações e, via de regra, invocado por "a canalha, a vil ralé", como se viu em Piracicaba, em 1822, durante as desordens cometidas durante a Festa da Aclamação do Imperador. (20)

2.2 O EQUILÍBRIO DAS FACÇÕES

Os diversos modos de conceber os passos da doutrina liberal, no econômico e no interior das relações de poder podem ser melhor percebidos nas disputas do grande colégio eleitoral, que tinha por base a Ouvidoria de Itu, criada em 1811. Eleitores e Oficiais camaristas das comunidades mais importantes, consolidaram o seu prestígio numa sociedade ampla, circunscrita regionalmente, e, a partir de 1822, promoveram-se nas esferas da política provincial e nacional.

Para o seu serviço elegeram o princípio da *Liberdade bem entendida*. (21) Tratava-se de recurso de linguagem idealizada sobre os diferentes modos de entender a oportunidade que se oferecia. (22) As relações de poder estabelecidas regionalmente propiciavam elaborações conceituais diversas, fosse na Capital ou no Interior, este menos ligado ao comércio e às práticas mercantis. Nas linhas de aproximação (1822) ou de ruptura (1823) entre o andradismo e os chefes liberais do Oeste, permearam as diferenças entre o elitismo aristocrático, o cosmopolitismo dos primeiros, e o elitismo despojado, algo rude, dos proprietários do interior, a sua visão de mundo desvinculada do espírito de seu modo intuitivo e prático de entender a política, não totalmente isento do pensamento doutrinário de Vergueiro, de Evaristo da Veiga e da filiação maçônica.

Após a ruptura entre as duas vertentes liberais da Província de São Paulo, as lideranças do Oeste buscaram conduzir a política, a seu modo, ao lado de outros grupos também saídos dos circuitos do mandonismo local, dos regionalismos provinciais e das obediências maçônicas. Obtiveram representação parlamentar, durante as Cortes de Lisboa, o primeiro Reinado, a Regência e o segundo Reinado, Vergueiro, Paula Souza e Feijó, ideólogos da *liberdade bem entendida*.

Tornaram-se conhecidos como liberais moderados ou chimangos, reconhecendo-se que os anos trinta foram o seu melhor momento, consentâneos à forte dependência inglesa, às dificuldades dos produtos brasileiros do mercado, em meio à disputa entre os principais grupos políticos nacionais para assumir o controle das relações de poder e ocupar o vazio deixado pelo Moderador. Empenharam-se no intuito reformista da Carta de 1824, enraizando as suas opções pela Monarquia Constitucional e pelo Estado autoritário, fato que os fez situados entre os extremos do absolutismo restaurador e o republicanismo, este permeado de facções anárquicas de populares e militares. Foram identificados como as expressões do manobrismo do círculo de Itu.

Em 1831, quando se formou na capital da Província a Sociedade Federal com elementos andradistas, antigos chumbistas e exaltados, empenhada no projeto reformista constitucional federalizante, os chimangos repeliram a ameaça republicana, via federalismo, com base na imaturidade do País e na intocabilidade da Carta. (23) Em 1834,

52

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

vieram a aquiescer ao projeto reformista, porém debaixo da sua visão particular, infensos à idéia de república. Os seus opositores continuaram com forte expressão eleitoral na Capital, em Santos, alguma no Interior, mas sofrendo sucessivas derrotas, atuantes no Grande Oriente do Brasil, onde continuaram na linha de oposição aos chimangos, estes, no Grande Oriente Brasileiro.(24)

O manobrismo chimango, muito forte em São Paulo, era débil no Parlamento do Império. A eleição do Regente Uno (1835), foi o apartar das águas na Província, uma ruptura baseada em dissensões políticas, ressentimentos e inimizades pessoais, cultivados no interior dos círculos maçônicos - que alinhavam tendências fora do âmbito parlamentar ou do governo - e para-maçônicos, os quais se encaminharam ao realinhamento dicotômico que levou os chimangos ao de-sastre de 1842. (25)

Os confrontos na Província de São Paulo entre o liberalismo chimango e o *liberalismo liguista*, enrustido nas diversas oposições, passaram a ter um significado de valorização da capital que se promovia como eixo cultural-administrativo, sede da renovada *Intelligentzia* e do grupo dirigente, sobre o Interior e seu grupo manobrista do Oeste. Todavia, este permanecerá atado ao mandonismo local, à política dos camaristas no interior dos Conselhos, ao regionalismo da 3ª Comarca (Itu), sem se renovar, até perder substanciais espaços e desgastar-se. Intimidado frente ao perigo das insurreições de escravos, será sensível aos apelos dos proprietários às rondas da Sociedade Defensora, às intervenções da Guarda Nacional e dos Juizes de Paz, conhecidos agentes controladores sobre os respectivos distritos das vilas, mormente no processo eleitoral. Permanecerá nos limites da "meia reforma" obtida, pela formatação da Carta de 1824, através do ato Adicional (Lei de 24/08/1834), que se associava ao Código do Processo Criminal (Lei de 29/11/1832) e à Convenção sobre o Tráfico (Dec. de 07/11/1831). Se Feijó, individualmente, possuía mais força do que D.Pedro I, ao País restava o dilema político: um rei concentrador de Poderes (Carta de 1824) ou a anarquia.

Em meados da década dos anos trinta, viram-se entre os fogos cruzados dos seus opositoristas, sem poder inviabilizar os avanços do *regressismo*, conduzido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu continuador Honório Hermeto Carneiro Leão. Aos remédios fortes e urgentes, solicitados anteriormente por Feijó, era oferecida, sob a Regência de Araújo Lima, a Lei de Interpretação do Ato Adicional (12/05/1840), que transferiu para o centro de poder da Monarquia o sistema judicial e policial do País.

A Maioridade (23/07/1840) veio a se converter num expediente extra-constitucional para a Regência, invocado para resgatar o princípio da chefia do Estado em mãos de um poder neutral, distante dos conflitos desestabilizadores das facções. (26) Resistir e sobreviver ao avanço do regressismo, demolidor da *meia reforma* era garantir, a qualquer preço, a vitória nas chamadas *eleições do cacete* (13/10/1840), que lhes assegurariam a sucessão liberal no governo. Não contavam que as mesmas lhes inviabilizassem a permanência no poder.

ca Com esses 230 votos veio a formar-se em São Paulo, o partido Conservador. Cf. Alfredo ELLIS Jr. Feijó e a Primeira Melade do Século XIX, p.207.

(26) Cf. João Camilo de OLIVEIRA TORRES, A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil, p.235.

(27) Complementadoras da Lei de Interpretação do Ato Adicional, as leis da "reforma" chamaram-se "opressoras" ou "Leis do Cabresto". A Lei de 23/11/1841, resgatava o Conselho de Estado, composto por doze membros com funções vitalícias, além de poderem participar os Ministros de Estado, significando um reingresso na desastrosa política dos basildores. A Lei de 03/12/1841 afetava o Código do Processo Criminal de 1832 e o pretendido municipalismo judiciário, sob pretexto de que este estimulava os despotismos locais a se esvaziarem no poder, graças a disposição de uma polícia civil e uma magistratura de encomenda; a médio e longo prazo, liquidava as pretensões dos moderados, via eleitoral, uma vez que as magistraturas eletivas de decisão participativa, o Juiz de Paz e o Juiz Municipal tinham as suas funções esvaziadas para o Delegado e o Subdelegado, nomeados do centro e em dependência com o Chefe de Polícia. Cf. Aluísio de ALMEIDA., A Revolução Liberal de 1842, p.39 e João Camilo de

53

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII | 2000
Número 7

O. TORRES, *op. cit.*, p. 236.
(28) Vaidade pessoal ferida (Rafael Tobias), inconformação chimanga ante as perdas políticas, rejeição de Costa Carvalho por parte das três famílias mais importantes de São Paulo, Paes de Barros, Souza Queiroz e Vergueiro, regionalismo exacerbado no Oeste, eram as influências no deflagrar do movimento. Os ingredientes explosivos eram lançados à opinião pública pelo jornal criado por Rafael Tobias, na capital, *O Tibiriçá*, onde aquele era satirizado como *Barão da Ribeira*. Na edição de 21/04/1842, o jornal publicara os versinhos: *Os Paulistas são cativo, / São cativo dos Bahiano, / Que delles pode dispô? Como Sinhô Soberano*. Cf. O TEBYREÇA, edição de 21/04/1842, nº 19. In Geraldo BONADIO, *Agonia do Projeto Liberal*. O Jornal *O Tibiriçá* e a Revolução de 1842.

Planejada no interior da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis (maçônica), para todo o Brasil, a Revolução Liberal de 1842 devia começar por São Paulo. Havendo fracassado a tentativa de tomar o quartel da cidade, primeiro passo para a deposição de Costa Carvalho, o Presidente Provincial indesejado pelos chimangos, Rafael Tobias de Aguiar, chefe do partido liberal, ameaçado de prisão, retirou-se para o Interior, onde dispunha de parentes e clientela. Em Sorocaba, coli-

O Gabinete que lhes sucedeu na oposição - o de 23 de março de 1841 - completou a obra iniciada por Bernardo Pereira de Vasconcelos, com duas medidas legislativas de impacto, as chamadas *leis do cabresto*, nulificadoras da *meia reforma*, votadas no espaço de dez dias. Seguiram-se a anulação das *eleições do cacete* e a dissolução da Câmara de maioria liberal por ato do Imperador (01/04/1842). Oferecia-se um Estado Policial como alternativa à anarquia brasileira agudizada pelas revoluções regenciais, particularmente, pelos Farrapos do Rio Grande do Sul. A segurança pleiteada pelo poder saquarema significava o "garrote de morte" para os liberais moderados, afigurando-se-lhes intolerável a intromissão centralista em seus domínios regionais e locais, em suas relações de poder estabelecidas. (27).

Inconformados com o mortal garroteamento imposto pelas *leis do cabresto* e pela dissolução da Câmara liberal, onde tinham maioria, os chimangos pareciam convencidos da necessidade de um apelo revolucionário, dos efeitos de uma incursão sobre a capital, onde haveriam de depor Costa Carvalho, ato suficiente para intimidar o Rio de Janeiro a sobrestar a execução das leis, quiçá, substituir o Ministério de 23 de Março por outro liberal. (28) A Coluna Libertadora iniciou a marcha sobre São Paulo.

A batalha de Venda Grande em Campinas (07/06/1842), foi o epílogo de um ciclo romântico de agro-senhores, armados à antiga contra o exército moderno de Caxias, vitorioso sobre os balaaios, no Maranhão. Foi experiência suficiente para dissolver a Coluna e desmantelar o movimento. Rafael Tobias, sem ter condições de oferecer resistência, retirou-se para o Sul do país, assumindo o Pe. Feijó o exercício da presidência revolucionária, até a deposição das armas pelo Cel. Galvão (20/06/1842). Feijó partiu prisioneiro para o exílio no Espírito Santo, em companhia do Senador Vergueiro, enquanto Caxias determinava aos seus subordinados a *limpeza revolucionária* do Oeste, de Itu até Piracicaba e Limeira. Em seguida, exterminou os focos revolucionários no Vale do Paraíba e em Minas Gerais, de forma que em agosto de 1842, as prisões se achavam lotadas (29)

O episódio jamais foi esquecido. Os chimangos paulistas foram a última geração dos agro-senhores da cavalaria, do tropeirismo e dos engenhos, levados a um *beco sem saída* pelas próprias contradições do liberalismo assumido na *meia reforma*. Preocupados com as cotações internacionais do açúcar, desejando a liberdade do comércio mas, envolvidos no círculo de ferro da dependência inglesa e das tarifas preferenciais asseguradas pelo Tratado de Comércio de 1827; garroteados pelo *regressismo*, derrotados por Caxias, tiveram a nulificação das suas conquistas num momento em que a representação no Parlamento lhes parecia o pressuposto indispensável para assegurar-se no poder e promover mudanças.

2.3 A GUERRA DO AÇÚCAR: REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842

O Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar constitui um registro notável das formulações políticas e ideológicas da década dos anos quarenta na Província de São Paulo, em razão de ser representativo

54

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

do liberalismo conceitual chimango e de justificar a revolução por coadjuvação das *Luzes*. (30) Por ser um repertório de interesses e racionalizações das elites agrárias, tornou-se o inventário político de uma era, após meio século de cultura do açúcar e hegemonia dos agro-senhores chimangos no Oeste, solidários ao grupo manobrista de Itu, pelas suas comunidades coligadas e por suas representações na Assembléia Geral e no Senado.

Foi a principal peça da defesa de Rafael Tobias de Aguiar, réu de crime político e considerado o *cabeça* da revolução chimanga de 1842. Fala por ele e pelo partido chimango, mergulhados no desastre da desorganização da agroindústria exportadora, vitimados pelo garroteamento e pelo abalo da derrota, vivendo a fase tensionante que precedeu a virada do Oeste para a cafeicultura.

A defesa tinha por base as lições assimiladas na Academia, vazada num jus naturalismo sacramentado. O Homem era apresentado como um ser dotado de uma natureza moral de que resultavam a espontaneidade, entendida como liberdade de ação num dado contexto e a experiência que o individualizam, havendo por ser portador de direitos e deveres que precedem aos governos organizados, inventados para assegurar-lhe o gozo. Essa natureza moral do homem não se modificava no estado social com a criação do governo, estava na base do Pacto que precedia ao Estado de direito, embora a forma de governo escolhida fosse a Monarquia Constitucional por casar mais facilmente a liberdade com a ordem. (32)

Ao entregar-se o réu ao juízo do Brasil, já no último parágrafo do Manifesto, reforçava a argumentação sobre o direito de resistência, naturalmente legítimo, quando ocorria da parte do governo a violação do Pacto Social, caracterizada pela anulação das reformas liberais:

- (...)Eu cría, e ainda creio, que casos há em que é não só permitido aos cidadãos, como até ordenado, a resistência à autoridade (quando) a autoridade viola às escâncaras o pacto fundamental, e não há outro meio de a obrigar a respeitar a lei.

(...) Esta doutrina é a da Inglaterra e da França livre, é da América (...) e trouxe à luz do dia em nosso continente uma nação nova, que ainda hoje pula de vida e grandeza, os Estados Unidos. (33)

A teoria liberal vinha à tona, e, com ela, os pressupostos lockeanos de governo, sociedade, propriedade. O Manifesto reconhecia a importância da Revolução Francesa, via com cautela a liberal democracia e a social democracia, rejeitava a anarquia e a revolução desorganizadora da produção e da sociedade. Defendia as conquistas chimangas obtidas na Regência, enaltecia o Conhecimento, entendido como condição de progresso material.

Após a defesa do Pacto, a propriedade aparece como questão-chave.(34) No Brasil, o Estado não conferia a propriedade (embora pudesse fazê-lo), porém, reportando às relações de poder pela teoria de Locke, cabia-lhe reconhecê-la e protegê-la. O tema implicava a incorporação das fronteiras abertas no Oeste paulista e a justificação

gadas as principais lideranças, como se fizera em 1822, foi aclamado Presidente Interino da Província de São Paulo. Passou ao exercício revolucionário, formando o exército dos agro-senhores, a "Coluna Libertadora", que entregou ao comando do ituano Major Francisco Galvão de França, um dos raros militares de formação engajados no movimento. Cf. Aluísio de ALMEIDA. *A Revolução Liberal de 1842, passim.*

(29) Comandantes e comandados eram próceres liberais do Oeste, engenheiros, patentes da Guarda Nacional, camaristas e Juizes de Paz, estes, interessados em manter-se nos seus cargos, pois eram os *fazedores de eleição*. Faziam-se acompanhar dos seus homens, silitantes ligados à tela das parentelas rurais e urbanas, formando esquadões de voluntários, em época imprópria, início da safra e corte da cana, numa quadra da economia em que se desejava recuperação do prejuízo material de dois anos anteriormente sacrificadas por geadas consecutivas.

(30) Aluísio de ALMEIDA, *Apaixonado Manifesto de Rafael Tobias*. RAM XXXVI (CLXXXV), Separata, 1973.

(31) O Manifesto é produto acadêmico, da lavra do Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, bacharel do curso de Direito do Largo de São Francisco, homem de confiança, secretário particular, companheiro da prática revolucionária.

55

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

ria em 1842, e, após a morte de Rafael Tobias, o seu sucessor na chefia do partido na Província de São Paulo. O documento guarda a amostra do liberalismo acadêmico na época.

(32) Sérgio Adorno, em seu estudo sobre o bacharelismo de São Paulo, demonstra a poderosa influência do liberalismo aceito pelas elites, procedente da Academia de Direito, e, com ele, a tradição do jus-naturalismo que prevaleceu até o último quartel do século XIX. Mas, sem deixar de assimilar as influências provenientes de outras fontes filosóficas européias, do direito eclesiástico e da doutrina do clero, virtualizando-se num ecletismo teórico-doutrinário que associava as contribuições de Locke, Rousseau, economistas clássicos, filósofos ecléticos. A afirmação dos sagrados direitos de ordem providencial, como na tradição acadêmica de Coimbra, contribuía para um tipo particular de bacharel, novo sujeito intelectual interagindo com a sociedade agroexportadora-escravista. Cf. Sérgio ADORNO, op. cit., p. 97.

(33) Cf. Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar.

(34) Locke compreendia a propriedade sob um viés antropológico individualista. O Homem vivendo em estado natural, segundo os caracteres biológicos comuns, apresentava uma igualdade que no estado coletivo se sujeitava à caracte-

incorporação das fronteiras abertas no Oeste paulista e a justificação da expansão das propriedades agrárias à luz da teoria liberal. A grande disponibilidade de terras agricultáveis predispunha ao seguro desdobramento das famílias e seus capitais.

Agro-senhores do processo produtivo, embora a parte substancial deste estivesse sob o desempenho de seres inferiores, escravos, sentiam-se mais reforçados pelos ecos acadêmicos de Adam Smith, que os responsabilizava pela riqueza da nação. Os interesses privados coincidindo no geral (ajustados à idéia de progresso) com aqueles partilhados pelos seus iguais, a parte que revertia em detrimento dos desiguais (não proprietários) lhes parecia irrelevante. Obtidas as instituições mantenedoras das suas necessidades, revelavam-se dispostos a sustentar as relações de poder estabelecidas em nome do Direito e da Moral, não se furtando ao pronunciamento revolucionário.

"- Como pois será crime em mim, o que era glória nos outros?" - pergunta Rafael Tobias no Manifesto.

A continuar-se a argumentação silogística do advogado em favor do réu da revolução, uma mesma verdade não podia ter colocações contraditórias, a justiça não podia estar com o erro nem a razão com os adversários (da verdade revolucionária). Se não havia erro, inexistia o crime imputado ao réu. (35) O que o hábil advogado queria fazer sentir junto ao poder (o Imperador) é que variando os níveis de apreensão da realidade de acordo com os graus de consciência, individual e coletiva, a retórica chimanga não falseava nos pressupostos liberais que assumira na revolução; que a revolução era isenta de culpa.

A defesa das Luzes para a situação revolucionária desencadeada pela oligarquia dos agro-senhores do Oeste, operava-se em circunstâncias tais que dispensava o concurso do povo. (36) Semelhante foi a defesa do segundo maior réu da revolução, o único condenado pelo Senado, Pe. Diogo Antônio Feijó. O ex-Regente assumia as responsabilidades da adesão consciente, apelando aos seus compromissos teóricos com o Pacto Social, o direito de resistência, bem como o princípio da liberdade bem entendida:

- (...) se uma nação é tal que vê submissa a violação de suas instituições é ela indigna de ser nação livre (...) que não é só direito, mas sim dever de todos que prezam os foros e dignidade de cidadãos livres opor-se às infrações da constituição de seu país, por todos os meios que lhe facultam a constituição e as leis, como também, faltando estes, por todos os outros que que lhe restem. (37)

A defesa dos outros réus mantidos em cárceres paulistas consta dos autos dos processos da Relação de São Paulo. Baseava-se em argumentos contrários a Rafael Tobias de Aguiar e a Feijó: a coação popular exercida sobre os envolvidos e o entusiasmo popular, os quais inviabilizavam toda a resistência, arrastando para a ação coletiva. Pela primeira vez refere-se à participação do povo, com o sentido de multidão, massa, a instigar, coagir, quebrando as resistências das elites: - "(...) impossível era que qualquer autoridade resistir pudesse ao ímpeto da multidão, da massa." (38)

56

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII: 2000
Número 7

Aliviada a intenção culposa dos demais réus políticos por remeter-se a maior parcela da responsabilidade ao 3º Estado, que passava a ser o principal agente da revolução (sic), a estratégia da defesa aplicava, em seguida, o argumento em favor do bom caráter pessoal do acusado, mediante a apresentação de certificados expedidos por amigos influentes no partido adversário. A lealdade ao Imperador e a fidelidade ao regime jamais eram postas em dúvida.

No documento da Anistia (Dec. 14/03/1844), a paternal graça de S.Majestade relegava ao perpétuo silêncio todos os processos. Na exposição de motivos a intenção era de apaziguar os ânimos, minimizando os efeitos dolosos por enquadramento na categoria de crime político, cuja natureza podia ser amenizada em virtude da intenção apaixonada e do erro. (39) Predispunha a um novo arranjo com os derrotados chimangos, possibilitando-lhes um certo isolamento dos conselhos municipais e uma reabilitação de fachada. Neste estado de espírito, em 1846, D.Pedro II empreendeu a visita ao Oeste, acompanhada de concessão de honrarias e comendas aos mandões locais. Houve quem não aceitasse. Outros preferiram guardar na memória a sua "guerra do açúcar", até a década dos anos setenta.

Fontes Documentais e Bibliografia

I - Arquivos

DAESP (Depto. de Arquivos do Estado de São Paulo).

Documentos Interessantes, vol.45.

Lista Geral dos Habitantes que integram o corpo das 3 Companhias da Vila Nova da Constituição. In Maços de População.

ACMP (Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).

1º Livro de Atas, 1822.

Atestação do Vigário e Representação dos Povos. Livro de Instalação da Vila de Constituição. Nº 002.

Cartório do 2º Ofício de Piracicaba.

Autos da Devassa. Ação de Vergueiro..

II - PUBLICAÇÕES

TESE

Lisanti Filho, Luís. Comércio e Capitalismo; o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do XIX. O exemplo de três Vilas Paulistas, Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828. Depto. de História, FFLCH/USP, 1962.

PERIÓDICOS

REVISTA

ALMEIDA, Aluísio de. *Apaixonado Manifesto de Rafael Tobias de Aguiar*. São Paulo, Revista do Arquivo Municipal (RAM), 1973. Separata, XXXVI (CLXXXV)

rização discriminatória, destacando-se a singularidade dos iguais, mais bem sucedidos. Resultando uma sociedade dividida, onde o grupo privilegiado dos iguais estabelecia as relações de dominância sobre os desiguais.

Como o estado de natureza se prolonga na sociedade civilmente constituída, o direito do homem pela propriedade e sobre o fruto da atividade produtiva passavam a ser considerados naturalmente adquiridos. Outros direitos também eram transferidos em benefício dos iguais, quando nascia a sociedade civil, a partir do suposto pacto. (...) a teoria da igualdade contém os elementos que alicerçam a teoria da desigualdade. A afirmação da sociedade igualitária é imprescindível para fundamentar a sociedade desigual. Resulta que não pode haver incoerência ou ambigüidade no fato de se desenvolver no Brasil um liberalismo de que é portadora uma sociedade escravista. O liberalismo consiste numa teoria de dominação social, portante, discriminatório, autoritário, implacável para os que se acham fora do grupo dominante. Cf. Maria Helena CAPELLATO, *Os Arautos do Liberalismo*, p.73-74.

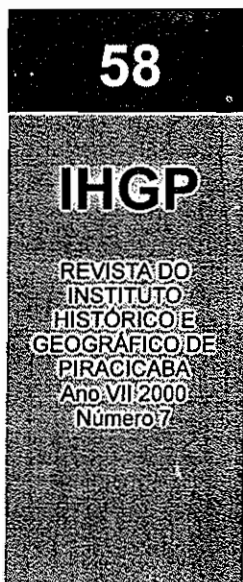
(35) Se o jus naturalismo concedeu embasamento teórico ao Manifesto, acrescentou-se-lhe um conteúdo de natureza moral, por tratar-se da guerra do açúcar dos agro-

57

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

senhores do Oeste Paulista.
(36) Era-lhe interdito o recurso do advogado dos réus da Revolução de 1817, Aragão e Vasconcelos- (...) o povo não sabe lógica - porquanto numa revolução todos agem como se estivessem em estado natural, isentos de culpa. Cf. Carlos Guilherme Motta, *op. cit.*, p.244.
(37) A defesa de Feijó perante o Senado, em 12/01/1843. (...) *Eu declaro ao Senado e à Nação...* Cf. NOVELLI JÚNIOR., *op. cit.*, p.306.
(38) Cf. Aluisio de ALMEIDA, *op. cit.*, p.200.
Ficava subentendida a argumentação de Aragão e Vasconcelos: "se o povo não sabe lógica, agindo numa ação coletiva como se estivesse em estado de natureza, não pode ter culpa". Era o recurso mais contraditório apresentado na defesa dos réus da Revolução Liberal de 1842, após Rafael Tobias de Aguiar e Pe. Diogo Antônio Feijó admitirem a culpa dos agro-senhores, o de lançar a responsabilidade dela sobre o povo num movimento em que este não participou.
(39) Cf. *Ibidem*, p.257.



JORNAIS

O Independente, Rio de Janeiro, ed. de 14/03/1832, nº 64. Biblioteca Nacional.

O Tebyreçá, São Paulo, ed. de 21/04/1842. In BONADIO, Geraldo, *A Agonia do projeto Liberal. O jornal O Tebyreçá e a Revolução de 1842*. Sorocaba, FUA, 1992.

VEIGA, Jair Toledo. **As Comemorações da Independência em Piracicaba**. In *Diário de Piracicaba*, ed. de 01/08/1962, 3º cad., p.6. Biblioteca Municipal de Piracicaba.

LIVROS

ADORNO, Sérgio. **Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

ALMEIDA, Aluisio de. **A Revolução Liberal de 1842**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1948.

Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822). Excertos de uma obra completa. São Paulo, Pannartz, 1975.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra**. Campinas, CMU/UNICAMP, 1997

CAPELLATO, Maria Helena. **Os Arautos do Liberalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente de São Paulo**. Brasília, GOB, 1994.

ELLIS JR., Alfredo. **Feijó e a Primeira Metade do Século XIX**. 2ª ed. São Paulo, ed. Nacional, 1980.

IANNI, Octávio. **Uma Cidade Antiga**. Campinas/São Paulo, UNICAMP/Museu Paulista, 1988.

IRMÃO, José Aleixo. **Rafael Tobias de Aguiar, o Homem, o Político**. Sorocaba, FUA, 1992.

MULLER, Daniel Pedro. **Ensaio de Um Quadro Estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo, Liberal, Obras do Estado de São Paulo, s/ data.

NARDY FILHO, Francisco. **A Cidade de Itu**, 2ª vol. São Paulo, ed. Salesianas, 1937.

NEME, Mário. **História da Fundação de Piracicaba**, 2ª ed., Piracicaba, IHGP, 1974.

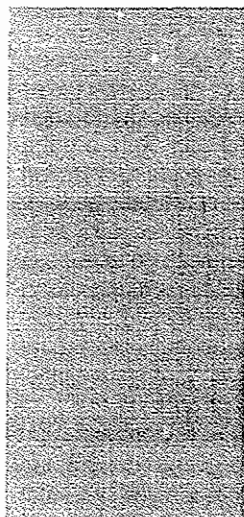
PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira em São Paulo**. São Paulo, DIFEL, 1968.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada. Teoria e Política do Império do Brasil**. Petrópolis, ed. Vozes, 1964.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **Aspectos da Evolução da Propriedade Rural em Piracicaba no Tempo do Império**. Piracicaba, ed. APL, 1976.

WERNET, Augustin. **O processo da Independência em São Paulo**. In Motta, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972

Sociedades Políticas (1831-1832). São Paulo, CULTRIX, 1978.



MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO COR DA PELE: FATOR DE DIVISÃO DE CLASSES

Hugo Pedro Carradore¹

“Os povos, como os rios, parecem sempre ser os
mesmos, embora estejam a se renovar
continuamente”
(Aristóteles, Política)

No mundo antigo os gregos jactavam-se de sua origem, afirmavam que eram homens superiores; todos os demais haviam sido criados para servi-los.

Perante os sábios de Atenas, no areópago, o apóstolo Paulo explicou que as diferenças entre os diversos grupos étnicos não são específicas, mas puramente raciais: ... *de uma só fez toda a geração dos homens, para habitar sobre a face da terra.* (Actos 17:24-26)

Quando os primeiros povoadores chegaram para colonizar a América, submeteram os aborígenes com o emprego da violência, escravizando-os e usando os métodos mais cruéis para obrigá-los à obediência, justificando que eles pertenciam a uma raça inferior...

O racismo dos tempos contemporâneos, se materializou com a publicação do livro do Conde Gorbineau, *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (Paris 1853-55). – Ele estabelece uma hierarquia de raças, colocando como superior a ariana, adotando para tal o conceito pseudo-histórico de raças conquistadoras e raças conquistadas.

Gorbineau acreditava que o cruzamento entre raças diferentes prejudicava as raças consideradas superiores, não favorecendo em nada as inferiores.

As teorias de Gorbineau foram combatidas por muitos estudiosos, como Jean Finot em seu livro publicado em 1914: *O Preconceito de Raças*. De outra parte, o Gorbenismo foi abraçado por outros com Wagner, com algumas reservas e Nietzsche com fervor.

A cor da pele tornou-se um fator de divisão de classes sociais – “O mulato era melhor que o negro, o moreno melhor que o mulato, e assim por diante” – estabelecendo-se uma hierarquização. O branqueamento e a desafricanização com a aproximação aos valores brancos, representados pelo senhor do engenho, eram os únicos meios de ascensão em busca de segurança e prestígio na pirâmide do regime escravocrata. Foi nessa perspectiva que se deu o processo de aculturação.

A primeira distinção dentro da massa escrava era feita entre o *escravo do eito* – escravo da senzala – e o *escravo doméstico* – escravo da casa-grande.

1. Sócio Titular e Ex-Presidente do IHGP.

59

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

1. A pesquisa nos anúncios de compra e venda de escravos, na coleção do Diário de Pernambuco – o mais antigo jornal da América Latina, fundado em 1825 – é deveras interessante do ponto de vista de caracterização antropológica dos negros aqui chegados. No texto encontramos informações da nação de origem e traços físicos (alto, baixo, fúlo, retinto, formato de cabeça, pouca ou muita barba, formato do nariz, etc).

Nos primeiros era reservado ao trabalho no campo ou no engenho, do amanhecer ao anoitecer, sob severa vigilância. Para o trabalho doméstico eram escolhidos negros crioulos (nascidos no Brasil), levando em conta a saúde, a beleza, a docilidade e a inteligência do escravo. Padrões que levavam a escolha recair quase sempre entre as minas e os nagôs. Estes eram conduzidos a condição de criados de quarto, cocheiros, negros de recado, amas de leite, mucamas, cozinheiras, costureiras...

Os escravos crioulos ofereciam menor resistência ao regime patriarcal da casa-grande e procuravam, usando de inúmeros artifícios, conquistar um lugar de destaque junto aos senhores.

Na consulta aos jornais do tempo do Império encontramos um farto material ilustrativo. Através dos anúncios de compra e venda de escravos, define-se bem a preferência pelas negras destinadas à casa-grande e ao sobrado: *bonitas de cara e de corpo – O que mostra ter havido seleção eugênia e estética de pagens, mucamas e molecas para o serviço doméstico – as negras mais em contato com os brancos da casa-grande, as mães dos mulatinhos criados em casa, muitos deles futuros doutores, bacharéis e até padres, como assevera Gilberto Freyre.*

Estes anúncios apresentam-se como de grande interesse no estudo da formação da família brasileira (1):

“VENDEM-SE duas escravas mulatas de 13 e 17 anos boas figuras, por preço comodo, na rua do Candieiro Recife, n. 60”

“VENDE-SE Catarina do gentio Benguella, alta grossa de corpo, peito em pé, cara larga, beiços grossos, dentes abertos, bem preta, de bonita figura” – Diário de Pernambuco, 9 de outubro de 1828.

No mesmo jornal em anúncio publicado em 23 de dezembro de 1830, constata-se que negras feias eram mercadorias pouco valorizadas no comércio:

“VENDE-SE huma escrava por preço tão favorável que será incrível no tempo presente por tal comprá-la; a mesma escrava não tem vício algum, e he quitandeira, e só tem contra si huma figura desagradável e he o motivo porque, se vende.”

O trabalho era destinado ao escravo, jamais ao homem livre. A subordinação incondicional do escravo ao senhor, e a sua posição de pária na pirâmide social, transformou o trabalho em uma atividade aviltante à dignidade. A sociedade patriarcal brasileira estabeleceu uma inversão de valores, onde a preguiça passou a ser sinônimo de prestígio e poder.

Possuir escravos tornou-se um imperativo à sobrevivência. Não,



tão somente, devido à carência de mão-de-obra, mas, porque os homens livres, ainda que mamelucos, mulatos e mesmo negros alforriados, opunham-se a desenvolver qualquer tipo de trabalho reservado à escravos.

Firmou-se, assim, um novo conceito: o ócio tornou-se um pressuposto de dignidade. Ao trabalho manual se ligaram as idéias de submissão, penúria, inferioridade e péssimos requisitos morais, com a agravante de associar-se à cor negra.

Deste modo, só quem podia desfrutar do trabalho escravo tinha condições de conduzir qualquer tipo de atividade lucrativa.

Da mesma forma que nos engenhos, havia diferenciação entre o escravo do eito e o escravo da casa-grande, também, nas vilas e nas cidades instituiu-se uma diferença entre o escravo de casa ou de sobrado e o escravo de rua, ou seja, o escravo reservado aos serviços caseiros, *de porta a dentro* e o que trabalhava na rua para terceiros cobrando uma taxa pelo serviço, conhecidos como escravos de ganho. Havia também os de aluguel. Esses eram arrendados para tarefas específicas, por um determinado tempo.

Vejamos algum anúncio de aluguel:

Nesta tipografia se diz quem precisa alugar uma preta ou um moleque para o serviço de casa de um homem solteiro, que além dos bons costumes, entenda um pouco de cozinhar, e que seu salário não exceda a 320 réis, dormindo em casa do alugador (19 dezembro 1850)

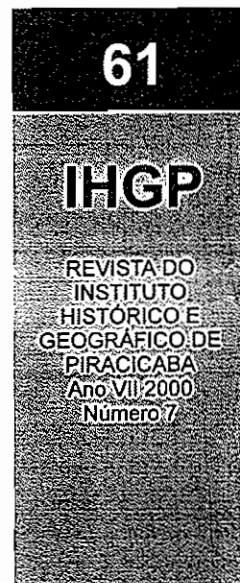
Aluga-se uma magnífica ama-de-leite parida a poucos dias, e seu cria, a quem for tão bom alugador, com ela merece, a tratar do ajusto com o abaixo-assinado. – Manuel Raimundo Gomes (18 janeiro 1851) (1)

Alugar a mão-de-obra escrava foi uma das formas mais comuns que o senhor adotou, nas cidades, para tirar proveito do capital empastado na aquisição. Essa classe de proprietários parece ter sido das mais numerosas, e na maioria das vezes, vivia exclusivamente da renda assim obtida, tal como hoje, nos centros urbanos, existe a classe de proprietários de imóveis...

Em 1748 um escravo avaliado em 100 mil réis rendia 300 réis (ao dia); em 1850, uma boa ama-de-leite, com cria, podia ser adquirida por 500 mil réis; rendia alugada 320 réis (ao dia).

O crescimento da população nas cidades exigiu o desenvolvimento do comércio, e conseqüentemente um aumento significativo de mão-de-obra para atender as necessidades de habitação, transporte e serviços públicos.

Os negros e as negras, escravos de ganho, alugados ou não, exerciam todos os tipos de encargos: carregadores de mercadorias ou de pessoas, transportadores de excrementos humanos, vendedores



2. Sobrados e Mocambos, op. cit.
3. Jacobus van Boelen, *Viagens nas Costas Oriental e Ocidental da América do Sul* (1826), apud Gilberto Freyre in *Sobrados e Mocambos*.
4. Debret, Jean Baptiste, *Voyage pittoresque et Historique au Brésil...* 1816-1831, Paris, 1834-1839. Aquarelas relativas ao Brasil publicadas por Robert Heymann, Paris, 1939.
5. Rugendas, J. Maurice, *Voyage Pittoresque au Brésil*, Paris/Mulhoese, 1835. Viagens Pitorescas através do Brasil (trad.), São Paulo, 1949
6. Barbinais, Le Gentil de La, *Nouveaux Voyage Autour du Monde*, Amasaterdã, 1728, apud Gilberto Freyre in *Casa-Grande e Senzala*.
7. Nascida na Costa da Mina (África), oriunda da nação Courana, com apenas seis anos de idade, a negrinha chegou ao Rio de Janeiro em 1725. No mercado de escravos foi comprada por um Azevedo, que a mandou batizar com o nome de Rosa. Menina-moça, aos quatorze anos, seu porte gracioso e corpo bem feito, atraía a

de água, vendedoras de quitutes, frutas e azeite. Muitos trabalhavam pesadamente e cruelmente como animais de carga, forçados a entregar no fim do dia ao seu senhor, considerável soma de moedas.

No Brasil colônia e nos primeiros tempos do Império, as ruas, quando pavimentadas, com pedras irregulares e esgoto do centro, a céu aberto, tornavam-se incômodas para se percorrer; empoçadas, escorregadias e perigosas nos dias de chuva, quando não, cheias de lama e intransitáveis... *Só as patas de resistentes mulas e de pachorrentos bois de carro eram capazes de competir com os pés descalços dos igualmente vigorosos carregadores negros de palanquins, como animais de transporte de pessoas e cargas senhoris-vigários, capitães, baronesas, pianos de cauda, sofás de jacarandá, barris com excremento dos brancos dos sobrados – através de ruas tão detestavelmente calçadas, enlameadas e sujas, como as do Rio de Janeiro ou as do Recife e mesmo de São Paulo.* (2)

A água usada nas residências para o banho, para cozinhar e beber era transportada das fontes ou dos chafarizes e vendida pelos escravos de ganho. A instalação de serviços de água e esgoto só se deu nas principais cidades brasileiras em meados do século XIX. Assim é que os negros carregavam sobre a cabeça ou nos ombros enormes barricas de fezes dos sobrados às praias ou aos rios, onde eram esvaziados.

Em seu livro *Viagens nas Costas Oriental e Ocidental da América do Sul* (1826), o holandês Jacobus van Boelen, que morreu no Rio de Janeiro, no início do Império, registrou a respeito dos negros de ganho: *convém desconfiar deles a todo instante, pois obrigados como são pelos senhores a lhe entregar uma certa quantia diária, procuram sempre arranjar-la de qualquer modo; e citam-se vários casos de terem virado, à tarde ou durante a noite, na baía, canoas tripuladas por eles, conduzindo a bordo passageiros que assim eram saqueados primeiro e depois afogados* (3).

Debret (4) e Rugendas (5) fizeram para a posteridade um retrato fiel da vida urbana no século XIX com suas negras quituteiras, vendedoras de flores, refrescos, lavadeiras com trouxas na cabeça e aguadeiros, que povoavam as fontes e chafarizes; barbeiros, que não só cortavam cabelos e raspavam barbas, como também faziam sangrias e aplicavam sanguessugas.

Pelos registros dos cronistas, negras e mulatas de ganho tiveram um capítulo de destaque na história da prostituição no regime escravocrata.

Le Gentil de La Barbinais certificou que até senhoras de projeção social se valiam desse abominável comércio como fonte de renda (6). Trajavam as molecas com vestidos de rendas, adornavam-nas com anéis, pulseiras e correntes de ouro, e as mandavam à rua para se prostituírem, recolhendo a fêria no fim da jornada de trabalho. A mística Rosa Maria Egípcíaca de Vera Cruz (7) foi escrava de ganho da mãe do Frei Santa Rita Durão, para quem trabalhou como prostituta.

Numa sociedade em que a mulher era fruto proibido, guardada a sete chaves até o casamento, negras e mulatas ávidas de ascensão

62

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

social, valorizavam-se como amantes de europeus ceribatários.

No século do ouro, a escrava Chica da Silva despertou tamanha paixão no opulento João Fernandes de Oliveira, contratador de diamantes no Tijuco Preto, hoje Diamantina, que além de dar-lhe carta de alforria, curvou-se a ela, satisfazendo-lhe os mais absurdos desejos, chegando ao ponto de mandar escavar um grande lago e construir um navio a vela para agradar a vontade de Chica. Ela, que não conhecia o mar, queria navegar.

Pela pompa que ostentava, Chica da Silva ficou célebre até na corte portuguesa. Em sua imensa mansão de amplos salões revestidos de alabastro e mármore de Carrara, circulavam as mais expressivas figuras da sociedade e da política colonial.

Quando a escrava Francisca da Silva foi comprada por João Fernandes, já era mãe por duas vezes. Apesar disso, e de não ser nada graciosa, graças a fascinação, inteiramente inexplicável, exercida sobre o desembargador, entre 1761 a 1795, esbanjou uma fortuna incommensurável em fantasias inomináveis.

Em meados do século XIX, as ruas do Sabão e da Alfandega eram o antro da prostituição no Rio de Janeiro. Seminuas, negrinhas e mulatinhas de dez a quinze anos punham-se nas janelas oferecendo-se aos transeuntes. Eram escravas, a quem os senhores, melhor dizendo, as senhoras, obrigavam a prostituir-se, usando o vergonhoso comércio como fonte de renda.

Muitos escravos de ganho, com o pecúnio guardado, acabam comprando a liberdade.

Ex-escravos, alforniados, atuando ao lado dos escravos de ganho, formavam um pecúlio, que lhes permitia estabelecer-se. Os mulatos que se dedicavam ao trabalho artesanal: ferreiros, carpinteiros, marceneiros, funileiros... chegavam muitas vezes à pequena burguesia.

As negras e principalmente as mulatas, hábeis e atraentes, amancebavam-se com os brancos recém-chegados do Reino, auxiliando-os com a comercialização dos produtos de tabuleiro ou como quituteiras e doceiras. Muitas delas, graças a lealdade ao companheiro, tornaram-se legítimas esposas de prósperos comerciantes e senhoras de sobrados e escravos.

Os libertos, mulatos ou quase-brancos, procuravam, no geral, aproximar-se do comportamento do branco dominador. *Supunha de ordinário o preto ou pardo livre que toda a vantagem para ele estava em vestir-se e até alimentar-se como o branco senhoril, de quem a condição de livre o aproximava. Em deixar a cachaça pelo vinho. O bredo pela carne de porco. O pé descalço ou a sandália pela botina – mesmo que lhe doesse nos pés. A casa de palha pela casa de pedra.* (8)

Não era incomum encontrar entre os senhores de terras, mulatos de cabelos encarapinhados, muito deles senhores de escravaria. *Alguns celibatários tinham de portas a dentro escravas africanas ou índias, com quem reproduziram a sua espécie... E embora os brancos se retirassem ricos, dentre os pardos que ficaram na terra e herdaram parte de seus bens, vários foram se distinguindo e até adquirindo opulência.* (9) É de boa lembrança a história de Chico Rei que se tornou

atenção do seu senhor, que a deflorou, vendendo-a depois; foi levada para as Minas Gerais.

Na Vila da Inconfidência, foi comprada pela mãe de Frei Santa Rita Durão, para quem passou a trabalhar como prostituta. Foi nesse tempo em que mercadejava o próprio corpo que o *espírito maligno* se manifestou. Durante a possessão, geralmente nas igrejas, a escrava enlrava em transe e caía sem sentidos.

O bispo de Mariana determinou que ela fosse examinada por uma equipe de teólogos para verificar se as possessões eram demoníacas ou embusteiras e simuladas.

Seus transe foram considerados heréticos e Rosa condenada ao açoite em praça pública. O castigo foi tão violento que ela ficou parálitica de um dos braços.

A infeliz foi exorcizada pelo padre Gonçalves Lopes, que, acreditando na sua sinceridade, deu-lhe alforria, levando-a para o Rio de Janeiro.

No Rio foi fundado o *Recolhimento de Nossa Senhora do Parto*, onde foram recolhidas uma dezena de mulheres desamparadas, na

63

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII:2000
Número 7

maioria negras. Ali, sob a guarda dos franciscanos, Rosa foi alfabetizada e passou a escrever o livro *Sagrada Teologia de Amor de Deus Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, onde narra suas visões e experiências sobrenaturais.

O *Recolhimento* se transformou em sítio de peregrinação. Por *Injunção celestial*, Rosa passou a adotar o nome de Rosa Maria Egípcíaca de Vera Cruz, em analogia com a santa oriental que de meretriz se transformou em anacoreta.

Por ordem do bispo do Rio de Janeiro, sob suspeição de sortilégio, foi, em companhia de seu confessor, enviada para Portugal, para responder ao Tribunal do Santo Ofício. Em Lisboa, presa pela Inquisição, foi acusada de bruxaria. Interrogada, Rosa declarou várias vezes ter visões e êxtases. Contudo, o processo não chegou à conclusão final, a negra morreu no cárcere.

8. *Sobrados e Mocambos*, ob. cit.

9. Cunha, Matos, *Corografia Histórica da Província de Goiás*, Revista Inst. Hist. Geog. Br. T. XXXVIII, p.1, Rio de Janeiro, 1874.



senhor da Mina de Palácio Velho, onde fundou uma comunidade nos moldes do que se nomeou – a primeira tentativa de *Socialismo Cristão* (10) – Chico Rei, um rei africano, subjugado e convertido à condição de escravo, servindo o seu senhor como negro de ganho. Com suas economias alforriou seu filho e posteriormente comprou a própria liberdade. Juntos, trabalhando, conseguiram emancipar toda a família. Pelo mesmo processo, compraram carta de alforria para dezenas de negros, até formarem *um verdadeiro Estado*, no qual Francisco (Chico) era respeitado como autêntico rei.

Com toda a sua autoridade e prestígio, a Coroa Imperial Brasileira facilitou a integração dos mulatos lúcidos e versados, trazendo-os ao Paço e nomeando-os para o serviço público. Bacharéis e deputados mulatos eram vistos nos salões da Corte. Pelos títulos de nobreza, lhes ortogados por serviços prestados ao Império, *barões chocolate*, participavam dos bailes e das cerimônias do *beija-mão*. (11)

No entrechoque da classe branca dominante e da negra servil, a integração à civilização dos senhores foi a única forma encontrada para a mobilidade social. Essa integração tomou dois caminhos, um cultural e outro biológico. A via cultural, através da conversão ao catolicismo, a via biológica através da miscigenação.

Crioulos batizados, que abraçavam a fé católica, conquistavam o nome de família dos seus senhores. À sombra do catolicismo, essa adoção de nomes ilustres contribuiu sobremaneira para a ascensão social. Muitas famílias com origem africana, ainda carregavam consigo nomes das linhagens européias como: Cavalcante, Wanderley, Viana, Carneiro, Lins...

Outro meio era o de purgar o sangue e clarear a pele, copulando com o branco, no sentido de gerar descendentes mulatos, cada vez mais claros. Aproximando-se assim do escopo de beleza do dominador, e da excelência moral dos valores cristãos sobre os dos pagãos, diminuía-se a distância social.

A mestiçagem alcançou proporções significativas nos últimos cinquenta anos do regime escravocrata. A população brasileira, sem contar os índios, era de 3.480.000 almas em 1835, assim dividida: brancos, 24,28%; mestiços, 18,62% e negros, 57,10%. Em 1890, numa população de 13.038.119 habitantes, não obstante o crescimento do tráfico de escravos, de ano para ano, o número de mestiços aumentou expressivamente: brancos, 48,33%; mestiços, 35,57% e negros, 16,08%. (12)

Nos estatutos das confrarias de brancos estabelecia-se que era proibido o acesso de negros e mulatos. Os *católicos de cor* eram forçados a associar-se a confraria peculiar à sua cor. A segregação era tão inflexível, que essas comunidades religiosas passaram a denominar-se de *igreja branca* e *igreja negra*.

A igreja negra estava da mesma forma dividida porque o mulato não queria se deixar confundir com o negro. A rivalidade atizou assim a luta, em Diamantina, entre as confrarias do Rosário, dos negros, e da Misericórdia, dos mulatos. (13)

Raymundo José de Souza Gayoso, no início do século XIX, de-

bruçou-se sobre o processo natural de miscigenação desenvolvido no Maranhão (14), especialmente em São Luís: *Os seus habitantes se podem dividir em várias classes. A mais poderosa e a que merece a primeira contemplação é a dos filhos do Reino. Depois, os privilégios eram distribuídos aos brasileiros natos, brancos descendentes de europeus; a seguir, os mulatos, e finalmente, os negros.*

A terceira classe dos habitantes do Maranhão é de uma geração misturada, proveniente de um europeu e uma negra, ou de um europeu e uma índia, explicava Gayoso, os da primeira filiação se chamavam mulatos, os da segunda filiação são chamados mestiços.

Entre os mestiços estavam os quase brancos ou *semibrancos*, como eram denominados, que, quando livres, participavam de todos os privilégios dos brancos puros.

Essa condição de valoração não era privativa ao Maranhão, mas sim, generalizada no Brasil patriarcal e semipatriarcal.

Citando Robertson (15), Gayoso apresenta uma tabuada das graduações de cor, encontrada no Guia de Comércio da América:

TABUADA DAS MISTURAS PARA FICAR BRANCO

- 1 branco com uma negra produz mulato
Metade branco, metade preto.
- 1 branco com uma mulata produz quartão
Três quartos branco, e um quarto negro.
- 1 branco com uma quartão produz outão
7/8 branco e 1/8 negro.
- 1 branco com uma outona produz branco
Inteiraente branco.

TABUADA DAS MISTURAS PARA FICAR NEGRO

- 1 negro com uma branca produz mulato
Metade negro, e metade branco.
- 1 negro com uma mulata produz quartão
3/4 negro, e 1/4 branco.
- 1 negro com uma quartão produz outão
7/8 negro, e 1/8 branco.
- 1 negro com uma outona produz negro
Inteiraente negro”.

A mestiça clara torna-se branca na medida em que se veste e se comporta socialmente como as filhas das casas-grandes e dos sobrados.

Folheando velhos álbuns de família, não é incomum encontrar-se fotografias de mulatos claros trajando-se burguesmente de sobrecasaca e cartola e mestiças, quase brancas, vestidas à moda europeia.

10. Teixeira Durate em seu trabalho sobre as origens do cooperativismo em Minas Gerais vê na organização de Chico Rei, o prenúncio do cooperativismo ou do socialismo cristão no Brasil.

11. Bastide, Roger, *Les Religions Africaines au Brésil*, Paris, 1960. (trad.) Maria Elvira Capellato e Ollvia Krahenbul, Liv. Pioneira Ed.

12. Roger, Bastide, ob. cit.

13. Roger, Bastide, ob. cit.

14. Gayoso, Raymundo José de Souza, “Compendio Histórico-político dos princípios da Lacoura no Maranhão, Paris, 1818. Apud Gilberto Freyre in Sobrados e Mocambos.

15. W.R. Robertson na sua *História da América* diz que: *na Quinta geração a cor do negro se desvaneceu de tal sorte, que o nacional proveniente desta mistura, já se não distingue do Europeu, e participa de todos os privilégios deste.* Freyre, op. Cit.

65

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII:2000
Número 7

HISTÓRICO DO CLUBE CORONEL BARBOSA & TEATRO SÃO JOSÉ

Caio Tabajara Esteves de Lima¹

1. Arquiteto e Sócio Titular
do IHGP

INTRODUÇÃO

Os edifícios da sede do Clube Coronel Barbosa e o Teatro São José, anexo, destacam-se pela suntuosidade arquitetônica, junto à praça central de Piracicaba, além de constituírem o testemunho de uma época. Este sucinto histórico foi elaborado atendendo a solicitação da diretoria do Clube Coronel Barbosa, que ainda não possuía registro organizado de suas origens.

O trabalho demandou pesquisas em publicações, jornais, atas do clube e da Câmara de Vereadores, arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, mas muitas das informações foram obtidas junto aos parentes do Coronel José Barbosa Ferraz e cidadãos que o conheceram, os quais nos prestigiaram com especial solicitude. Nada encontramos, já elaborado, quanto à construção dos edifícios e sobre a pessoa do Coronel, apesar de ter sido ele um cidadão bastante influente na sociedade piracicabana nas primeiras décadas do século passado.

Assim, ao tratar das edificações, objeto deste histórico, não poderíamos deixar de fazer referência à biografia do autor delas, que legou ao povo piracicabano dois magníficos edifícios de utilidade pública, que idealizou e fez construir. Eles constituem parte da história social e cultural da cidade e integram o patrimônio arquitetônico, representativo do ciclo áureo do florescimento das artes em Piracicaba.

Também contamos um pouco da vida do engenheiro Orlando Carneiro, professor catedrático da ESALQ e autor dos projetos arquitetônicos do Teatro São José e do Palacete Barbosa, personalidade ilustre e digna de ser homenageada.

Externamos os nossos agradecimentos aos netos e demais familiares do Coronel, a todos os que nos auxiliaram em nossas pesquisas, bem como à historiadora Marly Theresinha Germano Percin, que nos orientou na elaboração do trabalho.

66

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

CORONEL JOSÉ BARBOSA FERRAZ TRAÇOS BIOGRÁFICOS



O MECENAS DE PIRACICABA

José Barbosa Ferraz foi uma das mais insignes personalidades da sociedade piracicabana, entre muitas outras que viveram desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Nasceu no município de Rio Claro, em 8 de abril de 1865, na Fazenda Jardim, cuja sede ficava bem próximo da divisa com o município de Piracicaba, onde hoje se localiza o núcleo de Tanquinho, Distrito de Guamium (1).

Seu pai, proprietário da Fazenda Jardim, chamava-se Antônio Barbosa Ferraz e sua mãe Ambrosina de Campos Ferraz. Seu avô materno, José Ferraz de Camargo, também foi cidadão notável em Piracicaba, tanto que mereceu destaque nas efemérides do *"Almanak de Piracicaba para o ano 1900"* (2), onde encontra-se um histórico deste personagem, que assim pode ser resumido: José Ferraz de Camargo possuía o mesmo nome de seu pai, sendo sua mãe Maria da Anunciação Camargo. José Ferraz de Camargo nasceu em Itu em 18 de outubro de 1812 e veio para Piracicaba aos 8 anos de idade, provavelmente porque seu pai adquirira propriedade neste município, nas proximidades de Iracemápolis, hoje Distrito de Guamium (Tanquinho). Ainda rapaz, foi trabalhar como feitor no sítio de Ignácio Ferreira e depois no sítio do Tenente Chicano. Mais tarde, foi exercer as funções de feitor no Engenho de Monte Alegre. Muito dedicado, consta que nunca faltou ao trabalho. Casou-se, em Capivari, com Gertrudes Ferraz de Campos e foi administrar o sítio de sua sogra. Lá não permaneceu por muito tempo, pois veio administrar o Engenho da Água Santa, de propriedade do Dr. Bento Paes de Barros, depois Barão de Itu. Durante este período seu pai veio a falecer e José Ferraz de

1. O território, que atualmente constitui o Município de Rio Claro pertenceu a Piracicaba até o ano de 1842, quando passou a ser Distrito de Limeira.

2. Cf. – Manoel de CAMARGO, *Almanak de Piracicaba para o ano 1900*, p. 72.

67

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

3. O primogênito do Coronel Barbosa, José Barbosa Ferraz Júnior (Juquita), casou-se com Albertina de Paula Leite, a qual também pertencia a um dos ramos da árvore genealógica do Capitão Antônio Antunes Maciel (1640 – 1725), o ascendente mais distante dos Barbosa Ferraz.

Camargo adquiriu as partes da fazenda, que cabiam aos outros irmãos herdeiros, tornando-se o único proprietário. Passou a dedicar-se à sua própria lavoura, com muito sucesso. Mudou-se para Piracicaba já em idade avançada. Foi membro do Partido Liberal e exerceu muitos cargos oficiais, motivo de sua nomeação a Tenente Coronel da Guarda Nacional e depois Coronel reformado, no período republicano. De espírito forte e grande vitalidade, teve quatro esposas, enviuvando de todas! No final de seus dias tornou-se pessoa reservada e introspectiva. Faleceu em 26 de novembro de 1894, aos 82 anos, deixando cerca de quarenta filhos, muitos netos e bisnetos.

O pai do Coronel Barbosa, Antônio Barbosa Ferraz, também mudou-se para Piracicaba, vindo residir em casa localizada à Praça José Bonifácio, cujo terreno fazia frente para a Praça José Bonifácio. No local existe atualmente o estacionamento do Banco Bradesco. Teve um total de doze filhos (3).

O Coronel José Barbosa Ferraz casou-se, em Piracicaba, com Carolina Silveira Mello, também de ilustre família piracicabana. Foram residir em uma casa com frente para a Rua XV de Novembro, atrás da Catedral, fazendo fundos com a Rua Rangel Pestana. Essa casa foi vendida após a morte de Da. Carolina e mais tarde demolida para dar lugar a um amplo estacionamento. O casal teve os filhos: José Júnior (Juquita), Lavínia, Noemia, Leontina, Paulo e Edith. Destes, apenas Paulo e Leontina não deixaram geração. Os demais tiveram os seguintes filhos, netos do coronel:

José Júnior (Juquita): Yule, Celso (falecido), Lizzie, Dirce (falecida) e Cyro;

Lavínia: Aloisio (falecido), Edith e José Carlos (falecido);

Noemia: José Lineu (falecido) Helena (falecida), Plínio (falecido), Eline e Hélio (falecido);

Edith: Lúcia, Marina e Fernando (falecido).

Segundo informações da Sra. Yule, neta primogênita do Coronel, Carolina Silveira Mello foi esposa dedicada à educação dos filhos e tarefas domésticas. Culta, chegou a ensinar francês ao marido, que não dispunha de muitos conhecimentos, além do curso primário. Em momentos de dificuldades financeiras, enfrentadas pelo casal, não se deixou abater, incentivando o Coronel ao trabalho dobrado. Após a morte do marido (1937) assumiu os negócios da família com grande desenvoltura e exerceu papel relevante na dissolução do Clube Piracicabano, quando alguns de seus sócios contrariaram as normas estatutárias. Colaborou, então, na criação do *Clube Coronel Barbosa*, facilitando as negociações para o arrendamento do *Palacete Barbosa* aos ex-sócios do Clube Piracicabano. Pelo ato, lhe foram prestadas as devidas homenagens.

O Coronel Barbosa, assim como seu pai, tornou-se proprietário de terras. Em Piracicaba possuiu a Fazenda São José, localizada na estrada Piracicaba – Limeira, junto à ponte de acesso ao Bairro Monte Alegre. Consta que, na época, não era considerada uma grande fazenda, pois continha apenas 70.000 pés de café.

Além de café, o Coronel Barbosa dedicou-se à produção de cana

68

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

e criação de gado. Possuiu escravos, mas os tratava com muita humanidade. A alimentação deles era farta e sadia e as crianças recebiam todos os cuidados. Após a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, propôs aos escravos que continuassem trabalhando na fazenda até terminar a colheita do café. Assim, conseguiu salvar sua safra e manter vários dos escravos libertos, transformados em colonos. Preocupava-se com o bem-estar e a saúde dos colonos, sendo que cada família residia em moradia independente.

Com a libertação dos escravos, tornou-se necessária a contratação de imigrantes italianos. Em 1901, Caterina Biagio Ometto, esposa de Antônio Ometto, depois de ficar viúva e com vários filhos para criar, foi trabalhar na fazenda do *Coronel Juca Barbosa*, como ele era conhecido. Além de café e criação de animais, na fazenda dedicavam-se a outras atividades de subsistência. Também havia alguma plantação de cana, vendida para a Usina Monte Alegre. No álbum sobre a família Ometto (4) encontram-se referências às qualidades humanitárias do Coronel José Barbosa Ferraz: *O Coronel Barbosa era uma excelente pessoa e ajudou muito seus colonos. Era um patrão bom porque permitia que seus empregados tivessem fartura de alimentos, terra para plantar, chiqueiro para os porcos, pasto para seus animais e leite para as crianças. Era um homem generoso e respeitado por todos e, provavelmente por isso, seu nome foi dado ao Clube de Piracicaba.*

O dinheiro economizado pelos Ometto, e provavelmente por outros colonos, permanecia sob a guarda e confiança do Coronel. Após cinco anos de trabalho e acumular a quantia necessária, Caterina Ometto e seus filhos, liderados pelo irmão mais velho Constante, decidiram comprar um sítio, passando à condição de proprietários. O Coronel Barbosa ajudou-os na negociação e avaliação da compra. Assim, puderam comprar terras *por um preço um pouco mais baixo que a média da região*. Adquiriram uma gleba de 6 alqueires (14,52 hectares), na Fazenda Água Santa, Município de Piracicaba. A partir desse sítio os Ometto foram adquirindo mais terras e ampliando seus negócios, principalmente voltados para a produção de cana-de-açúcar. O Coronel Barbosa certamente não podia imaginar que, ajudando os Ometto na compra da sua primeira propriedade rural, estava contribuindo também para o surgimento do maior grupo empresarial de Piracicaba e região.

Por volta de 1914 (5) o Coronel *Juca Barbosa* decidiu vender a Fazenda São José e adquiriu outra, entre as cidades de Pederneiras e Lençóis Paulista. Esta fazenda denominava-se Pouso Alegre, na região conhecida como Bocaiúva, nome posteriormente alterado para *Macatuba*. Nesta fazenda nasceram muitos de seus netos.

Como fazendeiro, o Coronel Barbosa destacou-se na produção de café, a maior riqueza agrícola do Brasil na época, atividade que lhe permitiu angariar recursos para investir em outras atividades empresariais. Sabe-se, através de relatos de contemporâneos ainda vivos, que o Coronel comprou antigas construções existentes à rua São José, esquina com a Praça José Bonifácio, depois demolidos para dar lugar

4. Cf. – João Guilherme Sabino OMETTO, *Os Ometto*.

5. A data da venda da Fazenda São José foi fornecida pelo Dr. Cyro Barbosa Ferraz, um dos netos do Coronel. Nada consta em cartório de notas, uma vez que nesta época os registros de escrituras ainda não eram legalmente exigidos. Posteriormente, a fazenda pertenceu a vários proprietários, entre eles a "Société de Sucrierie Brésilienne". Os franceses construíram várias instalações, no período de 1930 a 1940, as quais apresentam as mesmas características arquitetônicas e construtivas do Engenho Central. A fazenda chegou a possuir um ramal de estrada de ferro, que atendia ao embarque do café e cana produzida. A casa da sede é do século XIX e certamente serviu de moradia ao Coronel Barbosa, estando bem conservada e restaurada.

69

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

6. Cf. – Livro de Atas nº 31, 2ª Sessão Ordinária de 15/01/1927, Câmara de Vereadores de Piracicaba. Sob a presidência do Dr. José Rodrigues de Almeida, o Coronel José Barbosa Ferraz (vereador) foi eleito Prefeito por sete votos e pelo mandato de um ano, conforme legislação em vigor na época.

7. Cf. – Livro de Atas nº 3, do Clube Coronel Barbosa. Em 5 de março de 1960 o Conselho Diretor do Clube Coronel Barbosa autorizou o artista Arquimedes Dutra a pintar, a óleo, o retrato do Coronel José Barbosa Ferraz, pela importância de Cr\$ 40.000,00. O quadro foi restaurado recentemente, tendo sido substituída a moldura original.

8. Cf. – *Jornal de Piracicaba*, edição de 3 de maio de 1967, p. 3.

ao sobrado denominado *Palacete Barbosa*, com salões comerciais no pavimento térreo, e a parte superior destinada a abrigar o Clube Piracicabano. O Teatro São José, construído em terreno anexo, também constituiu uma fonte de renda, visto que na data de sua inauguração já se encontrava arrendado a uma empresa teatral.

Como homem público, o Coronel José Barbosa Ferraz exerceu as funções de vereador nas gestões de 1926 a 1928 e 1929 a 1931. No período de 21 de janeiro de 1927 a 5 de janeiro de 1928 foi Prefeito do Município de Piracicaba (6). Dedicou-se muito a causas filantrópicas. Participou da fundação da Santa Casa de Misericórdia, contribuiu para a instalação dos primeiros filtros para tratamento de água da cidade, obra do Dr. José Rodrigues de Almeida, Prefeito Municipal. Colaborou com o *Lar dos Velhinhos*, entidade da qual foi Presidente no período de 1924 a 1933. Prestigiava todos os eventos culturais, particularmente os realizados pela Sociedade de Cultura Artística (Fundada em 1925). Foi benemérito da Escola de Contabilidade Cristóvão Colombo, do professor Zanin, auxiliando estudantes menos favorecidos com bolsas de estudo.

O Coronel José Barbosa Ferraz faleceu em 4 de maio de 1937, em São Paulo, em virtude de uma delicada cirurgia. Contava 72 anos de idade. Sua esposa, Da. Carolina Silveira Mello Ferraz, nascida em 20 de fevereiro de 1869, faleceu em 21 de agosto de 1955, com a idade de 86 anos. Estão sepultados no Cemitério da Saudade, em Piracicaba.

Em 5 de março de 1960 o Conselho Diretor do Clube Coronel Barbosa autorizou o artista Arquimedes Dutra a pintar, a óleo, o retrato do Coronel José Barbosa Ferraz, pela importância de Cr\$ 40.000,00. (7)

Em maio de 1967, ao completar-se trinta anos da morte do Coronel José Barbosa Ferraz, sua neta Yule Barbosa Ferraz publicou um artigo no *Jornal de Piracicaba* (8) intitulado *Há trinta anos...*, no qual revela, com sensibilidade e emoção, aspectos biográficos de seu estimado avô. Transcrevemos alguns trechos de maior relevância.

Hoje, lá se vão 30 anos, vive ainda aquele que soube imortalizar-se.

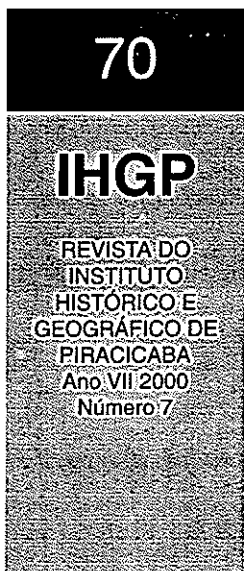
Aos velhos piracicabanos não preciso avivar lembranças para justificar a homenagem que a Câmara Municipal lhe tributou denominando uma de suas ruas – Coronel Barbosa, nem o motivo da escolha de seu nome para patrono de um de seus clubes sociais.

Falo aos jovens sobre alguém que sempre foi como os moços: alegre, prestativo, jovial, responsável, laborioso.

Em três templos ele devotadamente elevou a Deus as suas preces: seu lar, seu trabalho, seu clube.

No primeiro, foi exemplo de chefe de família, de carinhoso companheiro da sua Carolina, pai compreensivo e avô inesquecível.

No segundo, o seu trabalho, desenvolveu-se em diversos setores. Abrangeu as suas fazendas, quer junto a Piracicaba, quer no então chamado “sertão”, às margens do Tietê, lá pelas bandas de Jaú. Higienizar as paludosas terras, colonizá-las, orientando recém-chega-



dos imigrantes, foi a sua tarefa de gigante. Generosamente recompensado, a partir de 1924 fez reverter o fruto de seu labor no investimento imobiliário que, arrasando velhos prédios, substituindo-os pelos edifícios atualmente ocupados pelo clube que lhe leva o nome, representou um marco de renovação na fisionomia urbana da sua querida **Nolva da Collna**.

Foi político no sentido alto da palavra. Fez parte da Câmara de Vereadores e ocupou o cargo de Prefeito de Piracicaba, sempre apoiado como elemento criterioso, equilibrado, sóbrio e moderador.

Sem ter recebido cultura superior, era, entretanto, um entusiasta animador dos estudiosos. Muito rapaz cursou a "escolinha do prof. Zanin" às suas expensas.

.....

No terceiro templo, o seu clube, ele cultivou a amizade: gostava do joguinho, da leitura de jornais e revistas, do cafezinho. Apreciava os bailes, as reuniões domingueiras. Não perdia teatro e sempre prestigiou a Sociedade de Cultura Artística, não faltando aos seus saraus. A velha turma dos bancos acolhedores do Jardim Público sempre contou com sua presença nos bate-papos matutinos.

.....

Não pode, não deve ser esquecido. Por isso hoje, eu, sua neta, o relembro saudosa, sentindo um entusiasmo incontido pelo muito que ele fez pela minha cidade bicentenária.

YULE

A CIDADE DOS CORONÉIS

O Coronel José Barbosa Ferraz teve o privilégio de viver em um dos períodos mais profícuos de Piracicaba, quando a cidade era comandada pelos barões, capitães e coronéis, títulos concedidos pelo Imperador a pessoas influentes e, principalmente, grandes proprietários de terras, sesmeiros e oligarcas. Após a libertação dos escravos (1888), queda da Monarquia e proclamação da República (1889), da qual participou um dos seus mais ilustres cidadãos, Prudente de Moraes, Piracicaba passou por grande desenvolvimento na área econômica, social e principalmente cultural. Acentuou-se o processo imigratório, com a vinda principalmente de lavradores italianos, que se fixaram nas fazendas, e também artesãos, marceneiros, carpinteiros, mecânicos, farmacêuticos, artistas, mestres construtores, enfim, profissionais das diversas áreas do conhecimento humano, portadores da cultura européia, os quais permaneceram na cidade e colaboraram para o surto de desenvolvimento que se verificou. No início do Século XX (1900) o município já contava com cerca de 25.374 habitantes (9), a maioria residindo na zona rural e produzindo as riquezas da época – o café e a cana-de-açúcar. Os grandes proprietários rurais, além de manterem seu poder político, amealharam riqueza suficiente para usufruir elevado padrão de vida. Através da Câmara de Vereadores, onde se revezavam no poder, modernizaram a cidade com importantes rea-

9. Cf. – Mário NEME, Documentário de Piracicaba, 1936, p. 120.



10. Cf. – *Jornal de Piracicaba*, edição de 12/07/1927, 1ª página. Referência a matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo".

11. Cf. – Joaquim GUEDES, Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba – Diagnóstico – 1974 – Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Piracicaba.

lizações, dotando-a de melhor infra-estrutura. Paralelamente a essa renovação urbana, floresceram as artes plásticas, a música, os esportes, a vivência cultural. Piracicaba, graças a esse conjunto de fatores, marcava presença no Interior do Estado. Prova disso é a notícia, publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, às vésperas da inauguração do Teatro São José, referindo-se à cidade e sua gente (10):

Tratando-se de um dos melhores centros de cultura do interior do Estado, seja sob o ponto de vista artístico, seja como meio intelectual, a que dá relevo uma vida escolar intensa e múltipla, esse facto representa um sensível melhoramento, que atende às exigências crescentes da linda cidade e tem a melhor repercussão fora dela.

De facto, Piracicaba recebe, nos últimos tempos, constantes visitas dos mais reputados artistas nacionais. Pianistas, cantores, declamadoras, conferencistas por lá têm passado, encontrando um público educado e culto, que sabe corresponder aos seus méritos.

Segundo Eugênio Nardin, marceneiro de renome, entalhador e artista plástico, a intelectualidade piracicabana da época mostrava-se exigente. Os artistas respeitavam o público apreciador das artes de Piracicaba, temendo suas críticas. Não havia lugar para a mediocridade e ser aplaudido no Teatro Santo Estevão, por exemplo, era motivo de júbilo e consagração. Cumpre ressaltar o florescimento da arquitetura, graças à atuação dos hábeis projetistas e construtores daquela época, a maioria de descendência italiana, como Carlo Zanotta, Paulo Cavioli, Antônio Borja Medina, Luiz Arzola e outros. Incluindo a chamada *Casa do Povoador* e antigas construções à Rua do Porto, Piracicaba ainda apresenta, até os dias atuais, exemplares dos vários períodos da arquitetura paulista: colonial, barroco, casas com porão e varandas laterais, com platibandas, escondendo antigos beirais na busca de uma falsa *modernidade*, as influências do neoclassicismo, passando pelo *art nouveau* e *art déco*.

Não é de estranhar que o urbanista Joaquim Guedes, nas suas justificativas para a proposta do Plano Diretor da cidade, entregue em 1974, salientasse a qualidade urbana de Piracicaba e defendesse a preservação do seu patrimônio arquitetônico:

A cidade de Piracicaba, como existe hoje, pode de fato ser considerada como um dos exemplos mais notáveis entre as cidades brasileiras, o que justifica plenamente sua preservação, como um dos traços básicos deste Plano. A destruição do patrimônio urbano extraordinário de Piracicaba, além de representar um custo elevadíssimo, tanto do ponto de vista social, cultural, como econômico, teria interesse prático nenhum. Não impedi-la seria um crime. O desenvolvimento urbano proposto conserva e respeita as estruturas existentes, pelas suas excepcionais qualidades. (11)

O Plano Diretor de Joaquim Guedes não foi aprovado, a cidade cresceu sob a ação da especulação imobiliária, veio o adensamento das áreas centrais e antigas construções foram alteradas, reformadas ou demolidas para dar lugar a altos edifícios. Mas restam ainda significativas edificações da época áurea dos barões e coronéis: o Palacete Luiz de Queiroz, residências nobres como as da Chácara Nazaré e

72

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

da família Morato, o Museu Prudente de Moraes, as sedes das associações de imigrantes, o Engenho Central, o Bairro Monte Alegre com sua Usina e a Capela de São Pedro, Escolas, como o Barão de Rio Branco, o Grupo Escolar Moraes Barros, Ginásio Assunção, o Sud Mennuci, o Colégio Piracicabano, a ESALQ, Igrejas, como a de Bom Jesus do Monte, a do Sagrado Coração, a de São Benedito, prédios públicos, como o Mercado Municipal, o Matadouro, a Estação da Paulista e da Sorocabana, várias casas, isoladas ou formando conjunto arquitetônico, localizadas na região central da cidade.

Algumas moradas de antigas fazendas ainda remanescem relativamente preservadas, como a Serra Negra e a São José. Nesse cenário arquitetônico, memória física da história de Piracicaba e inigualável entre as cidades do Interior Paulista, destacam-se os edifícios do tradicional Clube Piracicabano, hoje Coronel Barbosa, e o Teatro São José, obras do Coronel José Barbosa Ferraz.

12. Cf. – Manoel de CAMARGO, *Almanak de Piracicaba para 1900*, p. 70 – Tipografia Hermes e Irmãos.

13. Cf. – *Ibidem*, p. 239.

CLUBE CORONEL BARBOSA



Qual teria sido a primeira entidade sócio-recreativa de Piracicaba? Manoel de Camargo (12) informa que no dia 09 de novembro de 1867 deu o seu primeiro baile o *Club Semcerimônia*. Na mesma obra (13), faz referência ao Clube Piracicabano: *Fundado em 1883, tem esta sociedade dançante atravessado estes 16 annos, sempre na altura da civilização da cidade, que lhe dá o nome, ponto de diversão das mais distintas familias de nossa terra. Conta 60 sócios e funciona desde o principio no sobrado da Rua Direita, nº. 171*. No endereço citado localiza-se hoje o edifício da Galeria Giannetti.

Até o final do século XIX surgiram outros clubes recreativos:

- Sociedade Dançante Juvenil, fundada em 1899, funcionava à Rua do Comércio, ao lado da *Photografia Vienna*, sob a direção de José Gonçalves de Lima;
- Verein Frohsinn – Sociedade dançante sob a direção de Antô-

73

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

14. Cf. – Cecílio Elias Netto, **Almanaque 2000 – Memorial de Piracicaba**, p. 47.

15. Orlando Carneiro não foi apenas o engenheiro responsável pela obra, mas também o autor do projeto arquitetônico. Infelizmente, não foram encontrados os desenhos originais.

nio Fischer;

- Sociedade Dançante – estabelecida à Rua Santa Cruz, no Bairro dos Alemães, sob a direção de João Theodoro Huffenbacher.

- Sociedade Dançante Recreio Familiar – estabelecida à Rua da Esperança.

Há também citação ao *Clube Republicano* (PRP), fundado em 19 de outubro de 1889, com finalidades mais voltadas à política partidária.

Dentre outros clubes recreativos, surgidos no século XIX, destacava-se o tradicional Clube Piracicabano, pelo fato de congregar a elite dominante da época. Após a primeira sede, no sobrado da Rua Direita (Moraes Barros), transferiu-se para a Rua São José, esquina com a Rua Governador Pedro de Toledo. Na mesma esquina funcionou, posteriormente, o Clube Cristóvão Colombo. Cecílio Elias Netto em seu *Almanaque 2000 – Memorial de Piracicaba* (14), comenta: *O Clube Piracicabano era o grande ponto de encontro das famílias piracicabanas, que eram recebidas por damas como Lydia de Rezende, Julia Prudente de Moraes, Adelaide Zanotta, Elisa Salles de Moraes Barros, entre outras.*

O Coronel Barbosa gostava muito de reuniões sociais, certamente freqüentava o Clube Piracicabano e teve a idéia de construir um local específico para reunir-se com os amigos. Adquiriu antigos imóveis, localizados na esquina da rua São José com a Praça José Bonifácio, providenciou a demolição deles e, com a venda de café, de sua fazenda, conseguiu recursos suficientes para ali construir o Teatro São José e o denominado Palacete Barbosa, o qual passou a ser a sede do Clube Piracicabano.

Não foi possível precisar a data de inauguração do Palacete Barbosa, sendo certo, entretanto, que o Clube Piracicabano ali passou a funcionar antes mesmo da construção do Teatro São José, como se comprova em fotografia da época. As obras foram executadas pelo construtor Antônio Borja Medina, sob a responsabilidade do engenheiro Orlando Carneiro (15).

De acordo com depoimentos de familiares, o Coronel Barbosa gostava de jogar cartas como diversão, evitando participar de jogatinas que envolvessem altas apostas. Por isso, freqüentava as salas dos jovens associados, na maioria estudantes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Após a morte do Coronel, em 1937, alguns sócios entraram em atrito com a diretoria do clube, sob a presidência do Sr. Antônio Martins Bermudes de Toledo. Esses sócios, entre os quais figurava o professor e pintor Arquimedes Dutra, preferiram dedicar-se mais à prática esportiva, principalmente o tênis, jogado em quadras localizadas onde atualmente se encontra a praça fronteira ao Colégio Dom Bosco e Escola SENAI, no bairro Cidade Alta. Tal procedimento provocou um esvaziamento do clube, mais voltado para os eventos sociais e contrariando os princípios estabelecidos pelo Coronel Barbosa. Face a essa dissidência, a viúva do Coronel, Carolina Silveira Mello, solicitou a desocupação do prédio. O Clube Piracicabano



foi então instalar-se no prédio onde anteriormente funcionou o armazém de Terenzio Gallezi, à rua Prudente de Moraes. Lá, teve vida curta e extinguiu-se no período de um ano (16). Entretanto, antigos membros do Clube Piracicabano decidiram alugar os prédios de propriedade da viúva, D^a. Carolina Silveira Mello Ferraz e dar início a um novo clube, sujeito a estatutos mais rigorosos. Tudo foi previamente combinado e em 8 de setembro de 1940 deu-se a reunião oficial da fundação, passando a sociedade a chamar-se Clube Coronel Barbosa, em homenagem ao falecido coronel. De acordo com a Ata de Fundação, os objetivos da sociedade eram *exclusivamente recreativos, de cunho essencialmente familiar, onde a sociedade piracicabana pudesse exercer a sociabilidade. A sede seria o Palacete Barbosa* (17).

Na primeira reunião, sob a presidência do Dr. José Rodrigues de Almeida, foi discutido e aprovado o Estatuto Social da entidade com a seguinte ressalva: *restringir os objetivos da sociedade à parte social e recreativa, sem cogitar de quaisquer esportes e conferir o título de grande benfeitora à Exma. Sra. Da. Carolina Silveira Ferraz, viúva do Coronel Barbosa, como homenagem à ilustre dama.* (18)

Foi constituída uma diretoria provisória, composta dos seguintes associados: Dr. José Rodrigues de Almeida, Jarbas Soares Hungria, Carlos Dias Corrêa, Euclides Pompéia e Fernando Paes de Almeida.

Essa diretoria exerceu suas funções até a realização da Primeira Assembléia Geral, para eleição do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, na forma do Estatuto.

A Ata de Fundação do Clube foi elaborada por Fernando Paes de Almeida, sendo assinada por 52 membros fundadores.

A seguir, às 17 horas desse mesmo dia, foi realizada a Primeira Reunião da Diretoria Provisória, sendo distribuídos os seguintes cargos administrativos:

Presidente: Dr. José Rodrigues de Almeida;
Vice-presidente: Jarbas Soares Hungria;
Secretário: Carlos Dias Corrêa;
Tesoureiro: Euclides Pompeia;
Procurador: Prof. Fernando Paes de Almeida.

A Primeira Assembléia Geral Ordinária foi realizada em 22 de dezembro de 1940, com a presença de 58 sócios, na qual se elegeu o Primeiro Conselho Diretor e Conselho Fiscal. (19)

Posteriormente, decorridos dezoito anos de sua fundação, a sociedade decidiu adquirir as instalações do Clube aos herdeiros da viúva do Coronel Barbosa. Isto se deu na gestão do presidente Armando Mendes Vollet. A escritura foi passada em 29 de março de 1958, sendo pago o valor total de Cr\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil cruzeiros) em duas prestações. A primeira, de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros), foi paga no ato, graças ao empréstimo de Cr\$ 2.450.000,00 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), obtido junto a vários associados. A Segunda prestação, foi paga em 1960, no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três

16. Estes acontecimentos foram relatados pelos senhores Eulálio Nogueira e Carlos Dias Corrêa Filho, antigos sócios do Clube Coronel Barbosa.

17. Cf. – Livro de Atas no. 1 – Ata de Fundação do Clube Coronel Barbosa, de 08/09/1940, (18) Cf.

– Livro de Atas no. 1 – Ata de Fundação do Clube Coronel Barbosa, de 08/09/1940.

75

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

19. Cf. – Livro de Atas no. 1 - Ata da Assembléia Geral Ordinária, de 22/12/1940.
20. Cf. – Livro de Notas no. 659, folhas 150 do 7º Tabelionato de Notas da Capital.
21. Cf. – Livro de Notas 3-V, folhas 102 de Transcrição de Transmissões, sob número 28.701 do Cartório do 1º. Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba.
22. Cf. – Livro de Atas no.3. Ata da Reunião do Conselho Diretor, de 10/08/1959.
23. Cf. – Cecílio ELIAS NETTO, *Almanaque 2000 – Memorial de Piracicaba: Club Sportivo Piracicaba - 1903* (p. 128); *Clube de Natação e Regatas Piracicaba - 04/08/1907* (p. 129); *Esporte Clube XV de Novembro de Piracicaba - 15/11/1913* (p. 133); *Clube Atlético Piracicabano - 08/02/1914* (p. 144); *Circolo Italiano Cristoforo Colombo - 1917*, depois alterado para Centro Cultural e Recreativo Cristóvão Colombo - 23/10/1938 (p. 214).

milhões de cruzeiros). No período de carência incidiram juros mensais de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). A escritura de compra e venda do Clube Coronel Barbosa foi lavrada em 31/08/1959, sendo credora a Caixa Econômica Federal (20). O registro da escritura deu-se em 8 de setembro de 1959 (21). Realizou-se um baile para comemorar a efetivação da compra da sede social. Foram homenageados os familiares do Coronel Barbosa, bem como funcionários da alta administração da Caixa Econômica Federal, que haviam colaborado na obtenção de um empréstimo de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), conforme consta da ata da reunião do Conselho Diretor (22). Nessa mesma reunião decidiu-se colocar uma placa, no vestíbulo do clube, para comemorar o evento. A placa encontra-se, atualmente, no final da escada que dá acesso ao pavimento superior do clube.

O Clube Coronel Barbosa foi o mais importante clube social de Piracicaba. Passaram por ele diversas gerações. Sua história, a partir de 1940, está registrada nos livros de atas, muito bem conservados. O primeiro deles contém a ata da alteração do nome, de Clube Piracicabano para Coronel Barbosa, constando as Assembléias Gerais e Reuniões do Conselho Diretor, de 08/07/1940 a 19/03/1949. Com o decorrer do tempo surgiram outros clubes na cidade (23), mais voltados para atividades esportivas e recreativas, e o Coronel Barbosa deixou de ser o ponto de encontro da alta sociedade. Atualmente possui poucos sócios pagantes e frequentadores dos eventos sociais. Dentre os sócios remidos, 34 ingressaram na época da fundação do clube, sendo que vários deles tornaram-se pessoas influentes e de grande notoriedade.

76

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

TEATRO SÃO JOSÉ



24. Cf. – *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba*, Ano 1, no. 1, pp. 35 a 44.

O prof. Guilherme Vitti, até hoje responsável pelos arquivos históricos da Câmara de Vereadores, em artigo denominado *O Teatro e sua História* (24), descreve o surgimento da primeira casa de espetáculos da cidade. Isto se deu em 23 de julho de 1853, quando a Câmara de Vereadores autorizou uma Sociedade a construir um teatro, em terreno público, situado atrás da Casa de Câmara e Cadeia da Vila Nova Constituição, fazendo frente para a Rua dos Pescadores (atual Prudente de Moraes). Esse primeiro teatro resumia-se a *um prédio modesto, no formato de um casarão com duas águas*. A partir daí, desenrola-se uma longa história, até ser construído, no mesmo local, em 1871, o Teatro Santo Estevão, às expensas do Barão de Rezende, sendo o projeto do engenheiro italiano Serafino Corso e construção a cargo de Carlo Zanotta. Posteriormente, o Barão de Rezende doou o teatro à Santa Casa de Misericórdia, para que esta entidade usufruísse das rendas necessárias ao seu funcionamento. A 16 de agosto de 1921, estando o prédio do teatro em más condições e necessitando reformas, a Câmara de Vereadores autorizou o Prefeito a adquiri-lo pelo valor de 80:000\$000 (oitenta contos de réis). Em abril de 1923

77

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

25. O engenheiro Orlando Carneiro foi também o autor do projeto do Teatro São José.

26. Cf. – *Jornal de Piracicaba*, edição de 12/07/1927, 1ª página. O valor foi revelado em matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo", edição de 10/07/1927, transcrita pelo *Jornal de Piracicaba*. A matéria do "Estadão" também anunciava: "Inaugura-se amanhã, em Piracicaba, o Teatro São José, ampla casa de diversões, com locação de 1949 localidades".

27. Cf. *Jornal de Piracicaba*, edição de domingo, 10 de julho de 1927 – 1ª página.

28. Cf. – Cecílio ELIAS NETTO, *Almanaque 2000 – Memorial de Piracicaba*, p. 171.

uma Sociedade solicitou à municipalidade concessão de um terreno para construir um teatro moderno. Esta sociedade era constituída pelos Srs. Dr. João do Canto, Júlio César de Mattos, Eduardo C. Sampaio, Dr. Otávio Mendes e José Barbosa Ferraz. O julgamento do pedido foi adiado, pois a Câmara estudava o arrendamento do Teatro Santo Estevão. O teatro foi arrendado para uma outra sociedade e perdurou até 10 de agosto de 1953, quando a Câmara autorizou sua demolição.

Conclui-se, pelo relato do Prof. Guilherme Vitti, que o Coronel Barbosa Ferraz pretendia investir em um teatro, já em 1923. Apesar da existência do Teatro Santo Estevão, o coronel considerava que a cidade carecia de uma casa de espetáculos de maior capacidade, digna das tradições culturais da sociedade piracicabana. Após a conclusão do Palacete Barbosa, foram iniciadas as obras do Teatro São José, em terreno contíguo, sob a responsabilidade do engenheiro Orlando Carneiro (25), professor de Matemática da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e casado com a cantora lírica Dulce de Souza Carneiro. A construção ficou a cargo de Antônio Borja Medina e o Coronel não poupou esforços e recursos para que fossem utilizados os melhores materiais e equipamentos, além da mão-de-obra de primeira qualidade. O madeiramento do telhado foi executado pelo mestre carpinteiro Antônio Fernandes Braga. Para a pintura do teto, em estuque, contratou o artista e decorador Bruno Sercelli (assinado e datado – 1927) a um custo de 90 contos de réis. Verdadeira obra de arte, a pintura do teto do Teatro São José vem resistindo ao tempo. As obras do teatro custaram por volta de 800 contos de réis (26), uma razoável importância para a época.

A partir de 11 de julho de 1927, data oficial da inauguração, a cidade de Piracicaba passou a contar com as magníficas instalações do Teatro São José, contíguas à sede do Clube Piracicabano, imóveis de propriedade particular do Coronel José Barbosa Ferraz, que na época era Prefeito de Piracicaba. O prédio da sede do Clube, também denominado Palacete Barbosa, foi inaugurado em data anterior, a qual nem antigos sócios, ainda vivos, souberam identificar. Mas, no caso do Teatro São José, as solenidades de inauguração constituíram um grande acontecimento social na cidade. Na semana que precedeu o dia da inauguração, os jornais locais divulgaram diariamente o evento, salientando sua importância. O *Jornal de Piracicaba*, de 10 de julho de 1927 (27), publicou matéria especial, na primeira página, informando quanto à programação do evento. Ilustrada com foto da fachada do Teatro, informava-se à população:

Inaugura-se, finalmente, amanhã, o sumptuoso Teatro São José, a mais confortável e luxuosa casa de espectáculos desta cidade.

O importante melhoramento deve-o a nossa terra ao espírito operoso e empenhedor do Sr. Coronel José Barbosa Ferraz, que fazendo construir um teatro digno de nosso meio vem revelar, com o seu acto, mais uma vez, ser um cidadão progressista e amante da terra que lhe serviu de berço.

Encarregar-se-á da festa inaugural o esplendido conjunto de vozes "Orpheon Piracicabano", pois a Sociedade de Cultura Artística desta

78

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano: VII 2000
Número 7

cidade, da qual o "Orpheon" faz parte, num gesto muito gentil, quis promover esse recital em homenagem ao Sr. Coronel José Barbosa Ferraz.

O programa a ser executado é o seguinte:

I

Momento Musical – Canto sem palavras – F. Schubert.
Canção da Guitarra – Letra de A. do Carmo – Música de M. Tupynambá.
Junto ao Berço – Letra de Pedro de Mello – Música de B. Godard.
Dança das Fadas – Letra de K. Talbot – Música de L. Gregh.

II

Cascata de Risos – Canto sem palavras – L. Lozano.
Dorme, filhinho! – Letra anonyma – Melodia popular.
Devaneio – Letra de Pedro de Mello – Música de R. Schumann.
Pátria Brasileira – Letra de Pedro de Mello – Música de Carlos Gomes.

III

Marcha dos Gnomos – Canto sem palavras – R. Gomis.
Serenata dos Anjos – Lenda Valaca – Música de G. Braga.
Ao Cahirda Tarde – Letra do Visconde da Pedra Branca – Música de F. Lozano.
Hymno à Arte – Letra de F. Haroldo – Música de R. Wagner.

Após os cantos da primeira parte o brilhante orador e ilustrado lente da nossa Escola Normal, Sr. Dr. Antônio Pinto de Almeida Ferraz, pronunciará um discurso alusivo ao acto.

Uma excellente orchestra, de 14 figuras, sob a batuta do maestro Adolpho Silva, tocará nos intervalos.

O Theatro São José foi construído pelo hábil constructor aqui residente Sr. Antônio Medina, em cujas acreditadas officinas desta cidade foram feitos os trabalhos de marcenaria, muito bem acabados, que se encontram na sala de espera e em outros pontos. Os serviços de pintura foram confiados ao Sr. Bruno Sercelli, residente em São Paulo, cujas qualidades de artista se revelam no gosto fino e na sobriedade das tintas, que tornam o seu trabalho no Theatro São José capaz de satisfazer ao apreciador mais exigente.

A instalação electrica de centenas de lampadas, de varias cores, foi feita pela Casa Sant' Anna, da capital.

Possue a nova casa de diversões accomodações para cerca de 2000 pessoas, pois, além de 1002 cadeiras da platéia, conta 46 camarotes, 36 frisas, 242 localidades de balcões numerados e 200 de amphitheatro.

A festa de inauguração terá início às 20 horas e três quartos.

Os convites estão sendo distribuídos pela Sociedade de Cultura Artística, a qual pede que cada convidado se apresente munido de seu ingresso par evitar confusões.

A nova casa de espectaculos, de propriedade do Sr. Coronel José Barbosa Ferraz, vae ser explorada pela Empresa Theatral Hungria, sob a direção do Sr. J. Soares Hungria, que está recebendo assignaturas para uma temporada de 8 recitas, da Companhia Nacional de Comedias, actualmente no Apollo, de São Paulo.

79

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII-2000
Número 7

29. Cf. – Livro de Notas no. 659, folhas 150 do 7º Tabelionato de Notas da Capital.

30. Cf. – Livro de Atas no. 3, das Assembléias Gerais e reuniões do Conselho Diretor do Clube Coronel Barbosa.

31. Cf. – Livro 428, folhas 148 – 1º. Tabelionato da Cidade de Piracicaba.

32. Cf. – Livro 359, folhas 78 – Verso – 2º Tabelionato de Piracicaba.

Esse esplêndido conjunto deve estrear terça-feira, sendo os preços das assignaturas e dos espectáculos avulsos os que constam do annuncio que estamos publicando.

Pelo novo melhoramento com que é dotada a nossa terra nos congratulamos com a nossa população, felicitando o operoso piracicabano Coronel José Barbosa Ferraz pela sua iniciativa.

A sala de espetáculos do Teatro São José possuía piso inclinado, com as poltronas distribuídas em degraus, de forma a facilitar a visibilidade das pessoas nas apresentações de peças teatrais. Diante da boca do palco localizava-se o “fosso da orquestra”, como era usual nos teatros da época. O teatro também funcionou como cinema, como informa Cecílio Elias Netto em seu *Almanaque 2000* (28): *...em 1927, num prédio até hoje existente à rua São José, no. 821, de notável arquitetura, iniciou suas atividades o Cine São José. Foi nessa casa de espetáculos a estréia do cine sonoro em Piracicaba, com a exibição de “O Pagão” (24/10/1929).*

O teatro foi arrendado, desde a sua entrada em funcionamento, à Empresa Theatral Hungria, sob a direção do Sr. Jarbas Soares Hungria, casado com uma das filhas do Coronel, a Sra. Lavínia Barbosa Ferraz. Os membros da família do Coronel, inclusive os empregados, tinham direito a utilizar gratuitamente as frisas de números 15 e 17.

Após a efetivação da compra da sede do Clube Coronel Barbosa, cuja escritura foi lavrada em 31/08/1959 (29), a diretoria iniciou estudos para a aquisição do Teatro São José. Na reunião do Conselho Diretor, de 05/12/1959 (30), o presidente comunicou aos membros presentes a criação de uma comissão para estudar a compra do *Cinema São José*, pertencente à família Barbosa. Com essa finalidade, foi também organizada uma campanha entre os associados.

Cumpra salientar que à época da aquisição do Teatro São José pelo Clube Coronel Barbosa encontrava-se ele arrendado à empresa Cinemas do Interior de São Paulo, de propriedade do Sr. José Burlamaqui Andrade, residente em São Paulo, o qual possuía os direitos de exploração do prédio desde 19/10/1937. Anteriormente, desde a data de sua fundação, em 1927, o teatro passou por outros arrendatários. Assim, em 08/02/1960 a diretoria do clube assumiu oficialmente o compromisso de compra do teatro, junto aos herdeiros da família Barbosa, mas teve que fazer um acordo amigável com o locatário do prédio. A escritura de *composição amigável* foi lavrada em 27/08/1960 (31). Pelo compromisso, o locatário entregaria o teatro ao clube em 01/09/1963, sendo que durante este período o clube poderia utilizar o salão do teatro, durante alguns dias do ano, para a realização de bailes e vesperais dançantes. Até cumprir-se o prazo para entrega do prédio, a empresa pagaria ao clube a importância mensal de Cr\$ 40.000,00. O Teatro São José foi adquirido pela importância de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), sendo a escritura definitiva de compra e venda lavrada em 19/07/1962 (32).

Em 1968, por decisão da diretoria comandada pelo Sr. João Tacla, o piso foi nivelado em assoalho, de forma a permitir a utilização do salão para bailes e eventos festivos. Foram então feitas várias adap-

80

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

tações: criação de banheiros maiores, utilizando o espaço dos camarotes do palco, o bar, ocupando parte do corredor que separava o teatro do clube. Outras intervenções mais recentes comprometeram a aparência original do salão principal, como a pintura das paredes e o seu revestimento parcial com madeira. A fachada sofreu alterações apenas na proteção das entradas, criando-se marquise de concreto em substituição aos toldos de metal e vidro.

33. Cf. – Processo no. 31.1.1.11.5, folhas 10 a 12 - Arquivos do Serviço de Comunicação da ESALQ.

ORLANDO CARNEIRO - O ARQUITETO AUSENTE

A perfeita construção de uma obra de engenharia requer a participação de, no mínimo, três profissionais: o projetista, engenheiro civil ou arquiteto, que cria a solução arquitetônica; o responsável técnico, engenheiro civil, que dirige toda a execução da obra; o construtor, empreiteiro ou mestre, que executa a obra sob a fiscalização e orientação dos outros dois profissionais. Durante o período que se inicia no final do século XIX e vai até meados do século XX, Piracicaba passou por uma verdadeira *renovação urbana* e vários construtores se destacaram na arte de construir. O País ainda não possuía arquitetos e engenheiros em número suficiente e muitos desses *construtores* desempenhavam os três ofícios: projetavam, solucionavam os problemas técnicos da obra e a executavam com maestria. Não eram formados em faculdades, mas aprendiam esses ofícios na prática. Em virtude dessa *polivalência*, muitas vezes torna-se difícil identificar os autores das construções dessa época, principalmente porque se valorizava mais o construtor do que o idealizador das obras. No caso do Palacete Barbosa e do Teatro São José não há, nas placas inaugurais ou nos arquivos do clube, nenhuma referência ao nome do autor dos projetos arquitetônicos. Por outro lado, as plantas originais provavelmente foram perdidas.

Consultando familiares, antigos sócios do Clube e contemporâneos do Coronel José Barbosa Ferraz, todos afirmaram que o responsável pelas obras foi o engenheiro Orlando Carneiro, professor catedrático da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Até mesmo o professor Frederico Pimentel Gomes, seu assistente durante quase quinze anos, declarou que nunca ouviu do professor Carneiro nenhum comentário sobre a elaboração de tais projetos, embora confirmasse que dirigiu essas obras. Para esclarecer tal dúvida, examinamos os arquivos da ESALQ e lá encontramos o processo com alguns documentos do professor Orlando Carneiro, entre os quais o seu "currículo vitae" (33). Nele estão relacionados projetos e obras executadas em Piracicaba, incluindo-se o Palacete Barbosa e o Teatro São José. Pudemos ter a certeza, quanto a essa autoria, através do texto do ilustre professor.

Como engenheiro mecânico eletricitista e com quase todas as regalias de engenheiro civil que me foram concedidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), projetei e dirigi as seguintes obras:

Em Piracicaba: Teatro São José, o maior da cidade e um dos maiores do Estado; Clube Piracicabano, o melhor da cidade; Nova Santa Casa de Misericórdia com cinco pavilhões; reforma do Hotel

81

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII:2000
Número 7

34. Obs.: Na época não existiam cursos regulares de Arquitetura e as faculdades de engenharia propiciavam o conhecimento necessário ao desempenho das funções de arquiteto, como é o caso da Escola Politécnica de São Paulo.

Central; inúmeras residências particulares; arruamentos; trabalhos topográficos, medições judiciais e peritagens.

Piracicaba, 24 de Agosto 1951
----- Orlando Carneiro

De acordo com o mesmo currículo, o professor Orlando Carneiro nasceu em Piracicaba em 6 de julho de 1893. Seus estudos foram realizados em São Paulo: curso primário na Escola Caetano de Campos; secundário no Ginásio de São Bento; superior na Escola Politécnica, onde se diplomou *engenheiro mecânico e eletricista* em 1919. Trabalhou nessa especialidade para a Companhia Telefônica de São Paulo, mas depois passou a atuar como engenheiro civil (34) projetando e executando obras em Itatiba (1919) e Araraquara (1920). Logo após veio para Piracicaba, onde ocupou o cargo de engenheiro da Prefeitura, de 1921 a 1926. Nessa função projetou e dirigiu várias obras públicas. Lecionou na Escola de Comércio Cristóvão Colombo. Em 1926 ingressou na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz como professor auxiliar da cadeira de Engenharia Rural, lecionando complementos de Matemática e desenho. Em 1931 prestou concurso para a cadeira de Matemática, criada nesse ano, tornando-se catedrático. Em 1932 retornou ao cargo de engenheiro da Prefeitura, sem deixar a cátedra da ESALQ. Nesse mesmo ano licenciou-se para participar do Movimento Constitucionalista de São Paulo, no período de 15 de julho a 28 de setembro, tendo integrado o Batalhão Piracicabano. A seguir, reassumiu suas funções na ESALQ, aposentando-se em 1958.

Na época, a carreira de docente iniciava-se como professor assistente. Foi assim que Frederico Pimentel Gomes ingressou na ESALQ, como assistente da cadeira de Matemática, em 1944. Em 1948 prestou concurso e foi aprovado para a livre-docência e o Doutorado. Conviveu com o professor Orlando Carneiro por mais de quatorze anos. Portanto, ninguém melhor que o professor Pimentel poderia traçar um perfil da personalidade do engenheiro Orlando Carneiro: era um profissional capacitado e dedicado ao que fazia; como professor, era exigente com os alunos, porém respeitado por eles; dava mais importância à Geometria Descritiva do que à Matemática; sua verdadeira vocação era a construção civil, interessando-se muito por construções rurais. De fato, o professor Orlando Carneiro publicou, em 1928, o livro **Construções Rurais**, que lhe trouxe grande notoriedade, até mesmo no Exterior.

O professor José de Mello Moraes, então diretor da ESALQ, em carta dirigida ao Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, em 31 de agosto de 1931, versando sobre o currículo do professor Orlando Carneiro, assim se refere ao livro **Construções Rurais**:

"Trata-se de obra excelente, cuja difusão já ultrapassou as fronteiras do país. É ela hoje recomendada nas escolas e universidades rurais da França, Itália, Bélgica, Espanha, Portugal, África do Sul, etc., pelo que,

82

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII|2000
Número 7

por si só, constitui eloqüente atestado de seu grande valor". (35)

Embora existam obras mais atualizadas, o livro do professor Carneiro vem sendo consultado pelos estudantes de Agronomia até os dias atuais. A primeira edição foi publicada por conta do próprio autor, em 1928. A segunda, pela Editora Nobel, foi sendo aprimorada, estando já na oitava edição.

O professor de Matemática Ezio Appezzato, que foi seu aluno, conta que o Dr. Orlando Carneiro era homem de temperamento irrequieto, extremamente exigente, não permitindo que os alunos adentrassem a sala de aula sem estarem bem trajados, de acordo com as normas da Escola. Os estudantes temiam sua disciplina, dada a dificuldade em obter boas notas. Mas, de acordo com depoimento do engenheiro agrônomo Jairo Ribeiro de Mattos, que também foi seu aluno, esse rigor era característico de outros professores da época. Ele o admirava e quando vereador, no período de 1973 a 1976, prestou-lhe homenagem com a concessão, pela Câmara de Vereadores, do título de *Piracicabanus Preclarus*, além de esculpir seu busto (36). Uma outra faceta do engenheiro Orlando Carneiro, que transparece nos depoimentos, era sua reserva com relação aos seus assuntos particulares e uma certa aversão à notoriedade. Devido a esse temperamento arredo, não compareceu às homenagens que lhe foram prestadas pelos vereadores.

O professor Orlando Carneiro residiu em Piracicaba primeiramente à rua Governador Pedro de Toledo e depois em um sobrado geminado, que ele mesmo construiu, localizado à rua Alferes José Caetano. Depois mudou-se para São Paulo, onde projetou e construiu o pavilhão de máquinas da Metalúrgica Matarazzo, várias residências particulares e realizou peritagens (37). Em suas vindas a Piracicaba, hospedava-se no Hotel Central. Na Capital residiu à Alameda Santos e finalmente à rua Paraíso, onde terminou os seus últimos dias, vindo a falecer em 5 de dezembro de 1977.

Pela análise de suas obras, verifica-se que o Dr. Orlando Carneiro não era apenas um engenheiro mecânico e eletricitista que gostava de arquitetura. Era, sem dúvida, um homem culto, casado com a piracicabana Dulce de Souza Carneiro, pianista e cantora lírica, devotado ao aprimoramento profissional, haja vista que viajou para vários países pesquisando sobre construções rurais. No período em que lecionou na ESALQ produziu, com a colaboração de seus assistentes, cerca de 34 trabalhos sobre diferentes áreas da Agronomia, todos publicados (38). Mas ele possuía, essencialmente, o talento de um arquiteto, sua verdadeira vocação. Desenhava com perfeição, detalhando as soluções arquitetônicas em nível de execução, tinha senso de proporcionalidade, visão espacial, equilíbrio de formas e da utilização dos materiais, além, é claro, de entender muito bem dos aspectos estruturais de uma construção.

Projetar um teatro constitui tarefa difícil para qualquer arquiteto. Mas o engenheiro Orlando Carneiro, graças à sua sensibilidade e dotes de arquiteto nato, soube projetar e construir esse suntuoso edifício que, juntamente com o Palacete Barbosa, destaca-se no cenário urbano do centro da cidade de Piracicaba. Para essa empreitada contou

35. Cf. – Processo no. 31.1.1.11.5, folhas 5 e 6 dos Arquivos do Serviço de Comunicação da ESALQ.

36. Cf. – Livro de Atas, Volume 21, da Câmara de Vereadores, página 177. Título concedido através do Decreto Legislativo no. 7, de 19/09/73, de autoria do vereador Jairo Ribeiro de Mattos.

37. Cf. – Ibidem: Processo nº 31.1.1.11.5, folha 11 dos Arquivos do Serviço de Comunicação da ESALQ.

38. Cf. – Processo nº 31.1.1.11.5, folhas 42 a 44 dos Arquivos do Serviço de Comunicação da ESALQ. Seus assistentes foram os engenheiros agrônomos Frederico Pimentel Gomes (1º) e Izaías Rangel Nogueira (2º).

83

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

com a colaboração do exímio construtor Antônio Borja Medina, o carpinteiro Antônio Fernandes Braga, responsável pelo madeiramento do telhado, com tesouras que vencem um vão de quase vinte metros, e o artista plástico e decorador Bruno Sercelli, que ornamentou os tetos e paredes. O Coronel José Barbosa Ferraz acertou na escolha deste profissional piracicabano. Mas qual o motivo da omissão de seu nome, tanto nas placas inaugurais, fixadas nos edifícios, como no noticiário da imprensa local? Pode ser que ele mesmo, com sua usual modéstia, tenha decidido permanecer ausente. Uma ausência que merece ser reparada, trazendo-se novamente ao conhecimento público o nome desse engenheiro, e arquiteto, que tanto realizou como professor e construtor. Ao que se sabe, teve apenas um filho, que veio a falecer em tenra idade. Mas deixou sua obra: livro, textos, publicações e edifícios, ainda presentes e que constituem parte do patrimônio arquitetônico de Piracicaba. Devem, portanto, ser identificados e preservados para a admiração das futuras gerações, exemplos de uma época na qual profissionais como Orlando Carneiro sabiam usar engenho e arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE DADOS

- Camargo, Manoel de, *Almanak de Piracicaba para o anno 1900*, Tipografia Hermes e Irmãos, São Paulo, 1899.
- Ometto, João Guilherme Sabino, *Os Ometto*, Edição de Margarida Cintra Godinho, 1986.
- Netto, Cecílio Elias, *Almanaque 2000: Memorial de Piracicaba – Século XX*, IHGP, Jornal de Piracicaba, UNIMEP.
- Câmara de Vereadores de Piracicaba, *Livros de Atas nos. 21 e 31*.
- Clube Coronel Barbosa, *Livros de Atas nos. 1 e 3*.
- *Jornal de Piracicaba*, edições de 10 e 12/07/1927, 3/05/1967.
- Guedes, Joaquim – *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1974* – Secretaria Municipal de Planejamento, Prefeitura do Município de Piracicaba.
- *Escrituras do 7º. Tabelionato de Notas da Capital*.
- *Escrituras do Cartório do 1º. Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba*.
- *Escrituras do 1º. e 2º. Tabelionatos da cidade de Piracicaba*.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba*, Ano 1, no. 1.
- *Arquivos do Serviço de Comunicação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ*, Processo no. 31.1.1.11.5.

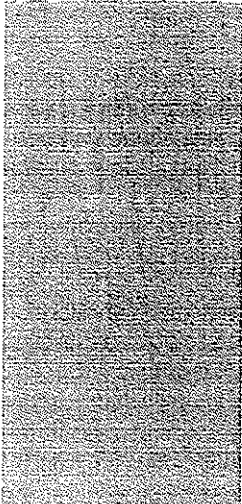
CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

- Coronel José Barbosa Ferraz – Reprodução da pintura de Arquimedes Dutra, em preto e branco – O autor.
- Clube Piracicabano – Cartão postal de autor anônimo.
- Teatro São José – Foto publicada em Neme, Mário A., *Documentário*, edição de João M. Fonseca, 1936.

84

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7



**Discurso do Dr. Luiz Rondon
Teixeira de Magalhães, na
Sessão de 23/11/2001,
realizada no Centro Cívico da
Prefeitura com a entrega das
Medalhas Marechal Rondon**

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, Prof. Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho e demais Diretores do mencionado Instituto, senhores agraciados, minhas senhoras, meus senhores, familiares e amigos daqueles que nesta solenidade, recebem a Medalha Marechal Rondon, distinção que, anos atrás, como Presidente da Sociedade Geográfica Brasileira, eu havia outorgado para entrega futura aos recipiendários desta noite.

Disse Machado de Assis que o culto dos grandes homens é uma virtude das cidades. Completando o pensamento do nosso excelente escritor, direi que a homenagem que dedicamos àqueles que, nesta ocasião, recebem tão honrosa e patriótica honraria, confunde-se com o tributo que Piracicaba, pelo seu conspícuo Instituto Histórico e Geográfico, dedica ao grande brasileiro, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, mas sem nunca esquecer os fastos piracicabanos, tão carinhosamente celebrados desde quando, em 1856, foi Piracicaba elevada à categoria de cidade e, permitam-me cidade berço natal deminha avó materna, Ana Blandina Leite do Canto Leitão Teixeira.

Em verdade, homenagens aos que se foram são imprescindíveis, pois os mortos dependem dos vivos para a sua revivescência e sua memória, principalmente em relação a homens como o Marechal Rondon, cujas lembranças nesta noite tornam presente, em nossos corações e em nossos pensamentos, a figura do eminente brasileiro que, muita vez, com risco de sua vida, serviu ao Brasil, que sempre amou.

Rondon nasceu no então Mato Grosso, em Mimoso, em 1865, tendo falecido em 1958, no Rio.

Seu nome era Cândido Mariano da Silva, mas protegido por um tio que tinha o nome de Rondon, ao terminar seu curso na Escola Militar, pediu ao Ministro da Guerra que ao seu nome fosse acrescentado o nome Rondon, o que foi deferido, motivo porque passou a chamar-se Cândido Mariano da Silva Rondon.

Pioneiro da implantação das nossas linhas telegráficas, principalmente em Mato Grosso, foi o descobridor do rio a que deu o nome de Roosevelt, em homenagem ao seu amigo Presidente Theodore

85

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII:2000
Número 7

Roosevelt, nascido em New York, eleito Vice-Presidente dos Estados Unidos e que, com a morte do Presidente MacKinley, ocupou a Presidência, tendo, ao depois, sido eleito Presidente da grande república americana, que sempre enalteci e enalteço.

Amigo de Rondon, o então Presidente Roosevelt esteve em visita ao Brasil e, com o Marechal Rondon, visitou, largamente o Estado do Mato Grosso.

Em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio, Rondon assumiu a direção e sinalizou a necessidade de proteção aos povos indígenas brasileiros, traçando os seus contornos iniciais.

Seu prolongado contato com grupos tribais brasileiros e sua cultura humanista, de respeito e incentivo às culturas indígenas consubstanciada no lema *morrer, se preciso for; matar, nunca*, o tornaram famoso no Brasil e no exterior.

Rondon serviu nossa Pátria e nosso glorioso, e estimado Exército Nacional, de maneira exemplar, com patriotismo, desinteresse pessoal e indiscutível probidade, virtudes hoje tão distantes das cogitações de muitos dos integrantes da nacionalidade brasileira.

Ilustres, os piracicabanos que, nesta efeméride, recebem a mencionada comenda e que, a um tempo, exaltam a memória de Rondon que, por sua vez, nesta brasileira e admirada Piracicaba, é lembrado como um dos nossos inesquecíveis brasileiros.

Republicano e positivista, em verdade, Rondon foi tocado pela centelha de dedicação ao País.

Ao império de sua paixão pelo Brasil, Rondon moldou sua personalidade, na qual bem cedo despontou seu amor ao Brasil, sua amizade pelos nossos humildes patrícios, defesa de nossas tradições, exaltação de nossos bons costumes.

Rondon sempre pugnou pela defesa, respeito e admiração ao nosso Povo e aos nossos índios ancestrais.

Bendita seja Piracicaba e sua gente pelo tributo que hoje presta a Rondon, por intermédio de seu Instituto histórico e Geográfico, ao qual presto, na pessoa do seu presidente Moacyr de Oliveira Camponez do Brasil Sobrinho e de seus dedicados Diretores e de seus associados, o preito de minha admiração, aplauso e amizade.

Cidade com cerca de 400 mil habitantes, situada à margem do rio que lhe tem nome, povoada no século XVIII, desenvolveu-se extraordinariamente.

Importante micro-região, com uma população ordeira, progressista e acolhedora, centro cultural, artístico, industrial, econômico e financeiro, dotada de institutos de ensino de primeiro e segundo grau e superior, sede de Bispado, das Justiças Estadual e federal, das Polícias Civil e Militar, Prefeitura e Câmara de Vereadores, exemplares, Piracicaba está fadada a desenvolver notavelmente sua riqueza política, cultural e sócio-econômica, não só da cidade como de São Paulo e do Brasil.

Aplausos à gente piracicabana, a seu espírito democrático e patriótico à sua cidadania cheia de amor a São Paulo e ao Brasil, amor que se encerra em seu peito varonil.

Voltada, precipuamente, para o desenvolvimento cultural e tecnológico da agro-pecuária brasileira, a ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, orgulho desta grei, pela dedicação a tais estudos e experimentos, vitais para o nosso País e para a humanidade neste terceiro milênio, coloca-se entre os mais conceituados institutos de pesquisa, ensinamentos e estudos ligados à vida do campo, quer nacional, quer internacional.

Esta cidade, cujo meu sangue ancestral daqui também partiu, não engrandece somente os seus mortos.

Vai buscá-los por todo o Brasil, honrando todos aqueles que, pelo exemplo moral e de amor à Pátria, deram ao nosso Povo o culto da dedicação ao Brasil, a ser seguido por aqueles que amam e respeitam nossa terra, sejam brasileiros, natos, ou não, mas que contribuem para nossa grandeza.

Agradeço a presença de todos os que nos deram a honra de comparecer a esta solenidade, com nossos votos antecipados de feliz Natal e Ano Novo.

87

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

CURRÍCULO DE ANTÔNIO PACHECO FERRAZ

Francisco A. Ferraz de Melo¹

1. Sócio Titular do IHGP.

Nasceu em Piracicaba em 16/09/1904, filho do Senhor Antônio Henrique Ferraz e da Senhora Francisca de Campos Ferraz.

Aos 6 anos de idade começou a ter aulas de desenho com a própria mãe. Depois estudou com a tia, Dona Maria Tereza Ferraz, sobretudo desenho do natural e o uso da aquarela. Joaquim Miguel Dutra foi o seu primeiro mestre em pintura a óleo.

Tal foi o seu progresso que Joaquim Dutra o aconselhou a ir para a Europa estudar pintura. E, com a anuência do pai, em 1926 o jovem artista embarcou para a França.

Em Paris freqüentou:

- A Academia Julien, muito conceituada, cujos alunos obtinham o maior número de prêmios de Roma.
- A Escola de Belas Artes — Cursos de Figura e Composição.
- As Academias Chaumière e Colarossi — estudos de nus com modelos vivos.
- Estudou, ainda, retratos e figuras com Emile Renard.

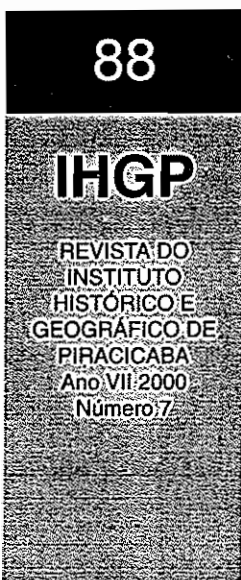
Visita os principais museus de artes da Itália, de Portugal, da Espanha e da França. Retorna ao Brasil em 1930, após quase 5 anos de permanência na Europa.

Em 1975 retorna ao velho continente percorrendo a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda.

Nessas viagens, Pacheco Ferraz conheceu e analisou os trabalhos dos grandes mestres do passado, dos renascentistas aos fauvistas, introduzindo a pintura destes últimos em sua terra natal.

"De volta ao Brasil, em 1930, o jovem pintor, já em fase autêntica de transição para o divisionismo e outras tendências pós-impressionista, deixa aos poucos os matizes cinzas de suas vistas de Paris e das paisagens e marinhas da Bretanha, trocando a paleta dos gris pelas cores brilhantes e luminosas dos pintores fovistas.

Pacheco volta aos temas de sua primeira fase com o amor à terra natal, mas retrata com a força plástica de um colorista que, em cada centímetro da tela, deve vibrar no complementarismo de um Monet



ou Pissarro. Os temas sociais e religiosos que irá conhecer como criatura inquieta, vivendo nas cidades de Ouro Preto, Rio de Janeiro, Casa Branca, Piracicaba, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Ponta Porã, até radicar-se em São Paulo, lhe forneceram copiosa matéria que aproveitou para a sua nobre arte.

Impressionista que é, trabalha ao ar livre, pintando as bossorocas de Casa Branca, os peões e as carretas da fronteira Brasil — Paraguai, as marinhas do Rio ou a nossa querida Rua do Porto ou ainda a encantadora Ouro Preto. Expõe na próprias cidades em que pinta pois sente a necessidade de mostrar ao malogrossense, ao homem da fronteira, ao mineiro, casabranquense ou ao conterrâneo, aquilo que a sua vista viu através de um "écran" mágico, de onde as cores surgem limpas, cada vez mais puras, a ponto de um crítico haver dito: as telas de Pacheco Ferraz contêm luz própria; podem ser vistas na sombra ou na penumbra, daí a razão de sua perene inconstância migratória, seja no inverno ouropretano ou às margens do Tâmsa, em Londres, ou às do Sena, em Paris. Pinta o por do sol piracicabano, o de Amesterdam e novamente retoma à sua querida Bretanha. Mas sua paleta mudou: revê a mesma terra celta com seus pescadores, marinheiros, as "chaumières", os castelos e as cidades fortificadas. O artista mudou. As fases de sua pintura são mintas, ele nunca usa receitas, nem se lembra do que pintou ontem. (Krähenbühl Costa, 1977).

EXPOSIÇÕES

Salão dos Artistas Franceses (Paris, 1928), Festival Euclidiano (São José do Rio Pardo, 1939), 1 Salão Panamericano de Arte (Porto Alegre, 1958), XIV Bienal Internacional de São Paulo (1977) e, de 1933 a 1978, inúmeras participações no Salão Nacional de Belas Artes, no Salão Paulista de Belas Artes e nos Salões das cidades de Piracicaba, Santos, Franca, Jaboticabal, Santa Bárbara d'Oeste, Itu, Petrópolis, Amparo, Limeira, etc. Expôs, ainda, no 1 Salão de Novos da Associação Paulista de Belas Artes (São Paulo).

Fez dezenas de exposições individuais no Estado de São Paulo e fora dele.

ACERVOS

Possui obras no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, no Musée de la Pêche do Concarneau (França), no Palácio do Governo de São Paulo, no Tribunal de Contas de São Paulo, no Departamento de Águas de São Paulo, no Museu Prudente de Moraes (Piracicaba), nas Pinacotecas de São Paulo, Piracicaba, Rio Claro, Amparo e em inúmeras coleções particulares, no Brasil e no exterior.

DISTINÇÕES E PREMIOS

Salão Nacional de Belas Artes — Medalha de Bronze (1933) e Prêmio Aquisição (1955).

Salão Paulista de Belas Artes — Prêmio de Viagem pelo País (1972), Primeiro Prêmio Governo de Estado de São Paulo (1945 e 1969), Primeiro Prêmio Prefeitura de São Paulo (1947 e 1957), Primei-

89

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

ro Prêmio Secretaria da Cultura (1968), Prêmio Aquisição (1952, 1953 e 1957), Medalha de Honra, Pequena e Grande Medalhas de Prata (1939 e 1947), Pequena e Grande Medalhas de Ouro (1959 e 1963).

Outros Salões

De Piracicaba: 30 Prêmio (1960), 2º Prêmio (1953 e 1961), Primeiro Prêmio (1962 e 1965), Prêmio Prefeitura Municipal (1974), Medalha de Prata (1967), Medalha de Ouro (1970) e Prêmio Aquisição (1984).

De Santos: 1º Prêmio Interventor Federal (1972).

De Franca: Prêmio de Arte Acadêmica (1974).

De Jaboticabal: Medalha de Prata (1972).

De Santa Bárbara d'Oeste: Medalha de Prata (1972).

De Itu: Medalha de Prata (1977).

De Amparo: Prêmio Aquisição (1974) e Grande Medalha de Prata (1976).

De Petrópolis: Medalha de Prata (1977).

De Limeira: Medalha de Ouro (1986).

De Rio Claro: Pequena Medalha de Ouro (1983).

De Piracicaba (Mostra Almeida Júnior): Prêmio Renato Wagner (1986).

Foi distinguido com a Medalha Cultural e Comemorativa Grande Oficial Mano Dedini (1961) e com a Medalha Bi-Centenário de Piracicaba (1969).

É Benemérito do Lar dos Velinhos, de Piracicaba, e recentemente recebeu o título de Grande Benemérito — Medalha de Beneméncia, conforme lei estadual número 16.651.

Em 1996, aos 92 anos, portanto, esteve na Europa, desta vez como turista.

Em 1999, recebeu da Prefeitura Municipal de Piracicaba, a Medalha do Mérito Cultural Olênio Veiga.

Por fim, neste ano de 2000 foi reconhecido como o Pintor do Século pela Prefeitura Municipal de Piracicaba (Secretaria de Ação Cultural) e pela Comissão Municipal Brasil 500 Anos recebendo, em ato público, uma placa de prata com dizeres alusivos a esse fato.

Em 2000 – Recebeu a Medalha de Mérito Prudente de Moraes, do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba.

90

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7



ANTIGOS SESMEIROS DE PIRACICABA

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas*

Este estudo surgiu através de um pedido do primo e amigo, o historiador Nélio Ferraz de Arruda que, juntamente com o também primo e amigo Delphim Ferreira da Rocha Netto, cronista esportivo e jornalista, são os meus interlocutores mais chegados da terra da minha gente: Piracicaba. Nélio, Ex-Prefeito desta cidade, foi encarregado pela edilidade de esboçar a biografia de um tal de Pedro de Moraes Cavalcanti, que, por ser o primeiro sesmeiro da região, uma escola municipal havia recebido o seu nome. Nada descobri nas minhas primeiras investidas. Senti que precisaria me municiar de grande paciência e de muitas horas de trabalho. Foram várias tentativas em vão.. Acabei por recorrer à Genealogia, estudando os Moraes Cavalcantis e Cavalcantis na antiga Capitania de São Paulo.

Infelizmente o resultado da pesquisa sobre Pedro de Moraes Cavalcanti não se mostrou muito produtivo; ainda assim espero que os poucos dados obtidos sirvam de pista para novas investigações. Mas o mais interessante é que descobri dois outros sesmeiros ainda mais antigos que ele, o que obriga a retrocedermos a história de Piracicaba pelo menos uns dezoito anos. Se Pedro de Moraes Cavalcanti, por ser considerado o mais antigo sesmeiro em Piracicaba, foi homenageado com o nome de uma escola, sem ao menos se saber se tomou posse da terra, não seria boa idéia homenagear os outros dois?

O presente artigo procura resgatar a memória dos primitivos sesmeiros da região piracicabana, elaborando uma pequena biografia de cada um deles, que são, por ordem de antiguidade: Capitão Antônio da Rocha do Canto, Capitão Antônio Pereira Temudo e Pedro de Moraes Cavalcanti.

1) Capitão Antônio da Rocha do Canto

O Capitão Antônio da Rocha do Canto era português, filho de André Gonçalves do Canto, nascido por volta de 1595 possivelmente na freguesia de São Tomé de Estorãos ou na de São Bartolomeu de São Gens, no antigo concelho de Monte Longo¹, comarca de Guimarães, distrito de Braga e de sua mulher (casados cerca de 1622, talvez

* Sócio Correspondente do IHGP.

1. O concelho de Monte Longo há muito está extinto e corresponderia, mais ou menos, ao atual concelho de Fafe que hoje abriga São Gens.

91

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

2. Livro de mistos nº 1, de 1609 a 1634.
3. SL, VIII, 329. Silva Leme, seguindo Pedro Taques, erroneamente o faz filho de João Lopes de Oliveira e de sua mulher Maria da Rocha do Canto, naturais de São Bartolomeu de São Gens.
4. Inventários e Testamentos, XXXVIII, p. 55.
5. Inventários e Testamentos, XL, p. 33.
6. Ascença de Pinha tinha 6 anos de idade em 1630, conforme constou da relação de herdeiros no inventário de sua mãe.
7. João de Pinha, depois de viúvo, passou com seus filhos para a vila de Santana de Parnaíba, então em franco desenvolvimento, onde se casou com Andreza Dias, da família dos Fernandes Fundadores. Ela era natural da vila de São Paulo, filha de Belchior Dias Carneiro e de sua mulher Hilária Luís. Andreza fez testamento (DAESP, nº de ordem 609) a 25 de agosto de 1681 na vila de Santana de Parnaíba, desejando ser sepultada na sua igreja matriz, "na sepultura de minha tia zuzana dias". Andreza era viúva de Antônio Pires e, viúva de João de Pinha, casou-se terceira e última

na vila de Guimarães) Maria da Rocha, possivelmente natural da vila de Guimarães, o berço da nacionalidade lusitana. André Gonçalves era meio-irmão de Francisco Álvares do Canto, nascido por volta de 1585, cavaleiro fidalgo da Casa Real e capitão mor do concelho de Monte Longo, o qual deu grandes ornamentos à confraria do Senhor de São Gens, onde foi juiz muitas vezes, assim como da confraria do Senhor, também de Nossa Senhora; o capitão-mor viveu na sua quinta do Rio, na freguesia de São Bartolomeu de São Gens, onde faleceu a 4 de janeiro de 1626, tendo feito testamento.

Desde pelo menos 1627 o casal André Gonçalves- Maria da Rocha- já residia no bairro de Gondim, na freguesia de São Bartolomeu de São Gens, onde André faleceu a 14 de janeiro de 1672 e sua mulher Maria da Rocha a 7 de dezembro de 1658. Em um dos assentos de batizado de seus filhos, André Gonçalves vem descrito como rendeiro.

O Capitão Antônio foi batizado² a 8 de novembro de 1627 na freguesia de São Bartolomeu de São Gens, conforme o assento que segue:

Aos oito dias do mes de novembro do ano de mil e seiscentos e vinte e sete anos BaptiSou o padre Gaspar Fernandez de minha Licença a Antônio filho de Andre Gonçalves. do Canto E sua mulher Maria da rocha foram padrinhos o vigarjo Salvador peres E Madrinha DamaSia da Rocha Irmão E Cunhada dia ut supra.

Salvador Peres.

Veio para o Brasil, sendo muito provavelmente o primeiro dos Rochas do Canto a pisar terras brasileiras; além dele vieram um seu irmão, sobrinhos e sobrinhos netos. Casou-se, cerca de 1651, na vila de Santana de Parnaíba, com Ascença de Pinha Cortês³, viúva de Tomé Fernandes da Costa (SL, VII, 249), o qual faleceu no ano de 1648 na vila de Parnaíba, onde fizera testamento⁴ a 21 de abril daquele ano. Tomé Fernandes era filho do Capitão Domingos Fernandes, um dos fundadores de Itu, da prosápia dos chamados *Fernandes Fundadores* (seu irmão Baltazar, fundou Sorocaba; outro, André, fundou Santana de Parnaíba) e de sua mulher Ana da Costa. Quando esta faleceu⁵, Ascença de Pinha, na qualidade de viúva de seu filho Tomé Fernandes, recebeu, de herança, 8 peças do gentio da terra; por Ascença não saber ler nem escrever, a seu rogo assinou seu cunhado Baltazar Carrasco dos Reis.

Ascença, que pertencia a antigos troncos vicentinos, nasceu cerca de 1624⁶ na vila de São Paulo e era filha de João de Pinha⁷ e de Domingas Antunes⁸; neta paterna de Brás de Pinha Cortês⁹ e de sua mulher Isabel Lopes; neta materna de Bartolomeu Rodrigues e de sua mulher Maria Lucas¹⁰. Maria Lucas, por sua vez, era filha de Gaspar Fernandes¹¹ e de sua mulher Domingas Antunes¹², esta filha do tronco dos Pretos, Antônio Preto¹³.

Antônio da Rocha do Canto era tabelião e escrivão dos órfãos da vila de Santana de Parnaíba e ainda escrivão da câmara da mesma

92

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

vila. Dominava bem a gramática portuguesa, com letra bonita e regular, consoante seus escritos. Em diversos inventários¹⁴ e outros papéis de Parnaíba aparece em uma dessas funções nos anos de 1647 e depois, quase ininterruptamente, nos anos de 1667 a 1696. Serviu o cargo de juiz ordinário e dos órfãos¹⁵ da mesma vila no ano de 1664.

Estivera, em dezembro de 1665, no sertão de Goiás, como se pode verificar no inventário¹⁶ que se fez naqueles sertões a 19 de dezembro de 1665 por ocasião da morte do Capitão Francisco Ribeiro de Moraes (foi seu procurador), de qual bandeira era Capitão Mor Francisco Lopes Benavides.

Sua mulher, Ascença de Pinha, fez testamento a 12 de março de 1687 na vila de Santana de Parnaíba, o qual recebeu o “cumpra-se” a 15 do mesmo mês. Por sua morte foi inventariada em Parnaíba, fazendo-se o auto a 1^o de setembro seguinte. Em uma das verbas testamentárias, com sabor especial, determinou que após sua morte, continuasse a reinar a harmonia em sua família:

“..peSo a meus filhos Se aião bem Com Seu Pai que Se elle Cazou Comigo Carregada de dividas, as Coais elle paguou a diverÇas peSoas”.

Quase 20 anos sobreviveu o Capitão Antônio da Rocha à morte de sua mulher. Fez testamento (não acostado ao inventário), sendo testamenteiro seu sobrinho neto Pedro da Rocha do Canto. Por sua morte se fez auto de inventário¹⁷ a 29 de novembro de 1706 na vila de Santana de Parnaíba, em suas casas de morada, tendo sido juiz dos órfãos o Capitão Antônio Corrêa Garcia. No princípio, foi nomeado inventariante o sobrinho Pedro da Rocha, que no mesmo dia largou a função para Tomás Fernandes Vieira, genro do defunto. Entre os bens avaliados do defunto, uma morada de casas na vila de Santana de Parnaíba (em 450\$000), dois livros (em \$320), um chapéu preto (em 1\$000), um hábito de terceiro da Ordem de São Francisco (em 4\$000), um negro escravo de nação banguela (em 200\$000) e 376\$910 em dinheiro de contado. Possuía ainda 5 peças da administração (índios). O orçamento final resultou em um monte mor de 2:045\$790, que extraídas as dívidas, coube a cada herdeiro a quantia de 272\$425. Fez testamento (não anexado ao inventário) e por sua morte se fez auto de inventário a 29 de novembro de 1706 na vila de Parnaíba.

Em uma folha acostada ao seu inventário, há uma transcrição de uma sesmaria que recebeu a 22 de maio de 1675, de três léguas de terra, no porto do rio Piracicaba, na vila de Itu, quase um século antes da fundação de Piracicaba. Esta foi sua petição:

“Dis Antonio da Rocha do Canto Morador nesta villa de Parnahiba que elle tem muitas filhas, E trinta nettos e não tem terras para se poderem aComodar, E fazerem Suas lavouras.

“Pello que

“Para Vossa Mercê Como Sismeiro E ProCurador do Se-

vez, sem geração, com Antônio Corrêa da Silva. João de Pinha fez testamento (DAESP, nº de ordem 606) a 2 de maio de 1645 na vila de Santana de Parnaíba, declarando naturalidade e filiação, declarando possuir 33 peças do gentio da terra (índios) e rogando para seu corpo ser sepultado na igreja que serve de matriz na dita vila de Parnaíba. Seu testamento recebeu o “cumpra-se” a 12 de julho do ano de 1645.

8. Domingas Antunes nasceu cerca de 1596, provavelmente na vila de São Paulo, onde fez testamento (Inventários e Testamentos, VI, p. 229) a 17 de dezembro de 1624, pedindo para seu corpo ser sepultado na Igreja de N.S.^a do Carmo, declarando ser filha de Maria Lucas. Por sua morte se fez auto de inventário a 20 de abril de 1630 na vila de São Paulo, em pousadas de Sebastião Fernandes Preto. Por seu marido João de Pinha estar ausente, foi declarante o cunhado Gaspar de Pinha.

9. Brás de Pinha Cortês seria provavelmente de origem castelhana, porque assinava Blas de Piña Cortez. Foi um dos fundadores de Mogi das Cruzes, juntamente com seus

93

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

filhos Gaspar e João de Pinha, sendo um dos signatários da ereção a vila. Antes, havia recebido sesmaria no ano de 1609, alegando que morava na capitania havia muitos anos (Sesmarias, I, 223). Passou depois para a vila de São Paulo, onde fez testamento (Inventários e Testamentos, VIII, p. 219) a 17 de março de 1630, em sua pousada, pedindo para seu corpo ser sepultado na Sé, matriz da vila de São Paulo, deixando por herdeira da sua terça a mulher, Isabel Lopes; por sua morte se fez auto de inventário a 4 de maio seguinte, na vila de São Paulo.

10. Maria Lucas casou-se segunda vez, sem geração, com Gaspar de Pinha, irmão de seu genro João de Pinha.

11. Gaspar Fernandes declarou ser antigo morador da capitania, desde cerca 1561 (Registro, I, 42; VII, 107). Desde 1583 já estava estabelecido na vila de São Paulo, para a banda de Pinheiros. De 1584 a 1587 foi escrivão do campo. Em 1590 esteve na guerra com o Capitão Mor Jerônimo Leitão. Foi ainda procurador do concelho no ano de 1591 e vereador no ano de 1595. Gaspar Fernandes fez testamento (Inventários e Tes-

*nhor Marques de CasCais lhe faça merce de tres Leguoas de terras, do porto de piraSiCaba para Baixo Legoa E meia de testada, para Banda no morte [*sic, leia-se norte] E outra Leguoa E mea da banda do sul ficando frente Ironte hua da outra tanto de testada Como de sertão, E Sendo das Com..... atras ou adiante onde não Sejam.*

"Esperando Receber Mercê. ReSa..... do ponta.... E alagadiSSos."

Seguiu-se o seguinte despacho:

"PaSe como pede na forma do esliLo não avendo duvida alguma. Sant' Ana de parnaiba 22 de maio de 1675."

"Manoel pezalo".

Estas terras foram citadas por ocasião do inventário de sua mulher Ascença de Pinha Cortês, a qual declarou, em seu testamento, a 12 de março de 1687, que possuíam terras em Piracicaba, cuja carta tinha Cláudio Furquim. No lançamento dos bens da defunta, a 1^a de setembro de 1687, "LamSou Se hua Carta de data de SismaRia de meia Leugua em Coadra". Por esse lançamento se conclui que apenas parte da sesmaria se conservou e sua localização exata não fica possível ser determinada: meia légua em quadra, o que equivaleria a 450 alqueires paulistas, ou 10.890.000 m². Além desta sesmaria, o casal possuía, segundo ainda o inventário dos bens de Ascença, 17 ou 18 almas do gentio da terra, uma residência na vila de Santana de Parnaíba, de telha, de um lanço com um meio sobrado com cozinha no quintal e terras com escrituras, que seriam divisões de uma primitiva sesmaria (outra), e eram vizinhas às terras de Miguel Garcia Bernardes e de Sebastião Soares (genro do casal), com este último na fralda de "Joangoaquora" (Jaguacoara, serra entre a Serra do Japi e a represa de Pirapora).

O Capitão Antônio da Rocha do Canto deixou, de seu casamento, quatro filhas, a saber: Maria da Rocha do Canto (mulher do Capitão Manuel Franco de Brito, português da vila de Barcelos, escrivão dos órfãos de Santana de Parnaíba e depois de Mogi das Cruzes), Domingas da Rocha do Canto (mulher de Sebastião Soares Calhamares), Luzia da Rocha do Canto (mulher de João Garcia Carasco, juiz ordinário da vila de Santana de Parnaíba nos anos de 1689 e 1690) e Mariana de Pinha Cortês (mulher de Tomás Fernandes Vieira, escrivão dos órfãos de Parnaíba).

2) Capitão Antônio Pereira Temudo

O Capitão Antônio Pereira Temudo¹⁶ nasceu cerca de 1635 na vila de São Paulo, onde se casou, pela 1^a vez, cerca de 1663, com Isabel Ribeiro, viúva de João da Costa Carvalho (de quem houve geração, também) e, 2^a vez, ainda em São Paulo, cerca de 1689, com sua parente Catarina Borges de Cerqueira (SL, III, 549), nascida cerca de 1670, provavelmente em São Paulo, falecendo no ano de 1727.

O Capitão Antônio era filho de João Pereira Temudo, nascido por volta de 1600, talvez em Portugal, e de sua mulher (casado por volta de 1630, provavelmente em São Paulo) Maria Gonçalves, ou Maria

94

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Bicudo (SL, VI, 456; NPHG, 3ª ed., III, 188), filha do português Domingos Gonçalves da Maia, falecido com testamento em 1627 em São Paulo e de sua 3ª mulher, Marta de Mendonça, esta filha de Antônio Bicudo (não era Carneiro, como afirmou Pedro Taques e se lhe seguiu Silva Leme), tronco dos Bicudos de São Paulo, nascido por volta de 1545 na Ilha de São Miguel, tabelião em Santos antes de 1570, da governança da terra em São Paulo, ouvidor da capitania pelos anos de 1585 e de (casados por volta de 1570) Isabel Rodrigues, natural da vila de São Paulo, filha de povoadores e conquistadores da capitania de São Vicente.

João Pereira faleceu, correndo inventário no ano de 1653 em Mogi das Cruzes (este inventário não existe mais no Arquivo do Estado, apenas se vê seu extrato em *Originais de Silva Leme*, depositados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo), deixando viúva Maria Bicudo e órfãos, que eram sobrinhos de Antônio Gonçalves de Mendonça. Segundo Pedro Taques (NPHG, 3ª ed., III, 188) foi morador em Jundiá e sua mulher Maria Bicudo faleceu em 1675, no estado de viúva, estando sepultada na cova de seu marido, em Jundiá.

Isabel Ribeiro nasceu cerca de 1630 em São Paulo e faleceu em junho de 1689 em Itu, sendo enterrada na igreja matriz de Itu, tendo feito testamento¹⁹ a 14 de fevereiro de 1688 em Itu, onde foi aprovado a 18 do mesmo mês. Fez codicilo a 6 de junho de 1689, já doente. Declarou, nesse último instrumento, que depois que fez o testamento, "Cazamos [ela e seu marido] no Ssa filha Com João aRanha lhe demos a fazendo o Seu dote Com que ficou a dita fazenda em demenuição". Seu codicilo recebeu o "cumpra-se" a 13 de junho de 1689, data que pode ser considerada a de seu óbito. O auto de inventário²⁰ se deu a 21 de junho de 1689, sendo inventariante seu marido o Capitão Antônio Pereira Temudo. Isabel Ribeiro era filha de João Ribeiro de Alvarenga, ou João Ribeiro Baião (SL, V, 412), natural de São Paulo, falecido em 1693 em Itu e de sua mulher (casados em 1631 em São Paulo) Antônia da Cunha (SL, III, 243), falecida em 1686 em Itu; neta por parte paterna de Estevão Ribeiro de Alvarenga (SL, V, 343), morador na vila de São Paulo, com fazenda em Juqueri (atual Mairiporã) e de Maria Missel; falecida em 1660 em São Paulo; neta por parte materna de João Gago da Cunha (SL, V, 136), falecido em 1636 em São Paulo e de Catarina do Prado (SL, III, 201), natural da vila de São Vicente e falecida em 1649 em São Paulo.

Catarina Borges era filha de Simão Borges de Cerqueira e de Isabel da Costa Tavares; neta por parte paterna de Francisco Barreto e de (casados em janeiro de 1633 em São Paulo, na Sé, fls. 2-v) Maria Borges de Cerqueira; neta por parte materna do Capitão Diogo da Costa Tavares (irmão inteiro do grande sertanista o Mestre de Campo Antônio Raposo Tavares), que saiu de São Paulo para a restauração de Pernambuco à frente de uma companhia de infantaria e de sua 1ª mulher Maria Bicudo (SL, VI, 450). Catarina casou-se 2ª vez, cerca de 1699, com Manoel Álvares Monteiro e desse casamento nasceu Guilherme Borges Monteiro, nascido cerca de 1700. Catarina faleceu em novembro de 1727, com testamento não acostado ao inventário, que correu no ano de 1728.

Após o seu 1º casamento, o Capitão Antônio Pereira Temudo

tamentos, I, p. 373) a 13 de março de 1600 na vila de São Paulo, estando doente de cama. Deixava por herdeira da terça sua mulher, a quem nomeou por testamenteira; declarou ser casado com Domingas Antunes, filha de Antônio Preto. Por sua morte se fez auto de inventário a 17 de abril de 1600 no termo da vila de São Paulo, na paragem chamada Imbiassava. 12. Domingas Antunes fez testamento (Inventários e Testamentos, VI, p. 243) a 16 de fevereiro de 1624 na vila de São Paulo, pedindo para seu corpo ser sepultado na igreja de N.Sª do Monte do Carmo, como confrreira que era, na mesma sepultura de seu marido Gaspar Fernandes. Pediu para ser seu testamenteiro ao primo Bernardo da Mota. Seu testamento recebeu o "cumpra-se" a 22 de fevereiro de 1624 na vila de São Paulo. Por sua morte se fez auto de inventário no mesmo ano, sem data, no sítio e fazenda que ficou da defunta, na paragem chamada Imbiassava.

13. Antônio Preto veio para o Brasil com mulher (cujo nome se desconhece) e fi-

95

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

ihos. Aqui em São Paulo serviu os cargos de juiz ordinário nos anos de 1575, 1585 e 1590; almotacel nos anos de 1576 e 1580; vereador nos anos de 1577, 1579, 1592 e 1601, quando pediu dispensa do exercício da função, alegando o privilégio dos jesuítas (Atas da Câmara de São Paulo, II, 87). Fez parte da entrada com o Capitão Mor Jerônimo Leitão no ano de 1585. No ano de 1592 foi contra a entrega das aldeias aos jesuítas (I, 447). Por ser homem velho e entendido, foi no ano de 1593, escolhido para ser árbitro de preços do ofício de ferreiro. Tinha sesmaria em Carapicuíba e fazenda da banda da Ponte Grande. Em 1608 já era falecido (Atas, II, 211; Sesmarias, I, 52).

14. Não era juiz ordinário da vila de Santana de Parnaíba no ano de 1640 (teria apenas 13 anos de idade), conforme consta de FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil. São Paulo: Ind. Gráfica Siqueira, 1954.

15. Inventários e Testamentos, XXVII, p. 123.

16. Inventários e Testamentos, XVI, p. 510.

96

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

passou para a vila de Itu, residindo na paragem denominada Itaim. Possuía, como declara sua mulher Isabel Ribeiro em seu testamento, "hua Legua de terras a Saber mea Legua em Capihivari E da outra mea Legua Em piraSicava". Por ocasião da morte de Isabel, possuíam 27 peças do gentio da terra (índios) e mais 11 escravos africanos. Em Itu possuíam duas casas, sendo uma delas de "dous lanços de Cazas Somete Cubertas de telha na Villa Sem mais beneficio nenhum" sendo avaliada em 8\$000. Viúvo de Isabel, retornou para São Paulo, estabelecendo-se no bairro de Pinheiros, com um sítio, que no seu inventário vem assim descrito: "foi avaliado o Sítio da RoSa paragem chamada os pinheros humas Cazas de dous LanSos de taipa de pilão Cubertas de telha Com Seus Corredores E outra Cazinha fora Cubertas de telhas com a Lavoura que tem", avaliadas em 100\$000. O Capitão Antônio faleceu na vila de São Paulo, entre 7 e 8 de novembro de 1698, tendo feito testamento em São Paulo, em data inutilizada pelo tempo. Pedía para serem seus testamenteiros Jorge Lopes Ribeiro, Inácio Borges Cerqueira e Jerônimo Pedroso de Oliveira, com a seguinte determinação: "Meo Corpo Serâ Cepultado em a Igreja Matris desta villa debaixo da pia da agua benta, amortalhado em hum Lençol aCompanharâ o meo Corpo o Reverendo Padre Vigario e todos os Clerigos que Se acharem na villa". Além do seu sítio em Pinheiros, possuía ainda 200 oitavas de ouro quintado. A aprovação do testamento se deu a 7 de novembro de 1698 em São Paulo, estando em seu perfeito juízo, porém doente de cama. O testamento recebeu o "cumpra-se" a no dia seguinte, a 8. Inventariados seus bens, a fazenda toda lançada importou em 584\$350.

3) Pedro de Moraes Cavalcanti

Embora não seja possível afirmar, através dos estudos genealógicos que fiz dos Moraes Cavalcantis de São Paulo, Pedro de Moraes Cavalcanti deveria ser filho do segundo casamento do Capitão Pedro de Moraes Madureira (NPHG, I, 256; SL, VII, 5), o qual nasceu na vila de São Paulo e nela serviu os nobres cargos da república, entre os quais o de capitão dos cavaleiros. O Capitão Pedro, em 1638 era juiz ordinário²¹ da câmara e recebeu provisão²² de juiz dos órfãos a 25 de fevereiro de 1640, passada pelo Licenciado o Ouvidor Geral Simão Álvares de la Penha, em substituição a D. Francisco Rondon de Quebedo. Pertencia aos antigos *Moraes Navarros* de São Paulo, filho de Pedro de Moraes d'Antas, falecido em 1644 em São Paulo e de sua mulher Leonor Pedroso, falecida em 1636 com testamento em São Paulo; neto por parte paterna do português Baltazar de Moraes d'Antas, o tronco dos Moraes de São Paulo e de sua mulher Brites Rodrigues Annes; neto por parte materna de Estêvão Ribeiro e de Madalena Fernandes, antigos troncos vicentinos.

O Capitão Pedro de Moraes casou-se, primeira vez, cerca de 1630, na vila de São Paulo, com sua sobrinha-prima Ana (de Moraes) Pedroso (SL, VII, 135), falecida²³ por 1647 em São Paulo, da qual teve geração. Ana era irmã do Capitão Mor Antônio Ribeiro de Moraes, filhos de Francisco Ribeiro, falecido em 1615 em São Paulo, e de sua

mulher Maria de Moraes, falecida em 1663 em São Paulo. Maria de Moraes, por sua vez era filha de Pantaleão Pedroso e de sua mulher Ana de Moraes d'Antas; neta por parte paterna de Estêvão Ribeiro e de sua mulher Madalena Fernandes; neta por parte materna de Baltazar de Moraes d'Antas e de sua mulher Brites Rodrigues Annes.

Pedro de Moraes casou-se segunda vez, cerca de 1650, com D. Antônia de Moura Cavalcanti, cujos apelidos nos remetem a Pernambuco e, pelo tratamento de *dona* que ela recebeu nos documentos, seria de gente qualificada. Como a sua descendência assinava também o apelido Morgado, desconhecido em São Paulo em tempos anteriores, é bem provável que ela pertencesse a essa família, também. Pedro de Moraes já era falecido no ano de 1681. Sabe-se que o casal Pedro- D. Antônia passou para a vila de Santos.

Pedro de Moraes Cavalcanti, o nosso biografado, nasceu por volta de 1652 (ignora-se onde). Casou-se por volta de 1680, provavelmente em Itu, com Francisca de Almeida. Esta seria neta do Capitão João Ribeiro Baião (SL, V, 412) e de sua mulher Antônia da Cunha (SL, III, 243); João Ribeiro faleceu em 1693 e sua mulher em 1686, ambos em Itu. Caso essa hipótese seja confirmada, Pedro de Moraes Cavalcanti seria sobrinho por afinidade do Capitão Antônio Pereira Temudo (acima), por via de sua mulher Francisca de Almeida, já que o Temudo foi casado, primeira vez, com Isabel Ribeiro, filha dos mesmos João Ribeiro Baião e Antônia da Cunha.

Pedro de Moraes Cavalcanti recebeu²⁴ carta de sesmaria 15 de novembro de 1693, concedida pelo Capitão Mor Manuel Peixoto da Mota, registrada no Livro 11 de Sesmarias Antigas do Cartório da Tesouraria da Fazenda de São Paulo. As terras abrangiam "uma e outra banda do rio Piracicaba, ficando o salto no meio". Alegava o peticionário que iria povoá-la com toda a sua família.

Descobri dois filhos de Pedro de Moraes Cavalcanti e de sua mulher Francisca de Almeida: Baltazar e Francisca, que seguem.

Baltazar Ribeiro Baião, que se casou em 1708 em Itu com Maria Nunes, filha de João Nunes de Brito (já falecidos em 1708) e de Ana do Prado.

Francisca de Moraes Cavalcanti, que se casou em 1704 em Itu com Antônio Cardoso (SL, VIII, 540), filho de Antônio Cardoso Pimentel, o fundador da capela de Arataguaba (atual Porto Feliz) e de sua mulher Feliciano da Rocha.

Abreviaturas utilizadas:

DAESP: Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo.

NPHG: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 5ª ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980, 3 volumes.

SL: LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*, São Paulo: Duprat & Cia., 1903 a 1905, 9 volumes.

17. DAESP, nº de ordem 496. Os inventários de Ascença de Pinha Cortés e do Capitão Antônio da Rocha do Canlo foram unidos em um único processo.

18. Ver sua descendência na Revista da ASBRAP nº 2, p. 153. Foi avô de Antônio Aranha Sardinha, dos primeiros moradores da vila de Porto Feliz.

19. DAESP, nº de ordem 735. O inventário de Isabel Ribeiro e de Antônio Pereira Temudo foram unidos em um único processo.

20. DAESP, nº de ordem 735.

21. Atlas da Câmara da cidade de São Paulo, IV, pp. 365 a 367.

22. Registro Geral da cidade de São Paulo, II, p. 119.

23. Inventários e Testamentos, XXXIV, p. 39.

24. Marques, Manuel Eufrázio de Azevedo (1825-1878). Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Notícias da Província de São Paulo. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1954. Tomo I, p. 197.

97

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

UM CORONEL EM PEREIRAS

Carlos de Moraes¹

1. Sócio Correspondente do IHGP.

Imigrantes italianos tiveram presença marcante na cidade e município de Pereiras, justamente numa época efervescente em que se consolidava a República Brasileira.

As eleições nessa época eram consideradas essenciais para o controle do governo exercido pelas oligarquias, cujo poder econômico se assentava, principalmente, na riqueza gerada do plantio e comercialização do café. Daí a importância do coronelismo, um sistema que perdurou por toda a República, acrescido da figura singular do coronel, tanto aquele nomeado, segundo os critérios da época, como aquele que surgia como liderança dentro da comunidade e era consagrado pelo poder.

Segundo R. Faoro, no movimento que culmina com a política dos governadores, afirma-se o coronelismo, num casamento, "cujo regime de bens e relações pessoais será necessário determinar com as oligarquias estaduais". Embora não seja novo, pois o coronel recebe seu nome da Guarda Nacional do tempo do Império, o fenômeno coronelista assume características peculiares durante o período republicano.

O coronel, chefe político e senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição, não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Esse vínculo que lhe outorga poderes públicos, acentuado e exacerbado no regime republicano, virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, evento básico para a política de então.

O coronel se integra no poder estadual, no qual o governador constitui a espinha dorsal da vida política. No âmbito municipal, o coronel fazia a política e complementava a administração pública, dentro dos Partidos Republicanos que, apesar dos conflitos internos, permaneceram no poder durante toda a República Velha. A vida política estava encerrada entre os partidos republicanos estaduais e as facções, em permanentes disputas, nas quais ganhavam destaque pretendentes aos governos da República e dos Estados, os principais responsáveis pelos arranjos de onde saíam os candidatos aos postos eletivos.

O coronelismo se manifesta num compromisso, uma troca de

98

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

proveitos entre o coronel, chefe político, e o Governo Estadual, com atendimento dos interesses e reivindicações do eleitorado. As despesas eleitorais cabem, em regra, ao coronel, por conta de seu patrimônio. Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou os estaduais sediados na comunidade, obedecem às suas indicações. A situação política do coronel, portanto, se manifesta prioritariamente nos serviços de Intermediação.

O compadrio já era fenômeno conhecido desde o tempo da Colônia. O coronel é, pois, acima de tudo, um compadre, por isso, a hierarquia abrandar-se e suavizar as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e o subordinado. A origem de seu poder, mais do que a situação econômica, deriva da honra social e do prestígio, tradicionalmente reconhecido.

A força dos governos estaduais provinha do controle exercido sobre os coronéis, verdadeiros condutores das eleições municipais. Seu prestígio e poder era proporcional aos relacionamentos de amizade que mantinha com os candidatos da região e ao número de votos que podia conseguir, por meio dos célebres "currais eleitorais", onde se obtinha o "voto de cabresto".

Como comportamentos e atitudes dos coronéis estavam vinculados a contextos político-sociais diversos, muitas vezes, situações características facilitavam a corrupção e demais atividades fraudulentas. No voto público, escreveu Sampaio Dória, os chefes locais, "os poderosos. e. até os assassinos costumam senhorear-se do poder, corrompendo pelo dinheiro, e pelo terror que espalham nas eleições". Estas e outras descrições, sobre as atividades dos chefes locais, demonstram claramente que o comportamento do coronel dependia unicamente de sua formação moral.

Muito embora a atuação dos coronéis, bem como, os fatos que se desenrolaram sejam passíveis de críticas, eles evidenciam, com absoluta clareza, o poder político hegemônico desse período. Embora possam ser analisados segundo a religião, a moral, a ideologia, as facções políticas etc., fatos fazem parte de realidades, nas quais não se pode separar o estudo do homem do estudo da sociedade, isto é, de seu necessário e indispensável suporte e enquadramento.

Portanto, se houve males ou benefícios devem ser constatados como fatos históricos de um país, cuja nova forma de governo, implantada em 1889, estava em consolidação; fatos estes que, de uma forma ou outra, repercutiram na pequena cidade de Pereiras, onde o fenômeno do coronelismo também floresceu na figura de Carlos Muccini, um italiano de Castelnuovo de Garfagnana, naturalizado brasileiro, que andava por aqui, lá pelos idos de 1876 ou 1877. Seu pai, Piero Muccini, que já se encontrava por aqui, no final do século XIX, enriqueceu como ativo negociante nas "feiras de animais". Apavorado com a carta que recebera da Itália, dando notícia de que seu filho andava envolvido com idéias revolucionárias de um "maluco chamado Garibaldi que, na época, já havia se transformado em herói, mandou buscá-lo.

Talvez seja por esse *espírito garibaldino*, trazido dos dias tumultuosos vividos durante a unificação da Itália, ainda repercutindo em

99

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

toda a Europa, que Carlos Muccini tenha rejeitado o título de Coronel e, desde cedo, tenha aderido aos ideais republicanos, apoiando o Manifesto Republicano, lançado no Rio de Janeiro.

Em 1880, integrando-se às lideranças políticas de Sorocaba, Botucatu, Tietê, Tatuí e, sobretudo, Itapetininga com o coronel Fernando Prestes, filiou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873. A importância deste Partido cresceu com a ascensão do Marechal Floriano Peixoto à presidência da República, cuja eleição foi garantida pelos votos da bancada paulista no Congresso, liderada pelo Partido Republicano Paulista.

Com toda cobertura política que possuía dos Governos Estadual e Federal, além do apoio dos eleitores, foi eleito vereador nas primeiras eleições municipais, em 1896. Em 1903, foi eleito Intendente, reeleito em 1904. Nas eleições de 1908, 1911 e 1914, foi eleito Prefeito e reeleito em 1909, 1910, 1912, 1915 e 1916.

Mesmo depois de ter renunciado à Prefeitura, por ter sido nomeado Coletor Estadual, permaneceu como o coronel que, dentro do PRP, continuou controlando a vida política do Município, pois seu amigo Julio Prestes já era Deputado Estadual, em 1909; como Deputado Federal, em 1919, foi líder da bancada paulista; em 1927, assumiu a Presidência do Estado e, em 1930, foi eleito Presidente da República. Com a revolução de 1930, ambos deixaram a vida política e Julio Prestes foi exilado.

Talvez um espírito de revanche ou a convicção do paulista legitimado e o filho adotivo lutando nas trincheiras tenham-no induzido a se envolver com entusiasmo na revolução derrotada de 1932.

Dois baques, em seqüência, acabaram derrotando o *velho guerreiro*, que faleceu em 1936.



DOIS CRONISTAS DA PAULICÉIA

Mario Pires¹

Embora nos orgulhemos da cidadania campineira honorária, não podemos renegar nossa origem, nosso berço natal, a querida *Paulicéia Desvairada*, do paulistano de destaque na importante *Semana de Arte Moderna de 22*, o autor de *Macunaíma (O Herói sem caráter)*, Mário de Andrade. Ele que, a plenos pulmões, exclamou um dia: *Oh!, este orgulho máximo de ser paulistamente!*

E, na emoção do mesmo paulistanismo, cultuamos sempre com carinho, seus intelectuais, seus artistas, seus poetas.

É por isso que, na cátedra acadêmica, é com intensa satisfação que vamos lembrar dois artistas da palavra; um, como saboroso escritor paulistano, e outro, embora natural de cidade do Interior, ambos cultuadores das tradições, dos costumes e da miscigenação racial de São Paulo.

O primeiro chama-se Antônio de Alcântara Machado, filho dileto do paulista de Piracicaba, autor do monumento histórico, a denominada *Vida e Morte do Bandeirante*, José de Alcântara Machado de Oliveira. Ao tomar posse na Academia Brasileira de Letras, na memorável noite de 20 de maio de 1933, recebido por outro luminar das letras brasileiras, o médico-escritor Afrânio Peixoto, autor de deliciosos romances, como *Mania Bonita* e *Bugrinha*, emocionou-se tanto, que exclamou, a certa altura de seus discurso:

Como vós amais a esse Brasil, senhor Alcântara Machado, no vosso amor a São Paulo!

Essas palavras inspiraram o febril poeta santista, aquele que deixou estas inflamadas palavras: *Como é bom ser bom!*, Martins Fontes. Martins Pontes compôs um dos mais perfeitos e belos sonetos de nossa poética, que assim canta:

1. Sócio Correspondente do IHGP.

101

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Paulista sou há quatrocentos anos.
Imortal, indomável, infinita,
dos mortos de que venho ressuscita
a alma bandeirante sobre-humana.

Tenho o orgulho de nossos altiplanos,
tenho a paixão da gleba circunscrita;
quero morrer ouvindo a voz bendita
dos pausados cantares paulistanos.

De minha terra para a minha terra
tenho vivido. Meu amor encerra
a adoração de tudo quanto é nosso.

Por ela vivo num perpétuo enlevo,
e incapaz de servi-la quanto devo,
quero, ao menos, amá-la quanto posso!

Mas não fujamos ao nosso desiderato, que é recordar aqueles dois artistas da prosa e do verso. Já citamos o primeiro, o da prosa. Agora, lembremos o outro, o do verso, o festejado compositor da MPB, o rapsodo satírico Adoniran Barbosa, nascido João Rubinato, na vizinha cidade de Valinhos. Este, como já dissemos em artigo publicado há anos, intitulado O Noel Rosa Paulistano, com as suas modinhas e sambas, num estilo popular, produziu uma verdadeira enciclopédia nesse sentido, além de dar, em todas as suas composições, um toque de lirismo.

É assim, o consagrado *Trem das Onze*, a desculpa do namorado à amada, de que não pode ficar *mais um minuto com ela, porque sua mãe não dorme enquanto ele não chega...*

Adoniran interpreta, em suas melodias, o drama do povo, como no samba Maloca: *Querida maloca, maloca querida, / din dindon de nós passemos / os dias milhó de nossas vida...* E o *Arnesto*: *Arnesto nos convidou, / prum samba, ele mora no Brás, / nós fumo, num incontremo ninguém. Nós fiquemos curna baita duma rêiva, / da outra veis, nós num vai mais...* E este outro, hilariante: *Tiro ao Álvaro: ...táboa, de tiro ao Álvaro, / num tem mais onde furá...* Tem, também, o canto em italiano: *Piove, piove, / fá tempo que piove qui, Gigi / E iu, sempre iu, / soto la tua finestra...*

Antônio de Alcântara Machado, ao contrário de Adoniran, nasceu em *berço de ouro*. Mas, como este, interessou-se, também, pelos personagens humildes da Paulicéia, de modo especial, os carcamanos do Brás, Bexiga e Barra Funda, que, aliás, dão nome ao seu mais saboroso livro. Suas Camelas e seus Caetanos, italo-brasileiros. A rivalidade dos torcedores do Corinthians e Palestra-Itália. Os seus grandes craques. O Parque Antarctica.

Os gritos de guerra, nos bondes da Light, na volta das partidas, *aleguá-aleguá, guá, guá...* As costureirinhas da Rua Direita, os caixeiros e os funcionários públicos, os amanuenses, os *barnabês*. As me-

102

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

lindrosas e os almofadinhas, hoje, os mauricinhos e as patricinhas...

São crônicas saborosas que encantam o leitor, principalmente a nós, que tivemos o privilégio de viver numa São Paulo quase provinciana, sossegada, ao contrário da impressão de Mário de Andrade, que a profligou em seu poema *A Paulicéia Desvairada*.

O jovem Alcântara Machado nasceu em São Paulo, em 25 de maio de 1901, bacharelou-se pelas *Arcadas*, em 1923; foi jornalista e destacou-se no movimento modernista de São Paulo. Foi deputado federal. Viajou várias vezes à Europa e deixou seu livro de viagens, *Pathé-Baby*. Deixou, também, os livros *Brás*, *Bexiga e Barra Funda*, *Laranja da China*, *Mana Maria*, *Cavaquinho e Saxofone* e trabalhos históricos. Faleceu de uma banal operação de apendicite, no Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1934.

103

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

AS CIDADES-ÍCONES PAULISTAS

João Luis Franchi¹

1. Estudante da UNESP, Rio Claro, SP.

RESUMO

Recentemente foi divulgado à sociedade piracicabana o Projeto denominado: **Piracicaba 2010**, que tem como objetivo principal, colocar em prática um modelo de desenvolvimento sustentável para a cidade, visando a qualidade de vida de seus habitantes. Dentro do Projeto, está inserida a Agenda 21, sendo Piracicaba, a primeira cidade do Estado e a quarta do Brasil a apresentar a Agenda 21, em nível municipal (**Folha de S. Paulo**, 2001).

Outro objetivo desse Projeto é a valorização dos chamados ícones da cidade, que foram previamente escolhidos pela população: o Rio Piracicaba, o Engenho Central, a Rua do Porto, a Esalq, e o E.C. XV de Novembro. Esses símbolos são marcantes na paisagem da cidade, estão no íntimo do piracicabano como patrimônios da cidade. São lugares e instituições que dão vida e uma posição de destaque à Noiva da Colina, devido à sua importância histórica, ambiental, paisagística, cultural, científica ou sentimental. Vemos que o rio foi e é um elemento essencial na visão de mundo do piracicabano. Guardadas as devidas proporções, as civilizações egípcia e mesopotâmica também desenvolveram ambientes de beira rio. A topofilia do espaço geográfico piracicabano resulta dos laços afetivos que a população tem com o lugar. A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar (Tuan, 1980).

Assim, espelhados na escolha dos ícones piracicabanos, entendemos o tema para uma escala um pouco maior, utilizando-nos desse modelo de classificação para estudarmos alguns municípios do Estado de São Paulo, denominados para fins deste estudo como *idades-ícones*, ou seja, cidades que têm um peso maior dentro da cultura e do folclore paulista. Deixamos de lado o viés econômico, para analisarmos a importância cultural e histórica desses municípios.

Palavras-chave: Cidades-ícones, cultura paulista, evolução dos municípios, história, geografia.

Da mesma forma que os piracicabanos elegeram seus ícones,

104

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

podemos lançar um olhar sobre a história da evolução das cidades paulistas, atualmente com 645 municípios, espalhados em 247.898 quilômetros quadrados e 37 milhões de habitantes, e veremos que surgiram através dos séculos, algumas cidades diferenciadas, as chamadas "cidades-ícones". Essas cidades têm em comum o fato de possuírem um espírito próprio, diferenciado, que de alguma forma, contribuíram culturalmente para a expansão ocorrida desde o século XVI.

As cidades-ícones podem ser consideradas como "criadoras" de novas povoações, e de possuírem uma cultura própria e rico folclore e religiosidade.

Podemos citar o caso de cidades nascidas entre 1532 (data da fundação da primeira vila brasileira) até 1767 (data oficial da fundação de Piracicaba). Eis as cidades-ícones selecionadas para fins deste estudo (21 ao todo):

- São Vicente (1532), a primeira vila brasileira.
- Santos (1545), futura cidade portuária.
- Santo André da Borda do Campo (1553), atual Santo André.
- São Paulo de Piratininga (1554), atual São Paulo.
- Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (1561), atual Itanhaém.
- Nossa Senhora das Neves de Iguape (1577), atual Iguape.
- São João Batista de Cananéia (1587), atual Cananéia.
- Santana de Moji das Três Cruzes (1611), atual Moji das Cruzes.
- Santana de Parnaíba (1625).
- São Sebastião (1636).
- Exaltação de Santa Cruz de Ubatuba (1637), atual Ubatuba.
- São Francisco de Chagas de Taubaté (1645), atual Taubaté.
- Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba (1653), atual Jacaréi.
- Nossa Senhora do Desterro do Campo Alegre de Jundiá (1655), atual Jundiá.
- Santo Antonio do Guaratinguetá (1651), atual Guaratinguetá.
- Nossa Senhora da Candelária de Outú-Guaçu (1657), atual Itu.
- Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (1661), atual Sorocaba.
- Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba (1705), atual Pindamonhangaba.
- Ararituaba (1721), atual Porto Feliz.
- Itapetininga (1766).
- Piracicaba (1767).

A toponímia, ou seja, o estudo histórico ou linguístico da origem dos nomes próprios dos lugares, revela duas faces distintas: a religiosidade trazida pelos lusitanos e a influência indígena presente nesses nomes. Por eles, podemos estudar as características físicas e geográficas das cidades. Ressalta-se que até o século XVIII, o Brasil era um País bilingue, sendo falado largamente o tupi-guarani e o português.

São Vicente é a primeira das cidades brasileiras e paulistas. Fundada em 1532, por Martin Afonso de Souza, é dela que saem os primeiros portugueses e luso-brasileiros, para tomar o Planalto Atlântico e fundar outras cidades no Litoral. É bem verdade que a Capitania

105

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

de São Vicente não teve o mesmo desenvolvimento econômico ocorrido em algumas Capitânicas do Nordeste, como Pernambuco, porém, do ponto de vista histórico e de expansão e ocupação do território brasileiro, sua história reveste-se de primeira importância.

Ao sairmos da Província Costeira, atingimos, através da Serra do Mar, o Planalto Atlântico, área de rochas cristalinas muito antigas e que tem em São Paulo de Piratininga, seu principal centro histórico. É nesta cidade que se formou o espírito desbravador do homem paulista, responsável pelo gigantismo territorial brasileiro.

No Vale do Paraíba, destaca-se Taubaté, uma das mais ricas cidades paulistas em termos de história, cultura e folclore. No século XVII, Taubaté chegou a rivalizar com São Paulo de Piratininga, como a mais importante vila da Capitania da época. É de Taubaté que saíram inúmeros bandeirantes e desbravadores que vieram a achar o ouro em Minas Gerais, dando início ao povoamento do interior do País, no momento do ciclo da mineração. As gentes de Taubaté são as responsáveis pela fundação das cidades conhecidas atualmente como históricas em Minas Gerais, como, por exemplo, Ouro Preto. De Taubaté, também, saíram as sementes para a povoação do Vale do Paraíba paulista, nascendo cidades como Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Paraibuna, São Luís do Paraitinga e outras.

Segundo alguns historiadores, é de Taubaté que se irradia a chamada cultura caipira, cultura essa que iria atingir todo o interior de São Paulo. O modo de vida simples do valeparaibano, desde a época da mineração, passando pelos tropeiros e seus muarens, pelo ciclo do café, iria formar uma cultura peculiar e genuinamente brasileira, refletida na vida simples, no amor à natureza, na música, na culinária, na religiosidade. Monteiro Lobato e Amâncio Mazzaroppi, filhos de Taubaté, eternizaram em seus personagens essa cultura.

Após São Paulo de Piratininga, surgiram ao longo do Vale do Rio Tietê, várias povoações que tiveram grande importância histórica no processo de ocupação do chamado sertão. É a época das grandes monções, que se utilizavam dos rios paulistas, para penetrar no sertão, atingindo terras de Mato Grosso.

Itu, por exemplo, foi um importante centro da política colonial no século XVIII, sendo que a cidade ainda guarda atualmente, os casarões daquele período histórico. De Porto Feliz, saíam muitas monções com destino aos sertões.

Já nas primeiras décadas do século XVIII, antes mesmo de o Capitão Antonio Correia Barbosa fundar oficialmente Piracicaba, em 1767, já havia nas margens do rio, a presença de sertanistas, como a família de Manuel Correa Arzão, desbravador dos sertões da Capitania de São Paulo (Monteiro, 1999). Uma próspera indústria de canoas, que eram utilizadas para a descida dos rios em direção ao sertão, foi a primeira atividade econômica do lugar. Piracicaba surge, então, como ponto estratégico de retaguarda ao Forte de Iguatemi, que era uma estratégica posição portuguesa na fronteira com o Paraguai (Pompermayer, 1998).

Até o final do século XVIII, Piracicaba era o último povoamento

no Interior. Dali para frente, era sertão e mata virgem. Alguns autores chamam esta região a partir da margem direita do Rio Piracicaba, como *Sertão de Araraquara* (Ferreira, 1957).

Estudando o Vale do Paraíba, vemos que Taubaté e Piracicaba têm muito em comum. Apesar de Taubaté ter surgido mais de um século antes, as duas cidades têm uma atmosfera diferente, pois são portadoras de uma cultura rica e de um folclore diversificado, sendo que ambas se espelham na cultura caipira. Essa cultura necessita ser preservada, propagada e estimulada, para que as futuras gerações não percam de vista suas origens.

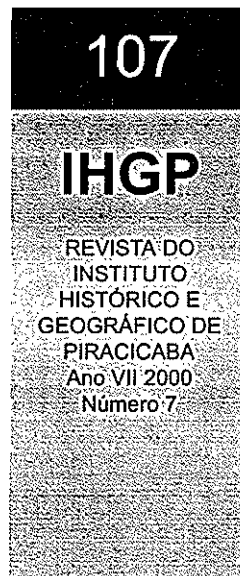
Este amor ao lugar e às coisas da terra, facilmente presente em cidades-ícones como Piracicaba, é explicado pelo geógrafo chinês naturalizado norte-americano Yi-Fu Tuan, na sua obra *Topofilia* (Tuan, 1980).

Atualmente, os processos de mundialização e de globalização econômico parecem que tendem a sufocar e a aniquilar as culturas regionais. Quando a viola caipira dá lugar à guitarra, quando o *cheesburger* substitui o feijão tropeiro, quando o *country* ultrapassa o caipira, é momento de refletirmos o que queremos para as futuras gerações.

Concluindo, sem a valorização de nossa cultura e auto-compreensão de nossas origens, não poderemos esperar por soluções duradouras para os nossos problemas, principalmente os educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* – IBGE, Rio de Janeiro, RJ, 1957.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Piracicaba 2010 projeta "cidade modelo"*. Edição de 05.08.2001, página C6, Caderno Campinas.
- MONTEIRO, Noedi. *Os 200 anos da morte de Morgado Mateus*, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, ano VI, no. 06, 1999.
- POMPERMAYER, Rosa Maria T. *Espaço Urbano de Piracicaba*. Trabalho de formatura. FAPESP/UNESP/IGCE, Rio Claro, SP, 1998.
- SALGADO, Plínio. *Como Nasceram as Cidades do Brasil*. 5ª edição, Editora Voz do Oeste, São Paulo, SP, 1978, 195 p.
- TUAN, Yi Fu. *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Difel, São Paulo/Rio de Janeiro, 1980, 288 p.



HISTÓRICO DA RUA DO PORTO

Hugo Pedro Carradore¹

1. Sócio Titular e Ex-
Presidente do IHGP.

Na primeira planta da cidade, que é de 1822, a atual Rua do Porto está assim descrita e com sete casas desenhadas toscamente: - "Da cerca ao portão adiante nomeado tem só cento e sessenta e cinco braças e tudo cheio de casas".

A cerca referida e assim também o portão, limitavam o terreno público, cujos lotes eram oferecidos aos cidadãos que se dispusessem a construir casas nos terrenos concedidos, dentro de um prazo determinado.

Desde o início foi chamada de - Rua da Praia - apresentando construções singelas habitadas por pessoas dedicadas à pesca, na época ocupação lucrativa

A sesmaria que entestava com o portão limitrofe, pertencia ao truculento Tenente-Coronel Teobaldo da Fonseca e Souza que teimava em impedir a passagem livre da margem do rio, alegando prejuízos em suas lavouras.

Desde os primórdios da existência da Câmara, os vereadores e autoridades civis travaram renhidas disputas com o poderoso sesmeiro. Já em 1823, um ano após a instalação da Câmara, a ata do dia 23 de julho registra o seguinte: - "um ofício do Coronel Teobaldo da Fonseca e Souza, para, no termo de vinte e quatro horas, tirar a porteira da Rua da Praia"...

Obviamente a Câmara entrou em brios e a luta do abre-e-fecha começou, entrando a questão na esfera de autorizações superiores.

Os nomes de alguns primitivos moradores dessa rua estão anotados na ata de 22 de outubro de 1825: - Policarpo Antonio e João Rodrigues de Ataíde, os quais requeriam lotes para ali se estabelecerem.

A decisão da Justiça demorou mais de um ano para solucionar a pendência do portão, pois veio às mãos da Câmara em 8 de novembro de 1826, mandando demolir a cerca que José Lauriano de Moraes, administrador do Tenente-Coronel, pusera na Rua da Praia, incluindo até portão. O Sesmeiro, contudo não se conformou com a determinação camarária, continuando na busca de seus supostos direitos.

Outra decisão judicial veio em dezembro de 1827, através do

108

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Meritíssimo Ouvidor da Comarca de Itu, favorável à Câmara, determinando a retirada da cerca e do portão.

O Coronel Teobaldo, porém, não se deu por vencido. Em petição dirigida ao Ouvidor, fez carga tremenda contra os vereadores, declarando que *sua propriedade foi invadida por uma gentilha revolucionária e inimiga da ordem*... *“que a Câmara era sua inimiga pessoal, procurando prejudicá-lo, com a concessão de datas em suas terras, quando dentro da Vila havia terrenos vazios. Citou artigos da Constituição que lhe garantiam o direito de propriedade e pedia ao Ouvidor que lhe fizesse justiça.*

A Câmara, por sua vez, desmentiu as alegações do Tenente-Coronel, declarando ser ele *um homem de péssima índole e furioso procedimento e por isso é que tanto tem vexado a Vossa Senhoria com imensos requerimentos, caluniando injustamente a esta Câmara.*

Em 1831, a Rua da Praia, servia de limite para a cobrança do imposto da décima, atual predial. Em 1833, aparece indicação de vereador, pedindo construção de ponte sobre um córrego que atravessava a Rua da Praia. Esse riacho, volumoso pelas águas, nascia nas proximidades do Colégio Assunção.

Interessante um relato da ata de 26 de janeiro de 1838. Diz, textualmente:

... O Sr. Braga (vereador) indicou que se acha intransitável a Rua da Barroca (XV de Novembro) que desse para a Rua da Praia, desde o quarteirão de Manoel Dias e José Joaquim Corrêa, até sair em dita Rua da Praia no fim, por causa das águas pesadas e mesmo ser o lugar pantanoso e, no princípio, por causa dos pescadores que até vão cavar para tirar minhocas, e que está de maneira que nem cavaleiros podem passar, quanto mais gente a pé e, entre os quarteirões de Manoel Dias e José Corrêa, está a rua em capoeirão que nem dá passagem, nem deixa conservar a rua enxuta; e sendo esta rua uma das principais que os moradores do rio abaixo necessitam para entrarem na Vila, por isso sou de parecer que se determine ao Fiscal que, em termo breve, acompanha aquela rua, fazendo os reparos e aterrados que forem necessários, obrigando os proprietários de terrenos naquela rua a trazerem suas testadas ao menos roçados. Outrosim, que se faça uma Postura, com as penas que pareçam convenientes para todos que fizerem buracos na rua, dentro dos limites da Vila para tirar minhocas, ou outro qualquer pretexto, que não seja para a formação de edifício ou tirarem formigas...

Com essa indicação, minhocas e formigas também mereceram entrar na história da cidade. Na mesma ata, há também referência a reses pesteadas e com bicheiras, destinadas ao consumo da população.

Na sessão do dia 11 de janeiro de 1847, discutiu a Câmara sobre a largura da Rua da Praia, caminho que era de doentes e outros, e que devia obrigatoriamente ter quarenta palmos.

Em abril de 1856, há referência a um esgoto feito por um tal Raposo, com anuência da Câmara, com a condição, porém, de fazer uma ponte e conservá-la.

109

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

A última vez que o nome da Rua da Praia aparece está na ata do dia 6 de abril de 1851. É evidente que seu nome tradicional continuou a ser usado por mais tempo, principalmente pela população ribeirinha.

O atual nome fixou-se em definitivo a partir da instalação de um porto à margem esquerda do rio, em razão da navegação regular do Piracicaba pela Companhia de Navegação Fluvial Paulista, no ano de 1874. É bom lembrar, ainda, que a atual rua Morais Barros também foi chamada de Rua do Porto.

BIBLIOGRAFIA

Almanaque Piracicaba – Hélio Morato Krähenbühl, Tipografia Paulista, Piracicaba, 1955

AZEVEDO, ME, **Apontamentos Históricos**, várias edições, SP.

GUERRINI, Leandro, **História de Piracicaba em Quadrinhos**, 1º vol., ed. IHGP, Piracicaba, 1970

NEME, Mário, **Piracicaba documentário**, Tipografia Paulista, Piracicaba, SP, 1936.

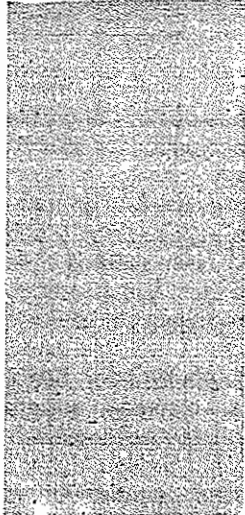
VON TSCHUDI, J. J., **Reisen Durch Sud América**, vol. V, Biblioteca Histórica Paulista, SP, 1954.

Atas da Câmara do Município de Piracicaba.

110

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII.2000
Número 7



FAZENDA MILHÃ - SUAS COLÔNIAS E O COLÉGIO SÃO LUIZ DE ITU

Fernando Ferraz de Arruda¹

A Fazenda Milhã, ao passar por muitas fases, se transformou em local muito aprazível, e de destaque.

As suas terras roxas produtivas davam mais segurança e influíram, positivamente, no ânimo dos colonos e moradores.

As casas eram relativamente boas e bem conservadas.

Uma fazenda grande, como a Milhã, necessitava de várias colônias: daí a existência da Colônia da Serra, perto da Serraria, Colônia do Palácio, Colônia do Orindiuva e Colônia do Campo, bem mais distante.

É compreensível que uma fazenda do porte da Milhã teria que possuir cocheira, *mangueira* para o gado, chiqueiro, máquina de beneficiar café, terreiro, moinho de fubá, água encanada, o sino, o telefone e eletricidade.

Em cada colônia morava um fiscal, ou melhor, um trabalhador de confiança da administração, com seu cavalo, e, por certo, também horário de trabalho para almoço e descanso.

Os trabalhadores melhoraram muito, com a chegada dos imigrantes estrangeiros.

O Colégio de São Luiz, de Itu

Segundo informações de Antônio Ferraz de Arruda Pinto, meu pai, que esteve lá internado, seu pai Bento, e outros parentes, esse colégio foi de uma importância muito significativa no desenvolvimento do Brasil. Em todos os setores da educação, da juventude brasileira, graças ao que seus alunos receberam de lá.

Ao atingir a idade de estudo, as crianças que podiam eram mandadas pelos pais, ao famoso Colégio de São Luiz, Itu. Lá eram internados. Esse Colégio era dos padres jesuitas, dedicados ao ensino. Seus alunos, bem orientados, frequentavam com muita base qualquer curso superior, e se formavam bem, com ótimo cabedal de conhecimentos. Razão, por que atraía alunos do Sul ao Norte do país. Os estudantes de Piracicaba, naquela época, enfrentavam dificuldades para chegar a Itu. Lá eram internados e só voltavam para casa dos pais nas férias de fim de ano.

1. Sócio Titular do IHGP.

111

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Meu pai mesmo foi internado lá, com a idade de nove anos. De acordo com informação dele, os alunos eram acordados às seis da manhã. Assistiam à missa em latim, antes do café.

A seguir as aulas, os jogos que adestravam e divertiam as crianças. Os alunos eram separados por idade. Cada grupo tinha o seu programa. Da nossa família, todos aproveitaram, com méritos esse Colégio. Antoninho Pinto e seus irmãos, José e Luiz, que faleceram mocinhos, todos os finais de ano, eram os que recebiam os melhores prêmios. Eram muito inteligentes.

O José Pinto de Almeida Ferraz, autor de um livro de poesia, *Ventarolas*, ainda possui um número, e dizem ser o primeiro editado em Piracicaba. O Dr. Samuel Neves, médico ilustre daqui de Piracicaba, foi colega de meu pai lá no Colégio. Meu tio Ricardo, fundou, quando Prefeito, a nossa Biblioteca Municipal. Tio Bentinho; se formou nas primeiras turmas da ESALQ e dela foi bibliotecário, nos primeiros tempos; depois foi para Lins, como Agrônomo.

O Colégio de São Luiz de Itu foi responsável pela boa formação de muitos piracicabanos, inclusive os de nossa família, razão por que fizeram bom trabalho na Fazenda Milhã.

Hoje o Colégio de São Luiz continua em São Paulo, transmitindo boa orientação aos jovens de agora, com certeza.

BIBLIOGRAFIA:

1. Revistas Anteriores do IHGP, Ano V, 1997, número 5, pág. 68
Ano VI, 1999, número 6, pág. 56.
2. Recordações de meu pai Antonio Ferraz de Arruda de Pinto, sobre o Colégio São Luiz de Itu.

112

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7



O ÚLTIMO CAPITÃO-MOR DE PIRACICABA

Marcelo Meira Amaral
Bogaciovas¹

É interessante conhecer, antes de mais nada, como se constituíam e o que significavam, afinal, as ordenanças e as milícias no Brasil, desde o século XVI, até serem substituídas pela Guarda Nacional, em 1831. Mas, ainda antes, as funções de capitão-mor se achavam esvaziadas e divididas entre novos cargos criados, como o de juiz de paz, prefeito e chefe de polícia. As ordenanças (denominadas tropas de segunda linha) e as milícias (tropas de terceira linha) eram auxiliares das tropas pagas (tropas de primeira linha).

Por determinação do Rei de Portugal D. Sebastião, o Desejado, deu-se origem às tropas de segunda linha, no ano de 1570, através do *Regimento das Ordenanças*, com o fim precípua de ser uma das bases da administração portuguesa e valia para todo o Reino e, é claro, para o Brasil. Apesar de várias mudanças que se deram ao longo do tempo, pode-se dizer que, resumidamente, as ordenanças eram formadas por elementos da população civil da própria vila que não perdiam o *status* de civis ao servirem às ordenanças. As ordenanças se dividiam em companhias. Estas, por sua vez, compreendiam um espaço físico, que poderia ser um ou mais bairros ou freguesias. As ordenanças eram responsáveis pela ordem interna da vila e seus membros, soldados e oficiais, não recebiam nenhum tipo de vencimento; entretanto, servir às ordenanças era motivo de orgulho não apenas para seus ocupantes, mas para sua família e uma maneira de ascender à nobreza e de obter futuras benesses do Governo, como por exemplo terras em sesmaria.

O preenchimento de postos da oficialidade obedecia ao seguinte critério: a câmara da vila elegia três nomes para cada posto vacante, escolhidos entre os chamados homens bons, oriundos das famílias mais influentes da localidade. Baseado nessas informações e em outras consultas, o governador da capitania escolhia um da lista tríplice e o nomeava, por meio de carta patente, sujeita, entretanto, à confirmação do Rei de Portugal. O que, não ocorrendo dentro do prazo de um ano, ela se tornaria nula. Esta situação ocorria com alguma frequência, simplesmente pela falta de tempo ou de interesse por parte dos nomeados que, por vezes, nem chegavam a pedir confirmação. Pode-

1. Sócio Correspondente do IHGP.

113

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

riamos dividir os oficiais em superiores e inferiores. Os superiores se compunham de um **capitão-mor**, a maior autoridade da vila, chefe supremo das ordenanças, um **sargento-mor** (que substituíam o capitão-mor nas suas ausências) e de **capitães**, que eram os comandantes das companhias; eventualmente um capitão era comandante de mais de uma companhia. Os postos existentes na classe de oficiais inferiores variavam de acordo com a época e com a necessidade quanto ao número de comandados; em geral se compunham de **tenentes**, **ajudantes** e **alferes**.

Quanto à soldadesca, os que não se rendiam às obrigações de leais servidores da Coroa, acabavam assentando praça muitas vezes forçados pelo poder do capitão-mor ou do governador, que poderiam estabelecer uma cota por família e para esta incumbência se serviam das famosas listas das ordenanças (hoje depositadas na Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, onde vêm nomeadas como maços de população). Os soldados poderiam, por merecimento, ser promovidos a cabos e sargentos, escolhidos pelos oficiais inferiores e nomeados pelo capitão-comandante da companhia, sujeitos à aprovação do capitão-mor.

Figura esquecida pela historiografia local, **Estêvão Cardoso de Negreiros** foi o último capitão-mor da vila de Piracicaba, eleito que fora pela sua câmara a 12 de maio de 1828. Além de ser a maior autoridade da vila, civil e militar, quais eram as suas atribuições? Enquanto que a autoridade religiosa era o vigário da vila e o povo (livre) se fazia representar pela câmara (através dos seus vereadores), o capitão-mor era o braço direito do governador na vila, em termos de administração, de polícia e de justiça. Por sua vez, o governador era o braço direito do próprio Rei de Portugal. Eis uma parte das responsabilidades do capitão-mor: a supervisão da arrecadação e administração da Real Fazenda, do controle dos quintos reais, registro nas divisões de circulação de mercadorias, provendo o mesmo posto de soldados, pôr em praça pública a concorrência da cobrança das passagens dos rios, realização anual de uma relação de todos os moradores da vila (recenseamento com fins militares e econômicos), fiscalizar a câmara para que os moradores se ocupassem da construção e de reparos nas suas casas, construção e manutenção das estradas que se ligavam à vila, etc. E na Justiça, promover a concórdia dos moradores debaixo de sua autoridade e castigar os que cometessem delitos.

O período tratado é substancialmente importante porque marca o fim da era das ordenanças e das milícias e também o fim dos capitães-mores como responsáveis maiores pelas vilas. Esse sistema de governo, implantado desde o século XVI no Brasil, com relativo sucesso, perdurou alguns anos após a Independência, em 1822. O nóvel governo de D. Pedro I, pretendendo realizar alterações profundas na administração, provocou o caos com o fim daquele sistema secular. Sem a autoridade do passado, pipocaram revoluções nas vilas e nas províncias. Substituindo aquelas tropas, novamente constituída por homens cidadãos, a Guarda Nacional demorou muito a ser formada e era uma tropa de elite com muitos oficiais e poucos soldados. Ironicamente se poderia dizer de um amontoado de caciques sem índios...

114

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Seus antepassados

O Capitão-Mor Estêvão Cardoso de Negreiros nasceu cerca de 1781 na vila de Meia Ponte (Capitania de Goiás), atual cidade de Pirenópolis, onde teria sido batizado¹. Apesar de goiano e de ter saído de sua terra já contando oito anos de idade, era paulista pelos quatro costados. Seu pai, Lourenço Cardoso de Negreiros², era natural da vila de Itu, onde fora batizado³ a 17 de abril de 1736 na sua igreja matriz, e era casado⁴ com D. Maria Leite de Araújo⁵, nascida cerca de 1759 na freguesia de Santa Cruz de Goiás, onde foi batizada; era neto por parte paterna de outro Estêvão Cardoso de Negreiros⁶, nascido na vila de Itu, onde foi batizado a 18 de agosto de 1711 na sua igreja matriz, falecido a 11 de junho de 1779 na mesma vila de Itu, com testamento, e de sua mulher (casados a 2 de dezembro de 1731, na matriz de Itu) D. Maria de Sampaio⁷; neto por parte materna de Antônio de Godoy Moreira Leite (que antes se chamava Antônio de Araújo Ferraz⁸), nascido por volta de 1722 em Pindamonhangaba, morador em Meia Ponte, onde possuía um sítio denominado *Baião*, hoje em terras do município de Corumbá (de Goiás), distante três léguas da matriz de Meia Ponte, a igreja de N.S^a do Rosário, falecido, no estado de viúvo, com testamento solene, a 17 de março de 1805 em Meia Ponte, tendo sido sepultado na igreja matriz e de sua mulher⁹ Ana Leite de Siqueira, ou Ana de Siqueira Leite, natural de Santa Cruz de Goiás, então capitania de São Paulo.

A mãe de Estêvão, D. Maria Leite de Araújo, era prima irmã do Frei Antônio de Santana Galvão, beatificado pelo Vaticano em outubro de 1998, quando se tornou o primeiro beato brasileiro, de nascimento.

Cerca de 1789, quando Meia Ponte atravessava séria crise, provocada pelo esgotamento das minas auríferas, Lourenço e sua família transferiram residência para Itu, mais exatamente para o bairro de Itapucu. No recenseamento de Itu de 1790, constou que Lourenço possuía um engenho de açúcar e 19 escravos e era morador no bairro de Itapucu (6^a esquadra), com três filhos: Estêvão, de 8 anos, Francisco, de 4 e Ana, de 1. Fazem parte dos censos seguintes, de 1791, 1792, 1793, 1794, 1796 e 1798, sempre moradores no bairro de Itapucu. No de 1798, como senhor de engenho, com 22 escravos, produziu 800 arrobas* de açúcar fino, 200 do redondo e 50 do mascavo, tendo feito 30 canadas de aguardente. Por morte de Lourenço, fez-se o auto de inventário¹⁰ a 10 de junho de 1803 em Itu. D. Maria Leite sobreviveu muitos anos ao marido, tendo falecido¹¹ (lançado após abril de 1839) a 29 de março de 1839 em Rio Claro, para onde se transferira acompanhando seu filho o Capitão-Mor Estêvão.

Viúva, D. Maria Leite ficou à testa dos negócios e do engenho de açúcar. No recenseamento de 1809 de Itu, sua propriedade fazia parte da companhia de ordenanças do Capitão Felipe de Campos; senhora de engenho, com 22 escravos, produziu 400 arrobas do açúcar fino, e 100 do redondo. No censo de 1810 em Itu, senhora de engenho, com 16 escravos, produziu 200 arrobas de açúcar fino, 60 do redondo e 40 do mascavo. No ano de 1811, senhora de engenho, com 22 escravos, produziu 300 arrobas do açúcar fino, 60 do redondo

1. Seu batizado não foi trasladado no processo de banhos que se fez por ocasião de seu primeiro casamento. Tampouco foi localizado nos livros paroquiais de Pirenópolis.

2. SL, III, 525.

3. L^o n^o 2 de batizados de Itu, fls. 165.

4. Casaram-se a 13 de abril de 1779 na matriz da freguesia de N.S^a do Rosário de Meia Ponte, fls. 43-v).

5. SL, II, 550.

6. NPHG, II, 210; SL, III, 525.

7. SL, IV, 267.

8. Revista Genealógica Brasileira/Instituto Genealógico Brasileiro, ano I, n^o 2, p. 427.

9. Casados no ano de 1755 em Pindamonhangaba.

10. Museu Republicano Convenção de Itu, ano de 1803. Infelizmente seu processo está bastante danificado, com as páginas coladas, não sendo possível sua leitura.

11. L^o n^o 1 de óbitos de Rio Claro, fls. 42-v.

* 1 arroba = 14,7 kg, aproximadamente, valor hoje geralmente considerado de 15 kg.

115

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

12. DAESP, nº de ordem 78, Maços de População de Itu.
13. DAESP, nº de ordem CO 9868, Bens Rústicos de Itu, lançamento nº 54.
14. Lº nº 33, fls. 152 a 153, 1º Cartório de Notas de Itu, sob a guarda do Museu e Arquivo Histórico Municipal de Itu e depositado na Biblioteca Municipal Professor "Olavo Valente de Almeida".
15. DAESP, nº de ordem 371, Lº nº 29 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 213-v.
16. DAESP, nº de ordem 372, Lº nº 31 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 7-v.
17. DAESP, nº de ordem 372, Lº nº 32 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 254.
18. DAESP, nº de ordem 378, Lº nº 47 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 17.
19. DAESP, nº de ordem 373, Lº nº 34 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 172.
20. DAESP, nº de ordem 374, Lº nº 36 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 90-v.
21. DAESP, Estante, Lº nº 41 (1º) de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 173-v.

e 40 do mascavo, tendo feito 20 canadas (53,2 litros) de aguardente. No censo de 1812 em Itu, senhora de engenho, com 18 escravos, produziu 180 arrobas de açúcar alvo, 40 do redondo e 15 do mascavo, tendo feito 12 canadas (31,9 litros) de aguardente. No ano de 1817, esta foi a produção da fazenda da viúva D. Maria Leite, conforme os censos de Itu¹²: 260 arrobas do açúcar alvo, 100 arrobas do açúcar redondo, 20 arrobas do açúcar mascavo; fazia 25 canadas (66,5 litros) de aguardente e plantava mantimentos para seu gasto, com a ajuda de 10 escravos. A propriedade de D. Maria Leite de Araújo foi arrolada no Tombamento¹³ dos Bens Rústicos da vila de Itu, que se fez na vila de Itu no ano de 1818, como senhora da fazenda Itaguaçava, onde residia, adquirida por herança, medindo 600 braças de testada por 1.500 braças de fundo (cerca de 180 alqueires paulistas, isto é, 435,6 hectares), com engenho e fábrica de açúcar; plantava canas e mantimentos; possuía 20 escravos. A 27 de fevereiro de 1835, na vila de Itu, em suas casas de morada, sendo tabelião Joaquim Pinto de Arruda, D. Maria Leite de Araújo passou escritura¹⁴ de venda de umas terras no bairro de Apotrebu, em Itu, pela quantia de 3:200\$000, isto é, 3,2 milhões de réis. Essas terras ela possuía por título de arrematação em uma execução movida ao defunto Inácio Gonçalves, cujos campos partiam da parte de baixo com terras do sítio do Pau d'Alho, pertencente à família de Carlos Mariano, na barra de um córrego que fazia barra com o rio Tietê, no lugar denominado Taboão, a rumo do sudoeste até entestar com as terras pertencentes ao Convento do Carmo; na parte de cima partia com terras de Pedro Leme e terras da agora compradora (D. Maria Leite do Amaral), começando da barra do córrego que deságua no Tietê no lugar do Morro Vermelho, daí a rumo do Sudoeste até entestar nas mesmas terras do Convento do Carmo.

A carreira miliciana

Fez carreira nas tropas milicianas, denominadas de segunda linha das forças militares do Brasil e de Portugal. Embora não fosse militar, já que não recebia soldo algum, gozava de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que os postos militares ofereciam. Já aos 18 anos de idade, a 16 de julho de 1798, recebeu carta patente¹⁵ de alferes da Companhia de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Milícias de Sertanejos da vila de Itu. A 10 de maio de 1802 foi promovido¹⁶ a tenente da 1ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria Miliciana de Sertanejos da vila de Itu. Por não mandar confirmá-la, recebeu novamente carta patente¹⁷ de tenente a 16 de dezembro de 1806, confirmada¹⁸ que foi a 20 de agosto de 1808, pelo Príncipe Regente D. João. A 16 de outubro de 1810 foi promovido¹⁹ ao posto de capitão da 2ª Companhia do Regimento de Infantaria Miliciana de Sertanejos da vila de Itu, patente confirmada²⁰ a 15 de maio de 1811, da cidade do Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente D. João. Finalmente, a pedido, foi reformado por patente real²¹ a 12 de março de 1819, pelo Rei D. João VI. Em parte, sua folha corrida vem transcrita nos Livros Mestres dos Regimentos de Infantaria dos Úteis e dos Sertanejos de Itu²², dos quais constou

116

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

que obteve licença de um ano em abril de 1805, por despacho do Senhor General, com prorrogações. Mais adiante, obteve nova licença, até 14 de dezembro de 1815.

Homem de negócios

Logo após o primeiro casamento, Estêvão e sua mulher viveram inicialmente na cidade de São Paulo, constando dos maços de população nos anos de 1804 e 1805, sempre recenseado²³ na 2ª Companhia, observando-se que ele vivia do seu negócio de fazenda seca e possuía 6 escravos. Na qualidade de cidadão atuante de São Paulo, ingressou²⁴ a 8 de setembro de 1805 na Irmandade de São Miguel e Almas (Paróquia da Sé). No ano de 1808 já aparece nos recenseamentos de Itu, como administrador dos dízimos da dita vila, possuindo 11 escravos; em 1809, já viúvo, administrador dos dízimos, com 16 escravos. No ano de 1810, nos censos de Itu, consta como administrador dos dízimos e como senhor de 16 escravos. Não constou como administrador do censo de 1811. No ano de 1814 ocupava a vereança²⁵ de Itu.

Casado segunda vez, manteve residência em Itu, constando do censo de 1813; era senhor de engenho, com 10 escravos, e produziu 300 arrobas do açúcar alvo e 100 do redondo, tendo feito 20 canadadas (53,2 litros) de aguardente. Apareceu recenseado²⁶ no ano de 1817, na 3ª Companhia, no bairro de Pirapitingüi, com produção de 100 arrobas de açúcar alvo, 50 arrobas do açúcar redondo e 30 arrobas do açúcar mascavo (deixava 8 arrobas para o seu gasto), com 20 escravos.

Presença em Piracicaba

No ano de 1822 transferiu residência para a região de Piracicaba, aparecendo naquele ano de 1822 no recenseamento da freguesia de Piracicaba (então vila de Porto Feliz), na 5ª esquadra, como senhor de engenho, com a seguinte produção: 250 arrobas de açúcar branco, 500 alqueires de milho, 70 alqueires de feijão e 23 alqueires de arroz; trabalhavam em sua propriedade 21 escravos. No ano de 1826²⁷, recenseado na 1ª Companhia, produziu 600 alqueires* de milho, 60 alqueires de feijão, 50 alqueires de arroz e 20 arrobas de algodão, com 26 escravos. No ano de 1828²⁸, como senhor de engenho e lavrador, com 23 escravos, produziu 200 arrobas de açúcar branco, 80 arrobas de açúcar redondo e 20 arrobas do açúcar mascavo, tendo colhido 300 alqueires de milho, 87 alqueires de feijão, 20 alqueires de arroz e 16 arrobas de algodão; possuía 50 cabeças de gado de criar, 8 cabeças de animais cavalares e 150 cabeças de porcos, tudo para seu consumo.

Por diversas vezes foi encarregado da abertura e conservação de estradas na região. Assim, a 29 de junho de 1823, segundo se depreende da sessão da câmara, era o responsável por Piracicaba (HPQ, I, 133). Em outra sessão da câmara piracicabana, a 16 de outubro de 1824, era encarregado (AHRC, 13) de abrir uma estrada para Corumbataí. Quando Rio Claro foi elevada a freguesia, a 9 de dezem-

22. DAESP, nº de ordem 446, Lº nº 270, fls. 3-v, 4, 7-v e 8.

23. DAESP, nº de ordem 33, Maços de População de São Paulo.

24. ACMSP, Lº 2-3-46, de assento de Irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas (Paróquia da Sé), fls. 36 (35 do original).

25. DAESP, nº de ordem 293, Ordenanças de Itu (1800-1821).

26. DAESP, nº de ordem 78, maços de população de Itu.

27. DAESP, nº de ordem 141, maços de população de Porto Feliz.

28. DAESP, nº de ordem 141, maços de população de Porto Feliz.

* 1 alqueire volumétrico = 36,27 litros

* 1 braça = 2,20m.

* 1 alqueire paulista = 2,42 ha.

117

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

29. DAESP, nº de ordem 453, Lº nº 294 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 43.

30. DAESP, nº de ordem 453, Lº nº 295 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 55-v.

31. FERRAZ, José Romeu. *História do Rio Claro*. São Paulo: Typographia Hennies Irmãos, 1922, p. 17.

bro de 1830, seu nome foi lembrado (AHRC, 20) para acertar as divisas de Rio Claro com Limeira. Na sessão (HPQ, I, 210) de 7 de dezembro de 1831, residindo em Campinas, por estar molesto, Estêvão Cardoso, pediu dispensa do cargo de inspetor de estradas, indicando para substituí-lo seu cunhado Antônio José da Silva. Foi indicado por Vergueiro (AHRC, pp. 24-25), em 1º de janeiro de 1836, ao Presidente da Província de São Paulo, para encarregá-lo da construção da estrada para Rio Claro, *que já disto tem uso, e de boa conta*. Finalmente, na sessão (HPQ, I, 252) da câmara de Piracicaba de 8 de janeiro de 1836, ele e Francisco de Paula Camargo foram nomeados para integrar uma comissão para orçar uma ponte no rio Corumbataí.

Achando-se vago o posto de sargento-mor das Ordenanças, a câmara piracicabana elaborou, a 10 de dezembro de 1823 (HPQ, I, 140), uma lista tríplice para o cargo. Feita a eleição, Estêvão, então capitão de milícias reformado, ficou em primeiro lugar. O Governo Provisório passou carta patente²⁹ a 12 de janeiro de 1824, confirmada³⁰ posteriormente a 19 de agosto de 1824, na cidade do Rio de Janeiro, pelo Imperador D. Pedro I. Tomou posse (HPQ, I, 155) do posto a 26 de dezembro de 1824, em sessão da câmara de Piracicaba, substituindo a Domingos Soares de Barros, reformado nesse posto por moléstias e idade avançada. Por morte (HPQ, I, 173) de João José da Silva, capitão-mor de Piracicaba, a 7 de março de 1828 na vila de Campinas, a câmara piracicabana fez eleição para novo capitão-mor das ordenanças da vila, sendo Estêvão eleito (AHRC, 17; HPQ, I, 174) em primeiro lugar na lista tríplice a ser encaminhada ao Presidente da Província de São Paulo.

Eleição do posto de capitão-mor, a 12 de maio de 1828, pela câmara da vila de Piracicaba³¹:

Ano Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e oito, sétimo da Independência e do Império, aos doze de Maio do dito ano nesta Vila da Constituição da Fidelíssima Comarca de Itu, em casas de residência do Ministro Ouvidor pela Lei Antônio Corrêa P. e Silva, onde vim eu escrivão interino da Ouvidoria adiante nomeado, e sendo aí presente a câmara atual, vereadores e procurador para o efeito de se proceder a nomeação de capitão mor, em virtude da Portaria do Exmº Presidente desta Província, de 16 de abril do corrente ano, comparecendo os ditos vereadores Bento Manuel de Moraes, Antônio Franco do Amaral, João Morato de Carvalho e Procurador Inácio Francisco do Amaral, aos mesmos propôs ele Ministro elegerem três homens com todos os requisitos da Lei e que estivessem na circunstância de um deles poder ocupar o posto de capitão mor desta vila, e foi por todos unanimemente eleito em primeiro lugar ao Sargento Mor Estêvão Cardoso de Negreiros tanto por ter servido no Corpo de Milícias no posto de capitão, além dos anos determinados pela Lei que prefere os oficiais milicianos a outros quaisquer para exercer este posto, como por concorrer nele os mais predicados e requisitos que recomendam as leis.

E para constar ele Ministro mandou lavrar o presente auto. Eu, José de Freitas Lado de Cristo, escrivão interino da Ouvidoria escrevi.

118

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Antônio Corrêa P. e Silva, Bento Manuel Moraes, Antônio Franco do Amaral, João Morato de Carvalho, Inácio Andrade Amaral Gurgel.

Transferência para Rio Claro

Já na fase madura, optou por transferir residência para Rio Claro, então denominada Morro Azul, dentro dos limites de Piracicaba, tornando-se um dos mais ativos agentes propulsores da nascente povoação, podendo ser considerado o seu principal fundador. Naquele momento, por certo, não poderia tomar as rédeas de qualquer movimento pela independência de Rio Claro justamente pelo fato de ser a maior autoridade de Piracicaba. Entretanto, nada se fazia sem a sua direta participação e sua residência sediava as reuniões mais importantes. Era a alma viva da nascente localidade, ao lado de outros próceres, como Manoel Paes de Arruda, Antônio Paes de Barros (depois Barão de Piracicaba), o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o qual possuía a fazenda Ibicaba, onde desenvolveu interessante substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado dos colonos europeus. Foi um dos signatários (AHRC, 16) do pedido de criação de capela curada, endereçada no ano de 1826 ao Bispado de São Paulo. Passou-se provisão (AHRC, 17) de capela curada a 8 de maio de 1827, oficializada apenas a 20 de junho do mesmo ano. Em sessão da câmara da vila de Piracicaba (AHRC, 17) a 23 de março de 1828, foi designado para o cargo de 1º juiz de paz de Rio Claro, ainda na categoria de capela curada, a Estêvão Cardoso, com mandato até 1834. A 9 de dezembro de 1830 o Governador da Província de São Paulo, Visconde de Alcântara, assinou a elevação (AHRC, pp. 18-19) de Rio Claro à condição de freguesia. Somente a 19 de janeiro de 1832 foi criada³² freguesia nas leis canônicas. Foi elevada (AHRC, 30) a vila a 7 de março de 1845, sancionada por decreto da Assembléia Legislativa.

Foi um dos organizadores (AHRC, 21) da *Sociedade do Bem Comum*, criada por iniciativa de 28 homens dos mais ilustres de Rio Claro, em casa de Estêvão (Av. 3, prédio nº 20). É oportuno recordar as palavras do Dr. Zulmiro Ferraz de Campos na conferência³³ que pronunciou no Teatro Variedades da cidade de Rio Claro, em 20 de julho de 1927:

... os homens bons de S. João do Rio Claro, trabalhando para si mesmos, não se esqueciam de levar adiante o nobre desideratum que tinham em vista.

"Vendo os tristes lavradores que nenhum poder público os auxiliava no seu nobre afã, tomados de ânsia, cheios de iniciativa, empreendedores, com aqueles característicos que assinalam os paulistas de raça, resolveram a fundação da Sociedade do Bem Comum. Esta sociedade, que durou uns 6 ou oito anos, tinha por escopo, como seu nome indicava, tudo quanto viesse trazer uma parcela de conforto moral e religioso, ou um pouco de comodidade física aos povos da nascente cidade. Assim a nobre associação tratou de constituir um patrimônio de terras para a povoação, da edificação de uma verdadeira igreja, da abertura de ruas e suas denominações, de pugnar pela moralidade

32. ABIB, Jamil Nassif. *Manifestações da Fé*. In: *Rio Claro Sesquicentenária*. São Paulo: IMESP/ Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga". 1978. p. 313.

33. CAMPOS, Zulmiro Ferraz de. *Centenário de Rio Claro*. Rio Claro: Typ. Conrado. 1929.

119

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

34. Havia solicitado ao primo e amigo Luiz Carlos Sampaio de Mendonça, historiador local, recentemente falecido, que pesquisasse notícias sobre esta possível estada de Estêvão em Santos. Nada foi encontrado.

35. Era goiano, natural de Meia Ponte. Como se transferira criança para Itu, nasceu daí a confusão sobre a sua pátria.

publica, pela instrução e por tudo quanto pudesse interessar ao bem da comunidade.

Tivemos em mão o livro de atas dessa digna sociedade, o qual se guardava na nossa Câmara Municipal, em época que exercemos o mandato de vereador; mas, quando em 1907, andamos rebuscando os arquivos já lá não o encontramos por mais que procurássemos. Era um livro de papel de Holanda, folhas sem pauta cozidas como autos, e tinha mais ou menos umas 50 páginas escritas.

Quase todas as atas foram lavradas pelo punho do Capitão Mor Estevão Cardoso de Negreiros, com boa caligrafia, com a gramática e estilo da época. Nesse livro pudemos apreciar as assinaturas de muitos dos nossos antepassados fundadores de Rio Claro. Entre esses antigos pró-homens, é de justiça destacar o Capitão Mor Negreiros, que parece ter sido a alma mater de todo o movimento da Sociedade do Bem Comum, assim como o inolvidável Padre Delfino – o vigário. O Capitão Mor Negreiros era um homem de adiantada instrução para a época, já tinha militado no tempo da Independência, comandando um destacamento na Fortaleza da Barra de Santos, onde a 6 de setembro de 1822, véspera do grito do Ipiranga, recebera a visita³⁴ do príncipe regente D. Pedro de Alcântara. E dessa visita consta a ordem do dia do comando que Sua Alteza, na revista de mostra que passara, mandou elogiar o Sargento Mor Estevão Cardoso de Negreiros, pela ordem, asseio e disciplina que observara, dignando-se também Sua Alteza aceitar uma pequena refeição na dita fortaleza. João Negreiros de Almeida Prado, descendente do insigne varão, possui os documentos em que haurimos estes informes. Não era, pois, Estevão Cardoso, um capitão mor caipira, sem o traquejo das cidades civilizadas, e sim um verdadeiro e ilustre capitão. Não possuía grandes bens de fortuna e nem escravos índios, como alguém disse, mesmo porque a época já não comportava a escravização dessa raça, mas poucos cativos, dos da raça de Guiné, cultivavam a sua fazenda ali para as bandas do atual Santo Inácio. Residindo em Rio Claro desde os primórdios da sua fundação, para cá se transportara de Itu, sua pátria³⁵, com todo o seu clã, composto de filhos, parentes, agregados e escravos, e daqui não mais saiu, estando enterrado, segundo ouvimos dizer, na nossa igreja matriz.

Ora, dadas as qualidades do ilustre varão, e porque ele daqui não arredasse, é natural que exercendo também cargo público, se pusesse à frente de todos os empreendimentos em prol de Rio Claro. O Major Antônio Paes de Barros se bem que aparecesse por aqui, residia em Itu e estava quase sempre ausente; Andrade residia em sua fazenda hoje denominada Santana, a qual pertenceu à Baronesa de Jundiá, e que fez parte do município de Limeira; Paes de Arruda talvez tivesse morrido pois não mais vimos o seu nome nos documentos; o alferes José Ferraz de Campos, barão de Cascalho, mandara construir um sobradão,, mas nunca veio aqui morar continuando a residir na sua fazenda do Cascalho, município de Limeira, de cuja cidade fora um dos fundadores em 1824; Costa residia em Jundiá; os outros mais também nem sempre podiam estar à frente das cousas da

120

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

novel povoação e, porisso, todo o serviço recaía sobre Estevão Cardoso e Padre Delfino. Desse modo, estes dois grandiosos vultos destacam-se nos tempos heróicos da nossa terra.

A Sociedade do Bem Comum fez tudo quanto estava a seu alcance e ainda tomava a seu cargo deveres inerentes às câmaras municipais.

Ela como que ensinava ao povo a prática do regime administrativo de um modo liberal e democrático, preparando-o para a vida municipal que em breve havia de vir....

A povoação cresceu, tornou-se rica e próspera a ponto de chamar a atenção dos poderes dirigentes, somente com a boa vontade, o espírito de solidariedade e o esforço dos seus habitantes: o Rio Claro fez-se por si mesmo....

Todavia, se a Sociedade do Bem Comum adormecera, se Estevão Cardoso de Negreiros estava velho e alquebrado ou já desaparecera dentre os vivos, se os seus antigos companheiros não mais o auxiliava, novos vultos mais moços surgiram juntamente com os seus filhos que estavam homens...

Já se achava instalado em Rio Claro, no bairro do Passa Cinco, onde possuía cerca de meia légua em quadra (450 alqueires paulistas, isto é, 1089 hectares, de terra), recebendo da câmara piracicabana, a 4 de fevereiro de 1830, autorização para pôr negócio e vender todo o gênero do seu engenho. Através dos índices dos arquivos cartoriais de Itu, incompletos, descobriu-se apenas uma escritura de terras em seu nome, no ano de 1825 (L^o 26, fls. 109), quando adquiriu terras na freguesia de Piracicaba, no rio Corumbataí, de Francisco Galvão de Barros França e de sua mulher Ana de Barros Leite; entretanto essas folhas não se encontram no livro respectivo.

Através de outra escritura, também no rio Corumbataí, onde os outorgantes eram os mesmos Barros França e mulher, em uma venda que se fez ao Reverendo Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, a 5 de junho de 1832, na vila de Itu, depreende-se que essas terras do rio Corumbataí foram obtidas por carta de sesmaria. Essa sesmaria foi passada³⁶ a 25 de setembro de 1816, da cidade de São Paulo, pelo Governador da Capitania, o Conde de Palma, para vários requerentes, todos parentes e moradores na vila de Itu, a saber: Capitão Francisco Galvão de Barros França, Agostinho de Camargo Penteado, Padre José Galvão de França, Alferes Francisco Xavier de Barros França, D. Maria Dias Leite e Antônio Galvão de França. As terras, com três léguas de testada e uma de sertão (cerca de 2700 alqueires paulistas, ou 6534 hectares) ficavam na freguesia de Piracicaba, na paragem do rio Corumbataí, onde Agostinho já tinha uma posse que houve de Bento José Ribeiro, fazendo pião no salto grande do mesmo rio.

No censo³⁷ realizado em Rio Claro em 1835, vem qualificado como sub-prefeito; com a ajuda de 40 escravos produziu 600 arrobas de açúcar branco e 100 do redondo, 720 alqueires de milho e 150 de feijão.

Por morte de Estevão Cardoso se fez acordo amigável de parti-

36. DAESP, nº de ordem 376, L^o nº 39 de Sesmarias, Patentes e Provisões, fls. 105-v a 106-v.

37. DAESP, nº de ordem 142, Maços de População de Piracicaba.

121

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

38. Fórum de Limeira, Cartório do 1º Ofício, gaveta nº 19.

39. Morador em Rio Claro, historiador e genealogista, foi casado com uma descendente do Capitão Mor Estêvão Cardoso de Negreiros.

40. Transcrito em *Rio Claro: Coletânea Histórica*. Piracicaba: Ed. Franciscana, 1977. p. 145.

41. ACMSP, códice 1-2-17, Lº de casamentos da Sé de São Paulo, fls. 173-v, quando se estava a lançar o ano de 1805.

42. SL, I, 212; BROTERO, Frederico de Barros. *A Família Jordão e seus afins*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna, 1948, p. 169.

43. ACMSP- processo nº 7-42-2954, de dispensa matrimonial, fls. 1 em diante.

* Um palmo valia cerca de 22 cm.

lhas³⁸ a 29 de maio de 1846 na vila de Limeira, sendo inventariante a viúva D. Bárbara de Almeida Paes. De bens de raiz foram avaliados um sítio e terras no bairro de Passa Cinco, com casas de morada, casas de engenho, armazém e paiol (por 3:400\$000), um lanço de casa e terreno com taipa na esquina do pátio da Matriz (por 500\$000), um terreno, cujos fundos partiam com João da Fé, na vila de São João do Rio Claro (por 50\$000), quarenta palmos* de terreno no pátio da Matriz, nos quais se achava a casa de morada do herdeiro Lourenço Cardoso de Negreiros (por 20\$000) e uma porção de terras no Lambari (por 70\$000). Foram avaliados 51 escravos. O monte mor avaliado foi de 25:677\$600, cabendo a cada um dos seis herdeiros, seus filhos, a quantia de 2:139\$800. À viúva coube o sítio e o lanço de casa no pátio da Matriz.

Sobre o Capitão Mor Estêvão escreveu Oscar de Arruda Pentead³⁹, em setembro de 1951, na Revista *Idéia*, um interessante artigo⁴⁰ sob o título "*Mais vale um capitão-mor*":

Morava este venerando chefe numa casa no Largo da Matriz (onde hoje se encontra a residência do Dr. Epaminondas Colli), uma casa térrea, estilo da época, com seus enormes beirais e grande área ao lado, descoberta, onde todas as tardes descansava o capitão mor, numa rede, aos acordes de seu inseparável violão.

Conta-se que, certa tarde, à porta da Igreja Matriz, houve uma briga que se degenerou e envolveu a maioria dos presentes; a polícia estava impotente para acalmar os ânimos e o conflito crescia cada vez mais!

Chamaram às pressas o Capitão Estevão, ele como sempre, repousava em sua rede.

Solícito, deixa o violão e corre em mangas de camisa para a Igreja; ali chegando censura asperamente os exaltados, que com a sua presença se acalmaram, pondo fim à contenda; a sua personalidade impunha respeito! O povo, acatava-o.

Satisfeito e sorridente, o capitão mor ao retirar-se disse em voz alta: 'Mais vale um capitão-mor em mangas de camisa que essa polícia aí armada'.

A família do capitão-mor

Estêvão casou-se⁴¹, primeira vez, sem deixar filhos, a 4 de outubro de 1804, na cidade de São Paulo, na capela de Santo Antônio, com D. Francisca Emília Rodrigues⁴². Antes, requereram banhos no mesmo ano de 1804 na cidade de São Paulo; neste processo⁴³ Estêvão declarou ser natural da freguesia de Meia Ponte de Goiás, bispaço do Rio de Janeiro e que fora, acompanhando seus pais, de menor idade para a vila de Itu com a idade de mais ou menos oito anos, tornando-se freguês de Itu. Pediam licença para que o matrimônio se realizasse na capela de Santo Antônio, sendo-lhes passada provisório para se casarem *antes de sair o sol*. Entre os noivos havia uma diferença de idade pouco comum à época: ela, com 30 anos e ele com 23, ou seja, ela era 7 anos mais velha que ele.

D. Francisca era natural da cidade de São Paulo, onde foi bati-

122

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

zada a 25 de fevereiro de 1774, na Sé, tendo por padrinho o Padre Manoel Mendes de Almeida, vigário de Santana de Parnaíba. Era filha órfã do português Manoel Rodrigues Jordão e de sua mulher Ana Eufrosina da Cunha e irmã do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão⁴⁴, influente político do Primeiro Império, que tirou brasão d'armas no Cartório de Nobreza de Portugal. Esta proximidade com o Brigadeiro Jordão pode explicar a mudança de Negreiros para Piracicaba, onde Jordão tinha interesses político-econômicos e foi um dos responsáveis pelo progresso da região. Sua mulher havia falecido⁴⁵ a 10 de fevereiro de 1809 em Itu, com o nome de D. Francisca Augusta Rodrigues, com 40 anos de idade (a idade correta seria 35), de parto. A criança não chegou a nascer.

Casou-se segunda vez⁴⁶, em Itu em fevereiro de 1813, com D. Bárbara Paes de Campos⁴⁷, também conhecida por Bárbara Xavier, Bárbara Pacheco de Arruda, Bárbara Pacheco de Almeida e ainda Bárbara de Almeida Paes, nascida cerca de 1794 na vila de Itu, falecida a 17 de março de 1851 em Rio Claro, sem testamento. Por morte de Bárbara⁴⁸ se fez auto de inventário⁴⁹ a 2 de maio de 1851 na vila de Piracicaba, sendo inventariante o filho Inácio Xavier de Negreiros. D. Bárbara Paes era filha do Sargento Mor Inácio Xavier Paes de Campos, batizado⁵⁰ a 13 de dezembro de 1759 em Itu, onde faleceu a 13 de janeiro de 1823 e de sua mulher (casados a 23 de maio de 1782 em Itu) D. Antônia Pacheco de Almeida, batizada⁵¹ a 9 de setembro de 1765 em Itu, onde faleceu a 13 de novembro de 1824. O Sargento Mor Inácio Xavier era senhor⁵² de duas fazendas na vila de Itu, no bairro de Pirai de Baixo. A primeira, de nome N.S.^a da Conceição do Pirai, onde residia, havida por compra, com 1.300 braças de terra de testada por 1.500 braças de terra de fundo (cerca de 322 alqueires paulistas), com engenho e fábrica de açúcar; plantava canas e possuía 60 escravos. A segunda, de nome Boa Esperança, também havida por compra, com 750 braças* de testada por 1.500 braças de fundo (cerca de 186 alqueires paulistas), onde plantava mantimentos.

Filhos do Capitão Mor Estêvão e de sua mulher D. Bárbara:

1 - Capitão Lourenço Cardoso de Negreiros (SL, III, 528) nasceu cerca de 1814 em Itu, onde se casou a 24 de maio de 1836 na igreja matriz com sua prima D. Antônia Eufrosina Corrêa Pacheco⁵³, filha do Capitão Antônio Corrêa Pacheco e de Maria Xavier de Almeida Campos. Lourenço Cardoso serviu os cargos da governança de Rio Claro, como o de juiz de paz em 1836 e o de vereador da primeira câmara, em 1845. Foi ainda irmão fundador da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Rio Claro, instalada a 4 de abril de 1847, juntamente com seus irmãos Inácio Xavier e Francisco de Assis. Faleceu prematuramente, aos 36 anos de idade, a 9 de dezembro de 1849, em Rio Claro, tendo sido sepultado na sua igreja matriz. Por morte de Lourenço Cardoso fez-se auto de inventário⁵⁴ a 16 de dezembro de 1850 na vila de Rio Claro, no sítio Passa Cinco, onde foi ouvida a viúva, inventariante, que declarou que seu marido falecera a 8 de dezembro de 1849, sem testamento ou nota alguma. O monte mor da fazenda chegou a 15:048\$520 (quinze contos, quarenta e oito mil e quinhentos e vinte

44. Ver um ensaio biográfico do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, de autoria de Laurindo Minhoto Júnior, na RIHGSP, XXV, p. 201. Em sua homenagem assim se denomina Campos do Jordão, cidade do Estado de São Paulo, por ali possuir extensa sorte de terras.

45. ACDJ, L^o n^o 4 de óbitos de Itu, fls. 243-v.

46. ACDJ, L^o n^o 260, de casamentos de Itu (1804-1815), fls. 119-v.

47. SL, IV, 494; BROTERO, Frederico de Barros, *Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938, p. 329.

48. Seu óbito não se acha lançado nos livros de óbitos de Rio Claro.

49. Fórum de Rio Claro, 2^o Ofício, maço n^o 107.

50. ACDJ, L^o de batizados da matriz de Itu, fls. 50-v.

51. ACDJ, L^o de batizados da matriz, fls. 125.

52. DAESP, n^o de ordem CO 9868, Bens Rústicos da vila de Itu, lançamento n^o 51.

* Uma braça tinha cerca de 2,20 m, e o alqueire paulista vale 2,42 hectares.

123

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

53. SL, IV, 476; BROTERO, Frederico de Barros. *Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938, p. 317.

54. Arquivo Geral do Fórum da Comarca de Rio Claro, 1º Cível, Inv. 03.

55. DAESP, microfilme RT 24, Lº nº 1, registro nº 81, em cumprimento à Lei nº 601, de 18-MAR-1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30-JAN-1854.

56. MOLINA, Thomaz Carlos de. *Almanak de S. João do Rio Claro para 1873*. Ed. fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981, p. 5, 20, 23, 28.

57. ACDP, Lº nº 1 de casamentos de Rio Claro, fls. 55-v.

58. DAESP, microfilme RT 24, Lº nº 1, registro nº 83, em cumprimento à Lei nº 601, de 18-MAR-1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30-JAN-1854.

59. MOLINA, Thomaz Carlos de. *Almanak de S.*

réis) (1 conto = 1 milhão) e as dívidas somaram 1:554\$597 (um conto, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete réis). Possuía 22 escravos e foram inventariados 10 quartéis de canas novas em 200\$000 (duzentos mil réis).

2- Luís.

3- Capitão Inácio Xavier de Negreiros (Inácio Mor) foi batizado a 19 de novembro de 1816 em Itu (10º, fls. 52), onde veio a se casar a 5 de setembro de 1838 (fls. 35) com D. Querubina Leite de Sampaio (SL, IV, 199), com geração. Moradores em Rio Claro, onde ele fez registro⁵⁵ de suas terras a 12 de abril de 1856, como senhor e possuidor de um sítio de terras lavradas no bairro da Água Vermelha, por compra feita a seu irmão Lourenço Cardoso de Negreiros, a Francisco Gomes Botão e ao Dr. José Elias Pacheco Jordão; eram seus confrontantes João Ferraz Cardoso, Benedito Antônio de Camargo e o mesmo Dr. José Elias. Segundo o Almanaque⁵⁶ de Rio Claro de 1873, morador na rua do Comércio (atual avenida 1), era suplente do juiz municipal e de órfãos, proprietário de imóveis na rua de Santa Cruz (atual rua 8) e rua do Comércio, e fazendeiro.

4- Antônio Pompeu de Negreiros, nasceu em Itu, tendo sido batizado a 9 de agosto de 1818 (11º, fls. 7-v e 8) na sua igreja matriz. Casou-se⁵⁷, com o nome de Antônio Pompeu Paes, a 27 de abril de 1839 na matriz da freguesia de Limeira (com licença da paróquia de Rio Claro, em cujos livros se fez o competente registro por ser freguês dela), com sua prima irmã D. Francisca de Paula Leite, também conhecida por D. Francisca de Assis Negreiros, natural de Campinas e freguesa de Limeira, filha do Capitão Manoel Ferraz de Campos e de sua mulher D. Francisca de Assis Leite. Não tiveram filhos, segundo o Dr. Barros Brotero. Foi 1º Comandante da 2ª Companhia da Guarda Policial de Rio Claro, criada em janeiro de 1847. Morador em Rio Claro, fez registro⁵⁸ de suas terras a 12 de abril de 1856, como senhor do sítio *Sertãozinho*, sendo seus confrontantes Manoel de Oliveira, José Jeremias Ferraz, herdeiros de João Gonçalves, Inácio Alves, Benedito Guarantã e D. Maria de Borba (e seus herdeiros). Segundo o Almanaque⁵⁹ de Rio Claro para 1873, era fazendeiro e lavrador de algodão naquele ano.

5- Comendador Francisco de Assis Negreiros (Chico Mor) nasceu a 25 de maio de 1820 em Itu, onde foi batizado na sua igreja matriz a 3 de junho do mesmo ano (11º, fls. 48-v). Casou-se com D. Teodolinda Ferraz de Camargo (SL, IV, 37), nascida a 1º de fevereiro de 1821, com geração. Francisco de Assis foi vereador da câmara de Rio Claro de 1849 a 1852. Recebeu⁶⁰ a comenda da Ordem de Cristo a 28 de fevereiro de 1885. A 28 de março de 1885 criou-se a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro⁶¹ em sua residência; entre outros participaram seus irmãos Antônio Pompeu, João Xavier e Inácio Xavier. A 23 de julho de 1885 Chico Mor doou o prédio e o terreno onde se instalaria o hospital; era uma quadra formada pelas ruas de São Benedito, do Doutor José Elias, do Visconde do Rio Claro e Alegre, com apenas uma única condição: de sempre conservar seu caráter e qualidade de irmandade religiosa e católica. Finalmente, a 8 de

124

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

setembro do mesmo ano instalou-se a Santa Casa, sendo por duas vezes escolhido mordomo e por três vezes mesário.

6- Tenente João Xavier de Negreiros (Inhô) nasceu em Itu, onde foi batizado a 30 de março de 1822 (12^o, fls. 28). Casou-se duas vezes. A primeira, com D. Maria Ferraz, com geração. A segunda⁶², a 11 de outubro de 1862, na matriz de Rio Claro com D. Francisca Xavier de Negreiros, sua sobrinha, filha de Inácio Xavier de Negreiros, com geração. De acordo com o Almanaque⁶³ de Rio Claro para 1873, João Xavier era tenente da Guarda Nacional e fazendeiro.

7- Joaquim, parece ter falecido criança.

8- D. Antônia Isabel de Negreiros nasceu em Piracicaba, onde foi batizada a 13 de julho de 1826 (matriz, fls. 104-v). Casou-se, com o nome de Antônia Pacheco de Almeida, a 27 de abril de 1843 em Rio Claro com João Leite de Cerqueira César⁶⁴, nascido a 28 de dezembro de 1822 em Porto Feliz (ou Piracicaba), tendo sido batizado a 1^o de janeiro de 1823 em Piracicaba, fazendeiro de café em São Pedro, SP. Ele faleceu a 16 de agosto e ela a 3 de novembro, ambos no ano de 1890 e na cidade de Piracicaba, estando sepultados no seu cemitério municipal. Deste casal⁶⁵ descende a família *Leite de Negreiros*, de Piracicaba.

Abreviaturas utilizadas neste artigo:

ACDJ: Arquivo da Cúria Diocesana de Jundiá.

AHRC: FERRAZ, J. Romeu. *Álbum Histórico de Rio Claro*. São Paulo: Typographia Hennis Irmãos. 1922.

HPQ: GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba. 2 volumes. 1970.

João do Rio Claro para 1873. Ed. fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981, p. 27, 29.

60. A.N. (do Rio de Janeiro) Col. 526, L^o 3^o, fls. 48-v; caixa 790, pacote 9.

61. *Crônica da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro*. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro/DAESP, 1985.

62. ACDP, L^o n^o 3 de casamentos de Rio Claro. fls. 54.

63. MOLINA, Thomaz Carlos de. Obra citada, p. 11, 28.

64. SL, III, 108; ARRUDA, José Bonifácio de. *Livro de Minha Família* [BGB/IGB n^o 7]. São Paulo: Saraiva, 1952.

65. Quando faleceu a filha caçula deste casal, D. Lydia Leite de Meira, a 16 de março de 1948, na cidade de São Paulo, noticiou-se seu passamento no jornal *O Estado de S. Paulo*, lembrando-se o fato de ser ela a última neta do Capitão Mor Estêvão Cardoso de Negreiros. E ele já era falecido havia mais de 100 anos!

125

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

ALGUMA POESIA PIRACICABANA

Lino Vitti
*Príncipe dos Poetas
de Piracicaba*

Ao bisbilhotar pela seara dos assuntos que poderiam servir para ilustrar alguma página desta Revista, veio-me à tona da mísera capacidade redatorial a possibilidade de registrar alguma coisa sobre a poética piracicabana. É evidente que o trabalho a que me propus não será um tratado, uma antologia, um assunto exposto e esgotado ao longo de inumeráveis páginas, se bem a legião de poetas e poetisas, usufruente da sombra deliciosa da arte da poesia em Piracicaba, tenha se desdobrado ao passar de cada ano, mormente de duas décadas para cá, quando a poesia local tem tomado um impulso verdadeiramente impressionante, pelo número e pela qualidade.

Para esse incremento, para esse tempestuar de versos, diga-se de passagem, tem contribuído deveras a imprensa piracicabana. Digo-o com conhecimento de causa, redator que fui por mais de 25 anos do **Jornal de Piracicaba** e colaborador assíduo de outros matutinos, semanários, mensários e revistas que escolheram este chão pródigo para lançar semente e florescer, propiciando-me condições de verificar a enormidade da colaboração espontânea que chegava à redação, muitas obrigando-nos a manter-nos alertas - redatores e diretores do **Jornal de Piracicaba**, por exemplo, para não surgirem atritos indesejáveis com os ansiosos poetas que, a qualquer custo, queriam ver seu nome assinando uma poesia na tradicional Crônica-Social do matutino.

DESDE QUANDO?

Pode-se considerar que a poesia chegou a Piracicaba com o Capitão Povoador. Sim, porque vindo rio acima, fazendo alto à boca de um salto magnífico, Antônio Corrêa Barbosa e sua corte só viram poesia nas paisagens por que transitaram, nas águas do rio que os remos rasgaram, os amanheceres e entardeceres que os acompanharam ao longo da aventurada viagem, na beleza da plumagem e do canto dos pássaros, no ondulado das colinas que logo dariam epíteto à cidade, na diversidade ampla dos horizontes, na revolução bulhenta e aquosa da catadupa, no remanso espraiado da Rua do Porto, na imponência vegetal da flora, na gostosura do clima, na exuberância do verde que ia emendar-se às serras na fimbria do céu imensamente azulado.

126

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

À chegada do fundador, a poesia já morava por estas bandas, de tal sorte intensa e generosa, feita uma promessa inarredável dos amantes do verso, da rima, da estrofe que surgiriam pelos tempos aquém, para apanhá-la ao alcance da mão, para timbrá-la em lirismo e encanto, para transformá-la em motivo de perpétua inspiração.

Tornou-se a nossa poesia realidade mesmo, palpável e visível, quando por estas terras assinalaram sua presença a imprensa, os jornais, o livro, todo o processo através do qual essa manifestação artístico-literária pudesse chegar a outrem, à população.

QUIÇÁ DE 1900!

O matutino mais antigo, em circulação, da cidade, sem dúvida, é o **Jornal de Piracicaba**. Data de fundação: 4 de agosto de 1900. São quase 100 anos de vida (escrevo estas linhas em julho de 1999), entregues a um jornalismo de primeira mão, e não é preciso dizer mais nada. E eu sei, e os piracicabanos sabem, que desde o seu nascimento até hoje o **Jornal de Piracicaba** que é a própria história noivacolinese, sempre reservou, em suas páginas, alguns centímetros quadrados que fossem, para a poesia.

Em 1938, egresso eu de seminário religioso, voltando a morar na roça, como era preciso, descobri, certa feita sob uma cama, dessas onde dormem 3, 4 e até 5 pessoas da família, tal a imensidade da dita cuja, descobri, repito, montanhas de jornais, ali guardados pelo meu pai. Eram exemplares do "Jornal de Piracicaba". Curiosidade natural, percorri alguns e em todos eles constatei que lá estava a poesia, lá estavam os poemas, lá estavam os sonetos. E concluí então que aquela folha jornalística deveria trazer a poesia em suas páginas desde a sua fundação.

Há um porém nessa história. O Prof. Moacyr O. Camponês do Brasil Sobrinho veio dizer-me que, mesmo antes do **Jornal**, a poesia já era velha moradora entre nós. O prezado companheiro de IHGP, onde ocupa posto de direção, teve a bárbara satisfação de presentear-me com um folhetim, denominado **VIOLETA**, de 21 de julho de 1888, ano I, n.º 7, trazendo lindíssimos poemas, como ele mesmo não-lo confirma nos dizeres que acompanham o lírico presente: *Ao Príncipe da Poesia*, Cont. Lino Vitti. Nesta época também se fazia poesia emanada da alma e do coração. Esse grato e gracioso testemunho nos diz que a poesia de Piracicaba atravessou gloriosamente os tempos, chegou até nós, culminando nessa explosão surpreendente de poetas e poetisas que hoje inundam os jornais com grandes e lídimos poemas, graças sobretudo ao apoio, ao carinho, à compreensão que essa arte tão bela e que, como diz Moacyr, aí em cima, *emana da alma e do coração*, tem recebido da imprensa piracicabana. E acrescentaríamos que, mais recentemente, esse apoio tem sido aumentado generosamente com a contribuição oficial, comercial e industrial de piracicabanos dignos de aplauso e decerto também meio-poetas ou inteiros amantes dessa milenar arte.

127

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII (2000)
Número 7

ALGUNS NOMES

Impossível registrar aqui o nome da gloriosa multidão de poetas e poetisas que ilustram a literatura piracicabana e, conseqüentemente, nacional. Primeiro, porque o computador, já cansado, da memória, não me permite relacionar o rol completo daqueles e daquelas que se entregam à arte da poesia; segundo, porque não temos ainda, em arquivo, por todos os títulos, precioso, o íntegro registro do exército artístico que se dedica a burlar versos, a trançar rimas, a dedilhar métrica, ou quando não a enfileirar, com plena liberdade das exigências clássicas, a verdadeira poesia moderna.

Numa tentativa pesquisatória, célere como passagem de gato sobre braseiro, tentamos colecionar alguns nomes dos que podemos chamar de poetas piracicabanos, escusando-nos certamente pela enormidade da omissão que cometermos se acaso ou por ignorância a lista se apresentar, como de fato deve fazê-lo, incompleta, motivo de descontentamento para muitos pela involuntária falta de registro.

Assim dito, permitam-nos relacionar alguns nomes que orgulham a arte poética piracicabana:

Francisco Lagreca, Newton de Almeida Mello, João Chiarini, Marelene D'Arce, José Pinto de Almeida Ferraz, Branca Motta de Toledo Sache, Júlio Soares Diehl, Marina Tricânico, Brasília Machado, Elias de Mello Ayres, Francisco Vilalba Mongelós, Shirley Brunelli Crestana, Maria Cecília Machado Bonachella, José Florindo Geraldi, Nice B da Gama Aldrovandi, Erasmo Prestes de Souza, Inês Tafarelo Tuon, Maria Antônia Sampaio, Fúlvia Carvalhaes de Freitas, J. Mathias Bragion, Lino Vitti, Ézio Antônio Pezatto, Cesarino Avino Segal, Irineu Volpato, Francisco Assis Ferraz de Mello, Vilma Lara Ducatti, Hipólito Ivo, Bernardete Colombo Valadez, Paulo Dias Neme, Mario José de Camargo, Padre Drumond, Elenides Cruz Soares, Frei Timóteo de Porangaba, Frei Marcelino, João Baptista de Souza Negreiros, Miriam Machado Botelho, Daniel A. A. Soares, Enéas Salatti, Benedito de Almeida, Ivani Pelegrini, Maria Lavinia Machado, Luiz da Silva, Maria de Fátima L. Costa e Souza, Rosana Túbero, Madalena M. Salatti de Almeida, Regina R. Furlan, Antonieta Rosalina, André Bueno de Oliveira, Antônio Carlos Fuzatto, Carla C. Oliveira, Carmen S. F. Filotto, Fabiana Bruzantin, Felisbino de Almeida Leme, Fernando Ferraz de Arruda, Helena Curiaços Nalim, Leda Colett, Maria de Lurdes Piedade Ssodero Martins, Maria do Carmo Querubin, Marina Rolim, Patrícia Neme, Maria do C. M. Andrade e Souza, Maria Helena Degaspari Bueloni, Maria Helena Brunelli F. de Camargo, Maria Nazareth Furlan Camargo, Marlene Cassab, Rosaly Curiaços Almeida Leme, Silvia Oliveira, Virgínia Prates Gregolim, Dirce R. de Lima, Carlos Moraes, Carlos de Almeida Moraes Jr., Clemente de Moura, Elda M. Cobra Silveira, Enoé Pedroso Coelho, Esau Almeida Chacon, Leônio Alves Pereira, Marisa Elisabete Libardi, Nelson de Almeida, Rogerio Colazante, Sônia C. Ramos, Teresa Picinatto, Edevaldo Bisso, Edson Rizzi, Eusa M. R. de Souza, Fernando Antônio Zocca, João de Deus Bessa Silva, Paulo Sérgio Goia, Tânia Alessandra de Almeida, Simone Maria Paschoaletto Michi, etc. etc. Esta última, afilhada poética do *Príncipe da Poesia de Piracicaba*.

128

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7

Quero que no *etcétera*, posto no final da relação, se incluam poetas e poetisas que a memória, a consulta e uma rápida pesquisa não conseguiram incluir. Podem ter certeza que são inumeráveis e como os que conseguimos botar em letra de forma, integram com seus valores poéticos, a falange dos buriladores da poemática piracicabana.

ARTE ESPIRITUAL

Poesia vem da alma, do espírito. Ela é uma semente intelectual, plantada por forças divinas no âmago da pessoa humana. E se é semente tende a brotar, crescer, ser fronde, produzir flores e frutos. E quando essa árvore ideal já não suporta mais carregar no íntimo a safra de seus sentimentos, expande-se cá fora na florada exuberante dos versos, da poesia. Fala-se então que há a inspiração. É verdade, é uma força tão exigente que apenas se amaina quando explodir em rimas, versos e poemas. A criação artística vem à tona, desdobra-se na multiplicação do milagre evangélico, estampa-se nas páginas da imprensa ou do livro, na declamação oral dos felizardos e a poesia se abre em palio azul celestial, para que todos os que a amarem recebam os eflúvios de sua beleza, de sua divindade.

Piracicaba deve orgulhar-se dessa legião de artistas do verso. Sei que o faz porque os seus poderes públicos, as suas instituições culturais, os próprios empresários e comerciantes, quiçá tangidos pela espiritualidade da arte e da criação dos vates, oferecem com prazer o apoio material e literário para que a poesia da terra prospere, se amplie, se desdobre, para que cada vez mais piracicabanos possam beber o licor da poesia, com toda a doçura e suavidade que ela tem.

UM SENÃO APENAS

Até hoje não se consegue compreender, entretanto, o esquecimento a que é relegada a poesia interiorana pelos órgãos culturais, jornalísticos, academias, instituições literárias e outros dos grandes centros do país. Tudo quanto se produz nesse campo de atividades parece não chegar ao conhecimento da imprensa, escrita, falada e televisada dos responsáveis pela literatura nacional. De tal sorte que São Paulo, Rio, Brasília, onde se encontram os maiores focos da arte poética, os maiores e melhores críticos literários, os maiores meios de divulgação geral, como que ignoram existir uma seara tão imensa, tão produtiva, tão florescida e frutificante, por esse interior afora, digna de merecer-lhes as atenções, o conhecimento, o apoio, o louvor, a divulgação.

A poesia do Interior é tão valiosa e rica como a dos grandes centros intelectuais embutidos na vastidão literária das badaladas capitais.

129

IHGP

REVISTA DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE
PIRACICABA
Ano VII 2000
Número 7